

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO EXECUTIVO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

RUBENS DE AGUIAR RODRIGUES

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO SOBRE SUSTENTABILIDADE POR PARTE DE
STAKEHOLDERS INTERNOS DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: UM
ESTUDO SOBRE UM BANCO DE DESENVOLVIMENTO

FORTALEZA

2013

RUBENS DE AGUIAR RODRIGUES

**ANÁLISE DA PERCEPÇÃO SOBRE SUSTENTABILIDADE POR PARTE DE
STAKEHOLDERS INTERNOS DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: UM
ESTUDO SOBRE UM BANCO DE DESENVOLVIMENTO**

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Lázaro da Silva Filho

FORTALEZA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

- R616a Rodrigues, Rubens de Aguiar.
Análise da percepção sobre sustentabilidade por parte de stakeholders internos de uma instituição financeira: um estudo sobre um banco de desenvolvimento / Rubens de Aguiar Rodrigues - 2013.
102 f.: il.
- Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Administração, Fortaleza, 2013.
Orientação: Prof. Dr. José Carlos Lázaro da Silva Filho.
1. Sustentabilidade 2. Instituições financeiras 3. Banco de desenvolvimento I. Título

RUBENS DE AGUIAR RODRIGUES

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO SOBRE SUSTENTABILIDADE POR PARTE DE
STAKEHOLDERS INTERNOS DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: UM ESTUDO
SOBRE UM BANCO DE DESENVOLVIMENTO

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Lázaro da Silva Filho

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Carlos Lázaro da Silva Filho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Me. Carlos Manta Pinto de Araújo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Me. Jacqueline Maciel Pombo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus, meu guia e salvador.

Aos meus pais, Antônio e Mirian, pelo amor,
incentivo e apoio em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me proporcionado a realização do sonho de me formar na Universidade Federal do Ceará. Tenho imenso orgulho de ter sido aluno dessa instituição, a qual eu tenho grande admiração. Agradeço a Deus por ter me guiado e me iluminado durante toda a minha jornada dentro dessa universidade, pois tenho a certeza que entrei de um jeito e sai de outro, bem melhor. Agradeço a Ele por todo o aprendizado que adquiri nesse período, tanto profissional como pessoal. Agradeço a Ele pela sapiência para a realização desse trabalho, pois, embora sendo árduo, foi muito proveitoso e enriquecedor. Enfim, agradeço a Deus por tudo, pois sem Ele nada fui, nada sou e nada serei.

Aos meus pais Antônio e Miriam Rodrigues, pelo amor e dedicação que sempre tiveram comigo, pela educação que me deram, pelos valores que me repassaram e pelo incentivo nos estudos, os quais foram essenciais na minha vida. Sem o apoio deles essa minha vitória pessoal não seria possível. Agradeço imensamente pela honra de tê-los como pais e por eles serem os meus exemplos de vida.

À minha irmã Raquel, a qual eu tenho bastante orgulho.

A todos os meus familiares, que sempre me apoiaram.

À minha namorada, Hévila, pela paciência, compreensão e carinho que teve comigo durante todo o desenvolvimento desse trabalho.

Ao professor Dr. José Carlos Lázaro da Silva Filho, pela excelente orientação da minha monografia. Suas contribuições foram fundamentais para a realização desse trabalho.

Aos professores Jacqueline Maciel Pombo e Carlos Manta Pinto de Araújo, pela gentileza em participar da minha banca examinadora, e pela contribuição dada através de críticas e sugestões de melhoria.

Aos demais professores, mestres e doutores, que durante o curso compartilharam comigo um pouco do seu conhecimento.

Aos meus colegas de turma, pela convivência e pelos momentos felizes que me proporcionaram.

A todos os funcionários da FEAAC, em especial à funcionária do Departamento de Administração, Alzira, pela presteza e simpatia com que sempre me atendeu.

E aos demais que, de alguma forma, contribuíram para a elaboração desta monografia.

"Não podemos prever o futuro, mas podemos criá-lo."

(Peter Drucker)

RESUMO

O tema sustentabilidade está cada vez mais presente na sociedade e adentra continuamente no mundo corporativo. Os impactos que as empresas causam na economia, na sociedade e no meio ambiente são bastante debatidos, seja no ambiente acadêmico ou no meio empresarial. O setor financeiro, embora não cause impactos socioambientais diretos, possui um papel fundamental de ser um indutor de mudanças de comportamento e de pensamentos, tendo em vista ser um setor que está ligado direto e indiretamente com todos os outros setores da sociedade. As ações de sustentabilidade desenvolvidas pelos bancos influenciam e são influenciadas pelo relacionamento que eles mantêm com os seus *stakeholders*, sejam eles clientes, fornecedores, funcionários ou órgãos governamentais. Assim, o presente estudo tem como objetivo verificar o nível de compreensão de *stakeholders* internos de um banco de desenvolvimento em relação ao tema da sustentabilidade empresarial, em especial a sustentabilidade em instituições financeiras. Os *stakeholders* escolhidos para o presente trabalho são os funcionários de uma empresa parceira do banco de desenvolvimento estudado. Os métodos utilizados foram revisões bibliográficas, análise documental de relatórios e aplicação de uma pesquisa, por meio de questionário estruturado, com os funcionários da empresa parceira do banco. Os resultados da pesquisa mostraram um elevado grau de percepção dos *stakeholders* em relação ao tema da sustentabilidade, além de uma visão crítica dos mesmos em relação às ações de sustentabilidade desenvolvidas por instituições financeiras.

Palavras - Chave: Sustentabilidade. Instituições financeiras. Banco de desenvolvimento.

ABSTRACT

The topic of sustainability is increasingly present in society and continuously enters the corporate world. The impacts that companies have on the economy, society and environment are quite debated, whether in academic environment or in business. The financial sector, although not cause direct environmental impacts, has a key role of be an inducer of changes in behavior and thoughts in view of be a sector that is connected directly and indirectly with all other sectors of society. Sustainability actions undertaken by banks, influence and are influenced by the relationship they have with their stakeholders, be they customers, suppliers, employees or government agencies. So, this study aims to determine the level of understanding of internal stakeholders of a development bank in relation to the issue of corporate sustainability, in particular sustainability in financial institutions. Stakeholders chosen for this study are employees from the partner company of development bank studied. The methods used were literature reviews, document analysis of reports and implementation of a survey, using a structured questionnaire with employees from partner company from the bank. The results showed a high degree of awareness of stakeholders in relation to sustainability, as well as a critical view of thereof in relation to sustainability actions undertaken by financial institutions.

Key – Words: Sustainability. Financial institutions. Development bank.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo Triple Bottom Line (Tripé da sustentabilidade).....	24
Figura 2 – Modelo de Sustentabilidade Empresarial.....	26
Figura 3 – Principais <i>stakeholders</i> de uma organização.....	40
Figura 4 – Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis.....	43
Figura 5 – Estrutura Organizacional do Banco do Nordeste.....	62
Figura 6 – <i>Stakeholders</i> do Banco do Nordeste.....	73
Figura 7 – Matriz de Materialidade do Banco do Nordeste.....	74

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil dos entrevistados.....	78
Gráfico 2 – Tempo de trabalho no INEC.....	79
Gráfico 3 – Escolaridade dos entrevistados.....	79
Gráfico 4 – Nível de conhecimento do termo sustentabilidade.....	80
Gráfico 5 – Assuntos ligados ao tema sustentabilidade.....	81
Gráfico 6 – Nível de interesse pelo tema sustentabilidade.....	83
Gráfico 7 – Meio pelo qual se informa sobre o tema sustentabilidade.....	83
Gráfico 8 – Nível de informação sobre ações de sustentabilidade empresarial.....	84
Gráfico 9 – Principais meios de comunicação utilizados para obter informações sobre ações de sustentabilidade empresarial.....	85
Gráfico 10 – Investimento em sustentabilidade por parte de bancos brasileiros	85
Gráfico 11 – Os bancos e a promoção do desenvolvimento sustentável.....	86
Gráfico 12 – Importância da sustentabilidade para as instituições financeiras.....	86
Gráfico 13 – Relatório de Sustentabilidade de instituições financeiras.....	87
Gráfico 14 – Incentivo dos bancos para que os clientes adotem ações sustentáveis.....	88
Gráfico 15 – Importância dos programas de microcrédito para os clientes de baixa renda.....	89
Gráfico 16 – Nível de escolaridade e o conhecimento/interesse sobre sustentabilidade.....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais eventos mundiais ligados ao desenvolvimento sustentável.....	37
Quadro 2 – Principais acordos adotados por bancos brasileiros.....	51
Quadro 3 – Principais projetos de sustentabilidade citados pelos entrevistados.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Publicação de relatórios de sustentabilidade na América Latina.....	53
Tabela 2 – Pesquisa Akatu: assuntos relacionados ao tema sustentabilidade.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
DJSI	Dow Jones Sustainability Index
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
GRI	Global Reporting Initiative
ICO2	Índice de Carbono Eficiente
INEC	Instituto Nordeste Cidadania
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRI	Princípios para o Investimento Responsável
SFN	Sistema Financeiro Nacional
TBL	Triple Bottom Line

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
1.1	Objetivo	19
1.2	Justificativa	19
1.3	Proposta metodológica.....	20
1.4	Estrutura do trabalho.....	20
2	SUSTENTABILIDADE	22
2.1	Os conceitos de sustentabilidade	22
2.2	As dimensões da sustentabilidade	23
2.3	Contexto histórico do desenvolvimento sustentável.....	27
2.3.1	<i>O Clube de Roma</i>	29
2.3.2	<i>I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente</i>	30
2.3.3	<i>Relatório Brundtland e o Conceito de Desenvolvimento Sustentável</i>	31
2.3.4	<i>II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92</i>	33
2.3.5	<i>Pós Rio 92 e início do século XXI</i>	34
2.4	Sustentabilidade empresarial	38
2.5	A sustentabilidade numa abordagem de stakeholders	39
2.6	Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial	41
3	SUSTENTABILIDADE NO SETOR FINANCEIRO	46
3.1	O Sistema Financeiro Nacional	46
3.2	Evolução da sustentabilidade no setor financeiro.....	47
3.2.1	<i>Protocolo Verde</i>	48
3.2.2	<i>Princípios do Equador</i>	49
3.2.3	<i>Princípios para o Investimento Responsável – PRI</i>	50
3.3	Indicadores de sustentabilidade aplicados às instituições financeiras	51
3.3.1	<i>Dow Jones Sustainability Index (DJSI)</i>	51
3.3.2	<i>Global Reporting Initiative (GRI)</i>	52
3.3.3	<i>Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)</i>	53
3.3.4	<i>Índice Carbono Eficiente (ICO2)</i>	54

4	METODOLOGIA.....	56
5	UM ESTUDO SOBRE A SUSTENTABILIDADE NO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB)	58
5.1	Caracterização do BNB	58
5.2	Breve histórico do BNB.....	59
5.3	Missão, visão e valores do BNB.....	61
5.4	Estrutura organizacional	61
5.5	A sustentabilidade no BNB	62
5.5.1	<i>Dimensão econômica</i>	64
5.5.2	<i>Dimensão social</i>	66
5.5.3	<i>Dimensão ambiental</i>	69
5.5.4	<i>Prêmio Práticas de Responsabilidade Socioambiental</i>	72
5.6	BNB e stakeholders	73
5.6.1	<i>O Instituto Nordeste Cidadania (INEC)</i>	75
5.7	Apresentação e análise dos resultados da pesquisa	78
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	REFERÊNCIAS	
	APÊNDICES	
	ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, o tema sustentabilidade tem ganhado mais evidência e notoriedade, sendo cada vez mais debatido e discutido por pesquisadores e pela população em geral. A incorporação da sustentabilidade no universo corporativo também tem aumentado gradativamente, pois o impacto na natureza causado pelas empresas é amplamente analisado e contextualizado por entidades governamentais, por organizações não governamentais, pelos consumidores, pelos acionistas, enfim, por toda a sociedade.

Os consumidores passaram a dar uma maior atenção a esse tema, cobrando das empresas um comprometimento pautado em ações voltadas para a responsabilidade socioambiental e para o desenvolvimento sustentável. Chiavenato (1994, p. 447) já afirmava que entre uma empresa que assume uma postura de integração social e contribuição para a sociedade e outra voltada para si própria e ignorando o resto, a tendência do consumidor é ficar com a primeira.

Devido a uma maior cobrança e um maior conhecimento dos clientes sobre o tema, a sustentabilidade tem sido bastante difundida nas organizações e passou a fazer parte da estratégia de várias empresas, trazendo inúmeros benefícios. Segundo Henderson (2007, p.16), o compromisso de uma empresa com sustentabilidade melhora todos os aspectos da geração de valor para os acionistas, além de diminuir os custos, reduzir os riscos e aumentar a lucratividade.

Entender as novas necessidades da sociedade e transformá-la em estratégia para a empresa pode ser um caminho a ser percorrido para a busca por produtos sustentáveis e inclusivos (ETHOS, 2013, p.18). Mas, aliar inovação e sustentabilidade reúne duplo esforço e consiste em um desafio para as organizações inovadoras e sustentáveis, pois não basta apenas às empresas inovar, é preciso desenvolver inovação pautada nas três dimensões da sustentabilidade: econômica, social e ambiental (BARBIERI, 2007).

Dentre as organizações que mudaram o seu posicionamento estratégico, encontram-se as instituições financeiras, onde a sustentabilidade tem ganhado bastante destaque. Como os bancos se relacionam com todos os setores da sociedade, eles possuem uma enorme influência nas pessoas através das políticas e ações que desenvolvem.

Os bancos passaram a utilizar práticas de sustentabilidade socioambiental como forma de geração de valor para o cliente e como fator estratégico nos negócios, tendo em vista que o público está mais consciente em relação aos impactos socioambientais causados por

suas atividades. A tendência é que o setor financeiro como um todo assuma seu papel de indutor de práticas sustentáveis e implante políticas para este fim em suas áreas de crédito e de investimento (MATTAROZZI; TRUNKL, 2008, p. 9).

De acordo com Lins e Wajnberg (2007), mesmo que as instituições financeiras não tenham um grande impacto direto nos problemas socioambientais, elas são instituições intermediadoras que atuam na economia de forma indireta, tendo assim não um papel de ator direto nas mudanças, mas de indutor sobre elas. Assim, aplicar o estudo da sustentabilidade ao setor bancário mostra-se interessante, pois é um tema que ainda pode ser bastante explorado por esse setor de mercado.

Devido à relevância do assunto, diversos estudos têm sido feitos abordando esse tema dentro das instituições financeiras. Em um desses estudos, Faria e Nogueira (2011) abordam o nível de evidenciação das informações socioambientais dos maiores bancos brasileiros com base nos padrões da *Global Reporting Initiative* (GRI). O estudo evidencia que as informações referentes à compilação dos dados são de suma importância para o fornecimento de uma informação coesa aos *stakeholders*.

Outra pesquisa analisa as informações relativas à responsabilidade social que são divulgadas nos sites de quatro grandes instituições bancárias, e mostra que devido à alta competitividade no setor bancário, os bancos buscam divulgar suas ações de sustentabilidade da melhor maneira possível e com o máximo de informações, para que possam obter vantagem competitiva (ALVES; ALMEIDA, 2008).

Dentre os grandes bancos públicos brasileiros, encontra-se o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que tem seu foco no desenvolvimento sustentável da região nordeste brasileira. Suas atividades vão além do fornecimento do crédito, mas também abrangem o acompanhamento técnico e gerencial dos recursos concedidos, visando a garantir o sucesso do agente produtivo. Além disso, o banco desenvolve várias práticas que evidenciam sua preocupação com a sustentabilidade nos seus três níveis: econômico, social e ambiental (BNB, 2012).

Assim, faz-se necessário pesquisar quais ações de sustentabilidade são desenvolvidas pelo BNB e como ele se encontra nesse novo cenário pautado pela sustentabilidade empresarial. Além das ações desenvolvidas, é importante observar como os *stakeholders* percebem e compreendem o tema da sustentabilidade, bem como a avaliação que eles fazem das práticas de sustentabilidade das instituições financeiras brasileiras.

Uma pesquisa realizada com *stakeholders* de uma instituição financeira mostrou que há um elevado grau de percepção dos mesmos nos diversos níveis de gestão, porém identificou alguns *gaps* conceituais e uma intenção da entidade em agregar o conceito de sustentabilidade à sua própria missão empresarial (CIRELLI; KASSAI, 2010).

Assim, o presente estudo pretende analisar o seguinte problema: qual a percepção e o conhecimento de *stakeholders* internos do Banco do Nordeste do Brasil em relação aos conceitos e práticas de sustentabilidade das instituições financeiras brasileiras? Por tratar-se de uma pesquisa local, os *stakeholders* pesquisados serão os funcionários de uma empresa parceira do Banco do Nordeste, o Instituto Nordeste Cidadania (INEC).

1.1 Objetivo

O objetivo geral da pesquisa é verificar o nível de compreensão dos funcionários do INEC em relação ao tema sustentabilidade, bem como avaliar o conhecimento dos mesmos sobre as ações de sustentabilidade em instituições financeiras brasileiras. Para uma maior contextualização, evidenciam-se as práticas de sustentabilidade adotadas pelo Banco do Nordeste, tendo como referência o Relatório de Sustentabilidade do BNB do ano de 2012.

Os objetivos específicos são:

- Identificar os conceitos e dimensões da sustentabilidade;
- Analisar a sustentabilidade aplicada ao setor financeiro brasileiro;
- Descrever as práticas de sustentabilidade adotadas pelo Banco do Nordeste do Brasil e;
- Verificar a percepção e o conhecimento dos funcionários do INEC em relação ao tema sustentabilidade em instituições financeiras.

1.2 Justificativa

O presente trabalho justifica-se por conta da sustentabilidade empresarial ser considerado ainda um assunto novo, mas que está relacionado diretamente ao crescimento das organizações. Segundo Lang (2009), esse tema tem sido constantemente debatido no meio acadêmico, empresarial e governamental, tanto no Brasil como no exterior, pois as questões

socioambientais estão sendo cobradas principalmente daqueles que se utilizam dos recursos naturais e do meio social para permanecerem e se solidificarem no mercado competitivo.

De acordo com Sgarbi *et al.* (2008), os estudos sobre a sustentabilidade têm apresentado um crescente interesse na comunidade acadêmica, tanto de estudiosos da área socioambiental, como também de pesquisadores de temas como estratégia, competição, gestão, dentre outros.

O maior estudo de sustentabilidade corporativa, publicado pela United Nations Global Compact e pela Accenture Sustainability Services, também mostra a relevância prática do tema para o mercado empresarial. A pesquisa, realizada através de entrevista com mil executivos e líderes empresariais da sociedade civil, indica que noventa e três por cento dos entrevistados veem a sustentabilidade como fundamental para o sucesso da sua empresa. O estudo mostra que houve mudança na mentalidade desde a última pesquisa realizada em 2007, quando a sustentabilidade estava começando a reformular as regras dos negócios globais (GLOBAL COMPACT, 2010).

Logo, o presente trabalho tende a trazer contribuições positivas para o a compreensão da evolução de ações sustentáveis por parte das empresas, principalmente das organizações financeiras.

1.3 Proposta metodológica

Propõe-se para essa pesquisa o uso de técnica de análise quantitativa, utilizando-se de dados primários e secundários. As informações são obtidas através de levantamento bibliográfica em livros e periódicos especializados, e análise documental em relatórios divulgados pela organização em estudo. Além disso, utiliza-se a aplicação de um questionário em oitenta funcionários do Instituto Nordeste Cidadania, empresa parceira do Banco do Nordeste.

1.4 Estrutura do trabalho

O trabalho é dividido em cinco capítulos. O capítulo introdutório apresenta a fundamentação teórica do tema, onde são abordados os conceitos e as dimensões da sustentabilidade, a evolução histórica do desenvolvimento sustentável no mundo, a

sustentabilidade empresarial, a abordagem do tema numa perspectiva de *stakeholders* e uma breve explicação dos indicadores Ethos de sustentabilidade empresarial.

O segundo capítulo foca na sustentabilidade do setor financeiro, onde primeiramente é mostrada a estrutura do sistema financeiro nacional e depois é evidenciada a evolução da sustentabilidade no setor bancário, bem como são apresentados os principais indicadores de sustentabilidade aplicados a esse setor.

No terceiro capítulo tem-se a metodologia utilizada na pesquisa, evidenciando as fontes de coletas de dados, o método e tipo da pesquisa e quais aspectos foram considerados na análise dos dados.

O quarto capítulo é dedicado a análise da organização utilizada como estudo para o presente trabalho, considerando o histórico da empresa, sua missão, visão, valores e estrutura, bem como as práticas de sustentabilidade utilizadas pela organização. Além disso, tem-se a apresentação do Instituto Nordeste Cidadania, empresa parceira do BNB, bem como a análise dos resultados da pesquisa aplicada junto aos funcionários dessa organização.

O último capítulo traz as considerações finais do estudo. Em seguida, temos as referências bibliográficas utilizadas no trabalho e, por fim, os apêndices e anexos do trabalho.

2 SUSTENTABILIDADE

O tema sustentabilidade é bastante amplo e diverso. No geral, a sustentabilidade envolve um conjunto de ideias, princípios e ações que devem ser pensadas e desenvolvidas pelos indivíduos, de forma que estas sejam ecologicamente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas.

Para um melhor entendimento do assunto, nos tópicos a seguir serão analisados os conceitos e dimensões da sustentabilidade, bem como o contexto histórico mundial do desenvolvimento sustentável. Além disso, será abordada a sustentabilidade empresarial, a visão do tema numa abordagem de *stakeholders* e os indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial.

2.1 Os conceitos de sustentabilidade

O termo sustentabilidade está cada vez mais presente no ambiente empresarial do mundo todo. Para termos uma melhor compreensão do termo é necessário conceituá-lo, a fim de sabermos como e quando ele deve ser aplicado dentro das organizações.

A palavra sustentabilidade deriva da palavra sustentável, que tem origem no latim, "sustentare", e significa sustentar, apoiar, conservar, cuidar. Sustentabilidade, no dicionário, está definida como qualidade ou condição do que é sustentável e ainda, modelo de sistema que tem condições para se manter ou conservar.

A Sustentabilidade parte do preceito do equilíbrio, estabilidade e coesão entre o ser humano, as organizações sociais e o ambiente. A Constituição Federal do Brasil, de 1988, em seu artigo 225, estabelece que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Os preceitos abordados nesse artigo da Constituição Federal Brasileira vão ao encontro da definição de desenvolvimento sustentável propagado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, em seu Relatório Brundtland, de 1987.

Segundo o relatório, desenvolvimento sustentável significa suprir as necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras (WCED, 1987).

Essa definição deixa claro um dos princípios básicos da sustentabilidade, que é a visão de longo prazo, tendo em vista que os interesses das futuras gerações devem ser analisados.

Rattner (2001, p. 3) defende um conceito básico de sustentabilidade. Segundo ele, sustentabilidade é o conceito que privilegia o uso de bens naturais e culturais sem descuidar de sua conservação, para que as gerações futuras também possam beneficiar-se deles.

Já Philippi (2001) defende um conceito mais amplo para o termo. Segundo ele:

Sustentabilidade é a capacidade de se auto-sustentar, de se auto-manter. Uma atividade sustentável qualquer é aquela que pode ser mantida por um longo período indeterminado de tempo, ou seja, para sempre, de forma a não se esgotar nunca, apesar dos imprevistos que podem vir a ocorrer durante este período. Pode-se ampliar o conceito de sustentabilidade, em se tratando de uma sociedade sustentável, que não coloca em risco os recursos naturais como o ar, a água, o solo e a vida vegetal e animal dos quais a vida (da sociedade) depende (PHILIPPI, 2001, p. 56).

Mas, o conceito de sustentabilidade vem evoluindo gradativamente ao longo dos anos, se tornando mais complexo e englobando várias áreas. Inicialmente, seu foco era apenas no equilíbrio ambiental e hoje abrange também outros aspectos, como fatores sociais, econômicos, culturais e políticos.

O mais importante avanço na evolução do conceito de sustentabilidade é representado pelo consenso crescente que esta requer, e implica democracia política, equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente. Esta síntese, ainda que não aceita por todos, tenderá a exercer uma influência poderosa na teoria e na prática social, nos anos vindouros. (RATTNER, 2004, p. 8).

Assim, a sustentabilidade representa um processo contínuo, de longo prazo, que se considera capaz de impedir a ruína de determinado sistema ou de um conjunto de bens e meios (FURTADO, 2005, p. 15).

2.2 As dimensões da sustentabilidade

De acordo com Leal (2008), para uma organização ser considerada sustentável precisa atuar sob diferentes áreas, chamadas de dimensões da sustentabilidade. A análise das dimensões permite uma melhor formação do conceito. O autor afirma que a sustentabilidade da organização será alcançada quando a mesma atuar satisfatoriamente sob cada dimensão. Se a organização falha em determinada dimensão, isto certamente terá impacto sobre o todo.

Existem diferentes abordagens sobre as dimensões que norteiam o processo para uma organização se tornar sustentável, havendo divergência entre os autores sobre a

quantidade de dimensões que compõem a sustentabilidade e o enfoque que deve ser dado a cada uma delas.

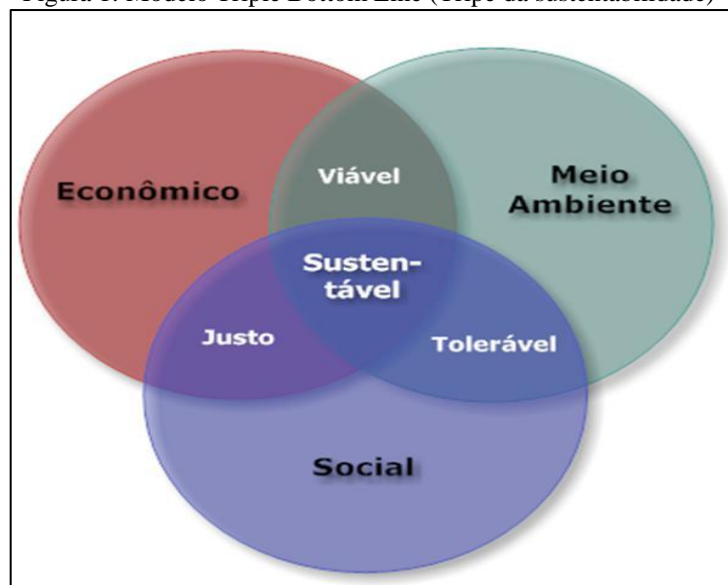
Seiffert (2007), por exemplo, considera cinco dimensões para o desenvolvimento sustentável: social, econômico, ecológico, cultural e geográfico. Já Sachs (1993) defende que a sustentabilidade é composta por seis dimensões: ecológica, econômica, social, espacial ou territorial, cultural e política.

Porém, para o presente trabalho, será utilizado um ponto em comum entre grande parte dos autores no que se refere às dimensões da sustentabilidade. A maioria deles afirma que ela é composta por três dimensões: econômica, social e ambiental. Essas dimensões são também conhecidas como o modelo Tripple Bottom Line (TBL), ou tripé da sustentabilidade.

O modelo Triple Bottom Line (FIGURA 1) foi popularizado em 1997, por meio do livro *Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business* (Sustentabilidade - Canibais com garfo e faca), do britânico John Elkington, que trata os fatores econômico, social e ambiental como dimensões da sustentabilidade. Segundo o autor, esse três aspectos devem interagir de forma holística para satisfazer o conceito de sustentabilidade.

Segundo esse modelo, para as empresas serem sustentáveis, elas devem preservar o meio ambiente e, ao mesmo tempo, serem economicamente viáveis e socialmente justas. De acordo com o autor, esse é o grande desafio para as organizações do mundo atual, serem simultaneamente lucrativa e socioambientalmente responsáveis (ELKINGTON, 1997).

Figura 1: Modelo Triple Bottom Line (Tripé da sustentabilidade)



Fonte: Adaptado de Elkington (1997).

A dimensão econômica inclui não somente a economia formal, mas também as atividades informais que proveem serviços para os indivíduos e grupos, aumentando, assim, a renda e o padrão de vida dos indivíduos. A dimensão ambiental considera o impacto das atividades empresariais sobre o meio ambiente, na forma de utilização dos recursos naturais, e contribui para a integração da administração ambiental na rotina de trabalho. Já a dimensão social consiste no aspecto relacionado às qualidades dos seres humanos, como habilidades, dedicação e experiências, abrangendo tanto o ambiente interno quanto o ambiente externo (ALMEIDA, 2002).

Segundo Barbieri e Cajazeira (2009), o modelo TBL se mostra eficiente, pois as dimensões econômica, social e ambiental são as mais importantes e representam o que é mais específico da atuação das organizações, ou seja, segundo esses critérios, a empresa deve pautar suas atividades visando a uma equidade social, uma eficiência econômica e um equilíbrio com o meio ambiente.

De acordo com Cirelli e Kassai (2010), o tripé da sustentabilidade deve interagir de maneira que haja uma sinergia estrutural entre as três dimensões que resulte em uma capacidade ótima nas decisões estratégicas para uma eficácia nas suas ações e operações, a fim de que possa atingir os seus objetivos dentro da organização.

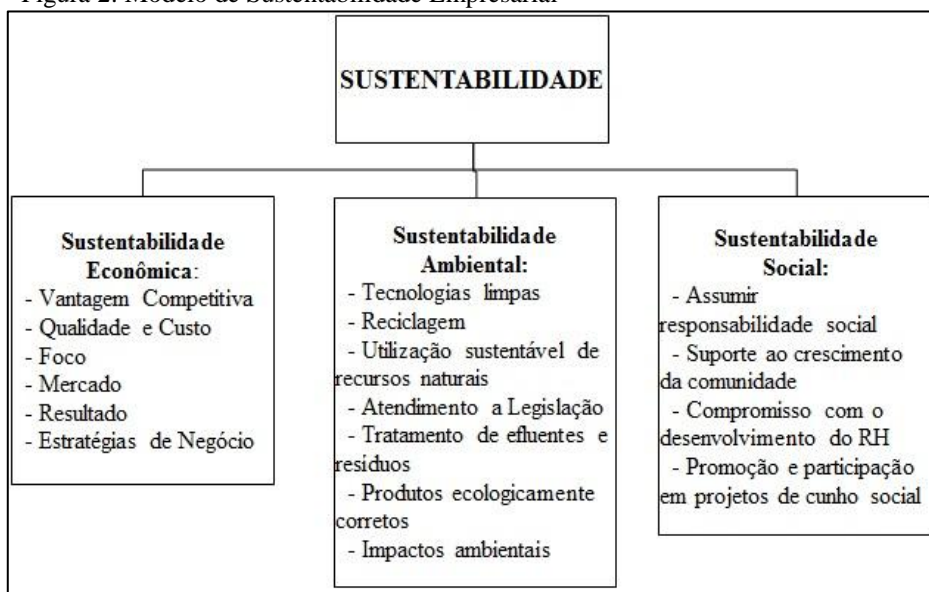
Os autores afirmam ainda que a junção dessas três perspectivas definem valores e procedimentos que as empresas devem institucionalizar para que diminuam os impactos resultantes de suas operações e agreguem valor econômico, social e ambiental à sociedade.

Esse novo modelo de desenvolvimento sustentável - pautado no tripé da eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social - está fazendo com que as empresas escolham estratégias que possam garantir, ao mesmo tempo, uma posição de destaque no mercado perante a concorrência e uma perenidade em longo prazo.

Percebe-se que esse modelo somente é válido se a empresa conseguir uma sinergia entre as dimensões envolvidas, pois os fatores são interligados e um interfere diretamente no outro. A empresa deve estar ciente que ela deve investir em preservação ambiental e promoção social, mas ao mesmo tempo não pode se esquecer de ser lucrativa, ou seja, deve dar retorno aos acionistas. Logo, isso constitui um desafio para as organizações.

Um modelo que pode ser observado para a elaboração de um plano estratégico voltado para sustentabilidade é apresentado por Coral (2002), onde a autora sugere que a empresa deve atender alguns itens para que se possa determinar que ela possui determinado nível de sustentabilidade empresarial, conforme pode ser visto na Figura 2.

Figura 2: Modelo de Sustentabilidade Empresarial



Fonte: Adaptado de Coral (2002, p. 129).

Araújo (2006) salienta que dentro dos princípios de sustentabilidade não se podem separar as questões sociais das questões ambientais. Por isso, quando uma organização é ecologicamente sustentável, ela também estará atuando de forma socialmente responsável, de forma a atender os interesses de todos os *stakeholders* que afetam ou são afetados por suas atividades.

Embasado no tripé da sustentabilidade, o autor lista os diferentes esforços que as organizações devem desenvolver para cada dimensão da sustentabilidade:

- a) **Dimensão Econômica:** Aumento ou estabilidade do faturamento; Tributos pagos ao governo; Folha de pagamento; Maior lucratividade; Receita organizacional; Investimentos; Aumento das exportações (relacionamento com o mercado externo).
- b) **Dimensão Ambiental:** Redução das Emissões de gases nocivos, de efluentes líquidos e de resíduos sólidos; Consumo consciente dos recursos água e energia; Conformidade com as normas ambientais; Exigência de um posicionamento socioambiental dos fornecedores; Uso racional dos materiais utilizados na produção; Investimentos na biodiversidade; Programa de reciclagem e Preservação do meio ambiente.
- c) **Dimensão Social:** Desenvolvimento da comunidade/sociedade; Segurança do trabalho e saúde ocupacional; Responsabilidade social; Treinamento;

Cumprimento das práticas trabalhistas; Seguridade dos direitos humanos; Diversidade cultural.

O objetivo de englobar essas dimensões na estratégia da empresa é minimizar qualquer dano proveniente de suas atividades e, ao mesmo tempo, criar valor econômico, social e ambiental. Esta visão tem por base a ideia de que um bom desempenho social e ambiental agrega valor à organização e por isso deve ser tratado com importância ao desempenho econômico (WAJNBERG, 2008).

2.3 Contexto histórico do desenvolvimento sustentável

Atualmente, muito tem se discutido sobre o tema do desenvolvimento sustentável. Mas, para chegarmos ao nível de debate que nos encontramos hoje, é necessário analisarmos como se deu a evolução do pensamento mundial a respeito do tema ao longo dos anos.

Logo, faz-se necessário realizar uma análise dos principais eventos ligados ao tema do desenvolvimento sustentável para entendermos como se deu o início dos primeiros debates e como eles foram evoluindo e se expandindo em todo o mundo.

Segundo Dias (2009), o ano de 1968 pode ser considerado como o marco nas discussões sobre o meio ambiente, pois foi nesse ano em que ocorreram grandes mobilizações de massa em vários países, onde se iniciou a questionar a racionalidade do sistema capitalista. Apesar do desenvolvimento trazido pela Revolução Industrial, a pobreza e os índices de subdesenvolvimento não baixavam, o que ocasionava uma profunda desigualdade entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

Porém, o tema do desenvolvimento sustentável começou de fato a ser debatido a partir da década de 1970, com a publicação, em 1972, do Relatório “Os Limites do Crescimento”, elaborado pelo Clube de Roma e que tinha como foco as questões ambientais. Também no mesmo ano ocorreu a I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que lançou as bases para o desenvolvimento sustentável.

Na década de 1980, um acontecimento importante foi a elaboração do Relatório “Nosso Futuro Comum”, que definiu o conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo o relatório, desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades.

A década de 1990 foi um momento importante, pois ocorreram vários eventos e diversas discussões sobre o tema. Em 1992, ocorre a II Conferência das Nações Unidas sobre

o Meio Ambiente, Rio-92, que estabeleceu um plano para o desenvolvimento sustentável, a Agenda 21. Em 1997, diversos países assinam o Protocolo de Kyoto, documento que estabeleceu metas para redução de emissão de gases do efeito estufa. No mesmo ano, acontece a Rio +5, no Rio de Janeiro, que avaliou as ações e os compromissos firmados na Rio-92.

No final do século XX, a ONU propõe o uma mobilização voluntária do setor privado para combater diversos problemas mundiais. Assim, em 1999 é elaborado o Pacto Global, com o objetivo de enfrentar problemas globais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. O Pacto Global foi um grande marco ligado ao desenvolvimento sustentável, pois ele foi além do debate sobre as questões ambientais e passou a enquadrar vários outros problemas globais, que possuem uma forte relação com a sustentabilidade das nações mundiais.

Já no início do século XXI, ocorre a Cúpula do Milênio, no ano 2000. Seguindo os parâmetros do Pacto Global de abranger vários assuntos, o evento definiu oito objetivos do milênio, que vão desde acabar com a fome e a miséria e reduzir a mortalidade infantil, até a qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.

Em 2002, acontece a Rio +10, evento que dá continuidade à Rio +5. Nesse evento foram avaliados os dez anos da Rio +5 e foi elaborada a Declaração de Johannesburgo, documento que reforça o comprometimento dos países em promover o desenvolvimento sustentável.

Mais recentemente, em 2012, ocorre a Rio +20, que dá sequência à Rio +10. A Rio +20 renovou o compromisso político dos países com o desenvolvimento sustentável e definiu uma agenda da sustentabilidade para as próximas décadas.

Assim, percebe-se que os primeiros eventos tratavam basicamente da preservação dos recursos naturais, ou seja, tinham foco principalmente no meio ambiente. Mas, já no final do século XX e início do século XXI, outros temas passaram a fazer parte da pauta de discussões e começaram a ser debatidos de forma mais contundente pelos países, como acabar com a miséria mundial, reduzir o consumo desenfreado de produtos e conciliar os interesses sociais, econômicos e ambientais de forma eficiente.

Abaixo, segue um resumo, em ordem cronológica, dos principais eventos ligados ao tema do desenvolvimento sustentável.

2.3.1 O Clube de Roma

Em 1968, o industrialista italiano Aurélio Peccei e o cientista escocês Alexander King reuniram, em Roma, um grupo internacional de profissionais das áreas de diplomacia, indústria, academia e sociedade civil para discutir assuntos relacionados à política, economia internacional e meio ambiente. Surgia então o Clube de Roma, cujo objetivo principal era o debate sobre o consumo de recursos ilimitados num mundo em constante interdependência (CLUB OF ROME, 2013).

Mas foi em 1972 que o Clube de Roma ganhou bastante notoriedade através da publicação do Relatório “*The Limits to Growth*” (Os Limites do Crescimento), estudo desenvolvido por uma equipe de pesquisadores do MIT (Massachusetts Institute of Technology) e considerado um dos primeiros marcos ligados à discussão da sustentabilidade no âmbito global.

O relatório alertou a comunidade internacional sobre questões importantes relacionadas ao crescimento econômico dos países, como os riscos globais dos efeitos da poluição e do esgotamento das fontes de recursos naturais. Ele impactou a comunidade científica ao apresentar cenários bastante catastróficos sobre o futuro do planeta se o padrão desenvolvimentista permanecesse nos mesmos moldes vigentes da época.

A publicação explorava um número de situações e afirmava que existia a opção para a sociedade de reconciliar o progresso sustentável dentro das limitações ambientais. O Clube de Roma, repentinamente, demonstrou que existia uma contradição no crescimento ilimitado e desenfreado dos materiais de consumo e converteu-se no tema principal da agenda global (CLUB OF ROME, 2013).

Segundo Machado *et al.* (2006), a publicação do relatório pode ser considerada um dos primeiros estudos relacionados à questão do meio ambiente e de grande importância para a época, pois identificou quatro grandes problemas:

- a) O esgotamento dos recursos naturais;
- b) A insuficiência de produtos alimentícios;
- c) O controle do crescimento industrial;
- d) O controle do crescimento populacional.

O relatório se mostrou de grande utilidade, pois jogou luz sobre temas importantes que até então eram poucos discutidos pela sociedade naquela época.

2.3.2 I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente

Em 1972, mesmo ano em que foi publicado o relatório do Clube de Roma, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou em Estocolmo, na Suécia, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. A Conferência de Estocolmo, como ficou conhecida, contou com a participação de cento e treze países e mais quatrocentas instituições governamentais e não governamentais e foi a primeira atitude mundial em tentar organizar as relações de homem e meio ambiente.

O evento foi marcado pela disputa do “desenvolvimento zero”, defendido pelos países desenvolvidos e o “desenvolvimento a qualquer custo”, defendido pelas nações subdesenvolvidas. Apesar do conflito de interesses entre os países participantes, o evento resultou em alguns pontos positivos como a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), considerado o principal programa global responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente dos recursos naturais.

A Conferência de Estocolmo elaborou a Declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, documento contendo vinte e seis “princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano”. Ao abordar a necessidade de inspirar e guiar os povos do mundo para a preservação e a melhoria do ambiente humano, o manifesto lançou as bases para o desenvolvimento sustentável e estabeleceu as diretrizes para a nova agenda ambiental do Sistema das Nações Unidas (ONU, 1972).

Em seu primeiro princípio são mostrados os direitos fundamentais do homem, evidenciando que ele deve preservar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras, como pode ser visto abaixo:

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. Declaração de Estocolmo, Princípio 1. (ONU, 1972).

Mostrando uma visão ampla do conceito de sustentabilidade, o oitavo princípio diz que “o desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e para criar na terra as condições necessárias de melhoria da qualidade de vida”.

Outro assunto importante abordado na Declaração de Estocolmo foi o esforço para promover a educação ambiental da população, tendo em vista que a sociedade lida diariamente como uso de recursos naturais.

É indispensável um esforço para a educação em questões ambientais, dirigida tanto às gerações jovens como aos adultos e que preste a devida atenção ao setor da população menos privilegiado, para fundamentar as bases de uma opinião pública bem informada, e de uma conduta dos indivíduos, das empresas e das coletividades inspirada no sentido de sua responsabilidade sobre a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda sua dimensão humana. É igualmente essencial que os meios de comunicação de massas evitem contribuir para a deterioração do meio ambiente humano e, ao contrário, difundam informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo, a fim de que o homem possa desenvolver-se em todos os aspectos. Declaração de Estocolmo, Princípio 19. (ONU, 1972).

A Conferência de Estocolmo trouxe inúmeras contribuições para a sociedade, pois abordou diversos temas polêmicos em busca de um consenso sobre o desenvolvimento sustentável. Assuntos como poluição, política, preservação ambiental e transferências de tecnologias foram amplamente discutidos pelos líderes mundiais, os quais evidenciaram uma preocupação com as gerações atuais e futuras.

2.3.3 Relatório Brundtland e o Conceito de Desenvolvimento Sustentável

Em 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) elaborou um relatório chamado “Our Common Future” (Nosso Futuro Comum), considerado por muitos autores como o primeiro documento a estabelecer o conceito de desenvolvimento sustentável.

O Relatório Brundtland, como ficou conhecido, define que “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (WCED, 1987).

Essa definição de desenvolvimento sustentável vai ao encontro do primeiro princípio da declaração da conferência da ONU sobre o meio ambiente, onde evidencia a preocupação não apenas com a geração presente, mas também com as gerações vindouras.

O Relatório faz parte de uma série de iniciativas, anteriores à Agenda 21, as quais reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, e que ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas (WCED, 1987).

Ele aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo da época, evidenciando mais uma vez a necessidade de uma

nova relação entre o ser humano e o meio ambiente. Ao mesmo tempo, esse modelo não sugere a estagnação do crescimento econômico, mas sim sua conciliação com as questões ambientais e sociais.

O texto vai além das questões ambientais e aborda também o desenvolvimento sustentável nas dimensões social e econômica, as quais já haviam sido expressas no décimo quinto princípio da Declaração de Estocolmo. Silva (2006) argumenta que essas dimensões estão inter-relacionadas por meio de instituições que estabelecem regras de interações e, também influenciam no comportamento da sociedade local.

O documento apresentava inúmeras ações a serem tomadas pelos Estados, definindo metas a serem alcançadas pelas instituições no nível internacional. Dentre as medidas apontadas pelo relatório, consta a diminuição do consumo de energia, o desenvolvimento de tecnologias para uso de fontes energéticas renováveis e o aumento da produção industrial nos países não industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas.

O Relatório aponta uma série de medidas devem ser tomadas pelos países para promover o desenvolvimento sustentável. Entre elas:

- a) Limitação do crescimento populacional;
- b) Garantia de recursos básicos (água, alimentos, energia) a longo prazo;
- c) Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- d) Diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis;
- e) Aumento da produção industrial nos países não industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas;
- f) Controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades menores;
- g) Atendimento das necessidades básicas (saúde, escola, moradia).

No nível global, as metas propostas eram as seguintes:

- a) Adoção da estratégia de desenvolvimento sustentável pelas organizações de desenvolvimento (órgãos e instituições internacionais de financiamento);
- b) Proteção dos ecossistemas supranacionais como a Antártica, oceanos, etc., pela comunidade internacional;
- c) Banimento das guerras;
- d) Implantação de um programa de desenvolvimento sustentável pela

Organização das Nações Unidas (ONU).

Apesar de o Relatório de Brundtland ter sido elaborado em 1987, percebe-se que atualmente ele ainda se encontra bastante atual, pois os problemas apresentados naquela época, apesar de terem melhorados, infelizmente ainda persistem. Isso se deve em parte devido à dificuldade em gerir consensos entre as nações para unificar e promover esforços em prol do desenvolvimento sustentável de forma eficiente.

2.3.4 II Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92

Cinco anos após a publicação do Relatório Brundtland e vinte anos após a Conferência de Estocolmo, a ONU realiza a II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992. O evento, conhecido também como Rio-92, Eco-92 e Cúpula da Terra, reuniu mais de cem chefes de Estado para discutir formas de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas terrestres.

Os temas propostos pela Rio-92 se pautavam em questões apontadas desde a Conferência de Estocolmo, como a proteção dos solos, proteção da atmosfera, combate às mudanças climáticas, proteção das áreas oceânicas e marítimas e preservação da fauna e da flora do planeta.

A Conferência do Rio, considerada um dos maiores e mais importantes eventos sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável, evidenciou que as nações só conseguiriam atingir metas de desenvolvimento de forma conjunta se elas se comprometessem verdadeiramente com o desenvolvimento sustentável e com o impacto de suas ações.

Diversos acordos importantes foram aprovados, como a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Convenção sobre Mudanças Climáticas e Convenção sobre Diversidade Biológica e Declaração de Florestas.

Porém, o principal documento produzido pelo evento foi a Agenda 21, um plano estratégico de ação para o desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 é um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Ela é constituída de áreas de programas que são detalhados em termos de bases para ação, objetivos, atividades e meio de implementação. É composta por quarenta capítulos temáticos e divide-se em quatro grandes seções:

- a) Dimensões sociais e econômicas;
- b) Conservação e manejo dos recursos para o desenvolvimento;
- c) Fortalecimento do papel dos grupos sociais;
- d) Meio de implementação.

Segundo Barbieri (1997), depois da Rio-92 países ricos e pobres começaram a se preocupar seriamente com o chamado desenvolvimento sustentável. Eles procuraram desenvolver formas de como crescer sem poluir tanto o meio ambiente, de como conciliar crescimento econômico e melhoria do nível de vida e de como explorar os recursos naturais, sem esgotar o planeta.

2.3.5 Pós Rio 92 e início do século XXI

Após a Conferência Rio-92, os encontros sobre debates e discussões relacionados ao desenvolvimento sustentável ocorreram em espaços de tempos menores e em diversos países. Desses encontros, surgiram vários documentos, como acordos e protocolos, que devem ser seguidos pelos países aderentes aos respectivos documentos.

Um dos eventos mais notórios e de maior repercussão da mídia foi o evento realizado em 1997, na cidade de Kyoto, no Japão. A decorrência desse evento foi a elaboração do Protocolo de Kyoto, documento no qual os países se comprometem a reduzir suas emissões totais de gases do efeito estufa em pelo menos cinco por cento abaixo dos níveis de 1990, no período de 2008 a 2012.

Também no ano de 1997, foi realizada, em Nova York, a Cúpula da terra, conhecida como Rio+5. O encontro tinha como objetivo principal analisar a execução do Programa 21, aprovado pela Cúpula de 1992.

No final do século XX, outro fato ligado à sustentabilidade teve grande relevância internacional. Durante o Fórum Econômico Mundial de 1999, em Davos, na Suíça, foi criado o Pacto Global, considerado a maior iniciativa de responsabilidade corporativa voluntária do mundo.

O Pacto foi proposto para mobilizar o setor privado para combater os problemas globais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Assim, as corporações, que são os principais agentes da globalização, podem ajudar a garantir que organizações de mercado, comércio, tecnologia e finanças progridam de maneira a beneficiar as economias e sociedades em todos os lugares (GLOBAL COMPACT, 2013).

Ele é uma estrutura básica para o desenvolvimento, implementação e divulgação de políticas e práticas de sustentabilidade, oferecendo aos participantes um amplo espectro de fluxos de trabalho, ferramentas de gestão e outros recursos, todos concebidos para ajudar a melhorar os modelos empresariais sustentáveis.

Para atingir os objetivos propostos, o Pacto Global oferece às empresas participantes a oportunidade de melhorar suas práticas por meio de vários mecanismos: colaboração, aprendizagem, redes locais, parcerias, dentre outros.

Segundo Oliveira (2008, p. 141), o Pacto Global é uma iniciativa voluntária de cidadania empresarial, não gerando obrigações de comportamento ou de reações, mas confia no interesse próprio e esclarecido da empresa. Logo, ele sofre críticas, pois, por se tratar de voluntariado, ocorrem pouco monitoramento e fiscalização das empresas signatárias, não havendo punição para aquelas que descumprirem seus compromissos.

A despeito das críticas, o Pacto Global é considerado uma iniciativa de grande importância para sociedade global, pois, ao discutir temas ligados aos direitos humanos, trabalho e combate à corrupção, extrapolou os limites da sustentabilidade, que até então tinha seu foco na questão ambiental.

No início do século XXI, ocorre a Cúpula do Milênio, evento realizado em Nova York, no ano 2000, e que contou com a presença de representantes de 189 países. Nesse encontro, os líderes mundiais se responsabilizaram em assumir oito compromissos, conhecidos como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e estabeleceram as seguintes metas:

- a) Acabar com a Fome e a Miséria;
- b) Educação Básica de Qualidade para todos;
- c) Igualdade entre Sexos e Valorização da Mulher;
- d) Reduzir a Mortalidade Infantil;
- e) Melhorar a Saúde das Gestantes;
- f) Combater a AIDS, a Malária e outras doenças;
- g) Qualidade de Vida e Respeito ao Meio Ambiente;
- h) Todo Mundo trabalhando pelo Desenvolvimento;

Os países acordaram em alcançar os oito ODM's até 2015 como forma de solucionar alguns dos grandes problemas da humanidade, como a pobreza, a fome e a desigualdade entre os sexos.

Mais uma vez percebe-se que as nações começaram a ser preocupar com temas que vão além das questões ambientais, discutindo assuntos que envolvem as condições de vida da população e cuidado com o ser humano.

Dez anos após a realização da Rio-92, ocorre o encontro da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+10. O evento foi realizado em Johannesburgo, na África do Sul, em 2002, e também contou com a presença de inúmeros países. Novamente, o objetivo principal foi reavaliar e apresentar as conclusões sobre a cúpula realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

Nesse evento foi aprovada a Declaração de Johannesburgo, documento que reforça o compromisso dos países com o desenvolvimento sustentável.

Assumimos a responsabilidade coletiva de fazer avançar e fortalecer os pilares interdependentes e mutuamente apoiados do desenvolvimento sustentável - desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental - nos âmbitos local, nacional, regional e global. Declaração de Johannesburgo (MMA, 2013).

Passam-se mais dez anos e em 2012 ocorre mais uma edição Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, com a mesma temática da cúpula anterior. Conhecida como Rio+20, o evento ocorreu no Rio de Janeiro e marcou os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92).

Considerado um dos maiores eventos realizados pela Nações Unidas, a Rio+20 contou com a participação de chefes de estados de cento e noventa nações que propuseram mudanças no modo como estão sendo usados os recursos naturais do planeta. Seguindo o pensamento ideológico dos últimos eventos ligados ao desenvolvimento sustentável, além de questões ambientais, foram discutidos aspectos relacionados a questões sociais, como a falta de moradia.

A Conferência teve dois temas principais:

- a) A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza;
- b) A estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

O objetivo do evento foi a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes. O evento contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas (ONU, 2012).

Após a abordagem da evolução histórica dos principais eventos ligados ao desenvolvimento sustentável, a partir da década de 1970 até o ano de 2012, elabora-se um quadro resumo com os dados principais de cada um desses eventos:

Quadro 1: Principais eventos mundiais ligados ao desenvolvimento sustentável

Ano	Local	Evento	Principais contribuições
1972	Roma, Itália	Clube de Roma - Publicação do Relatório “Os Limites do Crescimento”	Deu início às discussões sobre as questões ambientais no nível global
1972	Estocolmo, Suécia	I Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente	Lançou as bases para o desenvolvimento sustentável
1987	Nova York, EUA	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Publicação do Relatório Brundtland	Definiu o conceito de desenvolvimento sustentável, que é utilizado até hoje
1992	Rio de Janeiro, Brasil	II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (Rio-92)	Elaborou a Agenda 21, um plano de implementação do desenvolvimento sustentável
1997	Kyoto, Japão	Assinatura do Protocolo de Kyoto	Estabeleceu metas de redução de gases do efeito estufa
1997	Rio de Janeiro, Brasil	Rio +5	Avaliou os cinco anos da Rio-92 e aprovou o texto do programa de implementação da Agenda 21
1999	Davos, Suíça	Pacto Global	Conscientizou e mobilizou o setor privado a combater vários problemas mundiais
2000	Nova York, EUA	Cúpula do Milênio	Aprovou a Declaração do Milênio, contendo oito objetivos a serem alcançados pelos países
2002	Johanesburgo, África do Sul	Rio +10	Avaliou a Rio +5 e aprovou a Declaração de Johanesburgo
2012	Rio de Janeiro, Brasil	Rio +20	Avaliou a Rio +10 e definiu uma agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.4 Sustentabilidade empresarial

A preocupação das empresas com questões sociais e ambientais têm crescido consideravelmente nos últimos anos, tanto pela cobrança por parte do governo como dos próprios clientes, que estão mais conscientes sobre as ações tomadas pelas organizações. As empresas passaram a ser preocupar não apenas com o lucro, mas também com os impactos que suas práticas causam tanto no meio ambiente como em toda a sociedade.

Diante desse novo pensamento empresarial, as organizações passaram a adotar um novo comportamento de gestão estratégica, onde a desempenho da empresa é medida não mais apenas pelos indicadores econômicos, como o lucro e os ativos, mas também por indicadores sociais e ambientais internos e externos, como projetos sociais e culturais, desenvolvimento e capacitação dos funcionários, apoio à comunidade local, preservação do meio ambiente, gestão de riscos ambientais e ecoeficiência.

A discussão em torno da atuação social das empresas e da construção de uma ética empresarial acabou tendo consequências concretas: muitas empresas começaram a investir em áreas sociais, tradicionalmente ocupadas somente pelo Estado (TORRES, 2001, p. 19).

Diniz da Silva (2009) considera que as empresas devem levar em consideração as dimensões econômicas, sociais e ambientais da sustentabilidade no desenvolvimento de suas estratégias e ações. O autor afirma que do ponto de vista econômico, a sustentabilidade pressupõe que as organizações têm que ser economicamente viáveis e devem cumprir o seu papel na sociedade, dando retorno ao investimento realizado pelo capital privado.

Em termos sociais, a organização deve proporcionar boas condições de trabalho aos seus colaboradores, agir com ética e transparência, e propiciar o desenvolvimento econômico-social do ambiente no qual ela está inserida. Quanto à dimensão ambiental, a empresa deve posicionar-se com respeito ao meio ambiente e pautar-se pela ecoeficiência dos seus processos produtivos, oferecendo condições para o desenvolvimento de uma cultura organizacional pautada pela responsabilidade ambiental.

Nesse sentido, Marcondes (2007) afirma que:

Ser uma organização sustentável significa ser economicamente lucrativa, ambientalmente correta e socialmente responsável. Sendo assim, as ações de sustentabilidade precisam atuar como suporte das estruturas de gestão das organizações, e não apenas como ações pontuais. (Marcondes, 2007).

Segundo Diniz (2001), um dos pontos positivos da sustentabilidade é que muitas instituições estão tendo uma maior conscientização do sua importância como agente de

desenvolvimento no meio social, na medida em que elas percebem que fazem parte de ecossistemas complexos, que incluem sociedade, comunidade, governo e meio-ambiente. O autor complementa que para empresas obterem um crescimento sustentável é necessário que elas valorizem os *stakeholders*, que estejam abertas para mudanças e que sejam transparentes e realmente preocupadas com o meio ambiente local e global.

2.5 A sustentabilidade numa abordagem de stakeholders

Do ponto de vista da sustentabilidade organizacional, os *stakeholders* ganharam importância fundamental na gestão das organizações. Por isso, houve a necessidade de identificar quem são os *stakeholders*, como eles influenciam as organizações e de que forma é possível manter bom um relacionamento com os mesmos.

O termo *stakeholder* foi usado pela primeira vez na década de 1980, pelo americano Robert Edward Freeman. De acordo com o autor, *stakeholders* são definidos como qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela realização dos objetivos da empresa (FREEMAN, 1984).

Ainda segundo Moir (2001) e Falck e Heblich (2007), os *stakeholders* são todos aqueles que afetam e são afetados pelas atividades da empresa, e pelos quais a empresa deve responsabilizar-se.

Os *stakeholders* podem influenciar as organizações por meio de suas opiniões e ações e por isso devem ser vistos como indivíduos essenciais para o sucesso da organização. Seus riscos e impactos causados, tanto positivos como negativos, devem ser avaliados constantemente, pois eles estão direta e indiretamente ligados à organização.

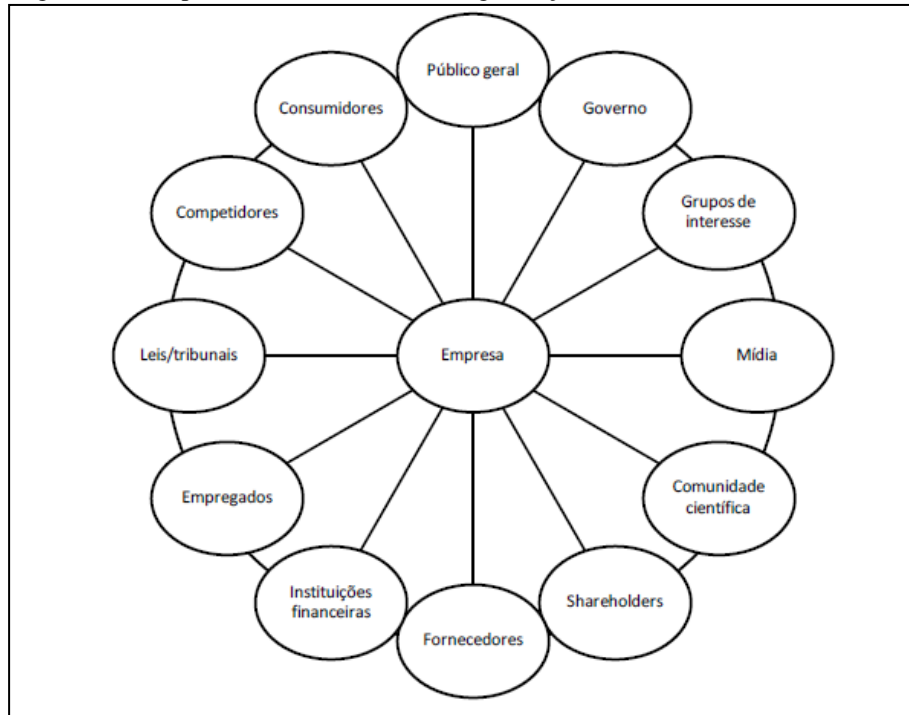
Podemos classificar os *stakeholders* em dois grupos principais, os internos e os externos à organização:

a) **Stakeholders internos:** são as pessoas mais próximas da organização, como os acionistas, os gerentes e os trabalhadores. Os acionistas são os donos da organização e sua contribuição é o investimento em suas ações pela perspectiva de retorno. Os gerentes são os responsáveis pelos negócios da organização, coordenando os recursos e assegurando o alcance dos objetivos. Os trabalhadores são todos os outros empregados que possuem obrigações e responsabilidades;

b) **Stakeholders externos:** são pessoas que possuem algum interesse na organização, como clientes, fornecedores, governo, comunidades locais e público em geral.

A Figura 3 mostra os principais *stakeholders* de uma organização.

Figura 3: Principais stakeholders de uma organização



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Polonsky (1995).

Jensen (2001) afirma, através da teoria de maximização do valor, que é impossível maximizar valor de longo prazo da organização desprezando qualquer participante das redes de *stakeholder*. Dessa maneira, o autor reconhece a importância de a empresa considerar os diversos públicos existentes e fundamentais para seus relacionamentos.

Percebe-se que houve uma evolução no pensamento das organizações, e por sua vez uma adequação aos interesses das redes de *stakeholders*. A incorporação de medidas de responsabilidade social corporativa na estratégia da empresa passa a ser importante porque os ativos, as ações e os produtos que geram receitas estão ligados a políticas e práticas sustentáveis de mercado.

O envolvimento das empresas com questões ligadas às questões socioambientais pode transformar-se numa oportunidade de negócios, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos *stakeholders* e a sustentabilidade dos recursos naturais, sendo parte da estratégia empresarial satisfazer os públicos de interesse.

Logo, a empresa deve não somente ter um relacionamento com seus *stakeholders*, mas também deve engajá-los no reconhecimento e na criação de um compromisso com

responsabilidade e transparência junto aos públicos de interesse sobre impactos das políticas, decisões, ações, produtos e desempenho a eles associados.

A empresa deve compartilhar com os seus *stakeholders* todas as decisões que os envolvam, seja de forma positiva ou negativa, mantendo, assim, um relacionamento aberto com seus públicos. Além disso, a empresa deve levar em consideração os elementos que promovem a sustentabilidade e, também, as necessidades, preocupações e expectativas da organização e de seus públicos.

Com isso, a empresa deve conseguir responder de forma clara aos questionamentos dos stakeholders, onde as respostas devem ir ao encontro do ponto de vista das partes interessadas.

O engajamento dos *stakeholders* é capaz de prover os seguintes benefícios:

- a) Identificação das percepções e expectativas reais dos *stakeholders*;
- b) Compreensão abrangente dos impactos, riscos e oportunidades de melhoria (de processos internos e de tomada de decisões);
- c) Aproximação junto às partes interessadas, construindo e consolidando uma imagem de confiança e respeito pela empresa;
- d) Mobilização de públicos para o alcance dos objetivos e estratégias da empresa (junto ao desenvolvimento sustentável).

Nesse sentido, é importante que as empresas se preocupem com a educação ambiental dos seus *stakeholders*, pois ela deve ser considerada como instrumento indispensável da gestão ambiental para a materialização da visão do desenvolvimento sustentável, proporcionando uma maior conscientização sobre sustentabilidade às partes interessadas no negócio (SEIFFERT, 2007, p.267).

Assim, fica clara a importância da gestão dos *stakeholders* para as organizações e o impacto que esses podem ter nas suas atividades empresariais, sendo de fundamental importância mapeá-los e envolvê-los em suas atividades.

2.6 Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial

No Brasil, um dos institutos que são tidos como referência na questão da avaliação da responsabilidade social empresarial é o Instituto Ethos, que elabora um questionário contendo vários indicadores para analisar o desempenho das empresas. Esses indicadores envolvem questões sociais, ambientais e econômicas.

Os indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial são instrumentos que permitem avaliar e mensurar as práticas de gestão de responsabilidade social desenvolvidas pelas empresas. Esses indicadores têm como foco avaliar o quanto a sustentabilidade e a responsabilidade social têm sido incorporados nos negócios, auxiliando a definição de estratégias, políticas e processos das empresas (ETHOS, 2013).

Desenvolvido pelo Instituto Ethos, os indicadores são uma ferramenta de gestão que visa apoiar as empresas na incorporação da sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial (RSE) em suas estratégias de negócio, de modo que esse venha a ser sustentável e responsável. Procura integrar os princípios e comportamentos da RSE com os objetivos para a sustentabilidade, baseando-se num conceito de negócios sustentáveis e responsáveis ainda em desenvolvimento (ETHOS, 2013).

Embora traga medidas de desempenho em sustentabilidade e responsabilidade social, esta ferramenta não se propõe a medir o desempenho das empresas nem reconhecer empresas como sustentáveis ou responsáveis. Trata-se de um instrumento de autoavaliação e aprendizagem de uso essencialmente interno, pois são as próprias empresas que respondem o questionário quem contém os indicadores.

Para o Instituto Ethos, um negócio sustentável e responsável:

É a atividade econômica orientada para a geração de valor econômico-financeiro, ético, social e ambiental, cujos resultados são compartilhados com os públicos afetados. Sua produção e comercialização são organizadas de modo a reduzir continuamente o consumo de bens naturais e de serviços ecossistêmicos, a conferir competitividade e continuidade à própria atividade e a promover e manter o desenvolvimento sustentável da sociedade (ETHOS, 2013).

Os indicadores do Instituto Ethos são estruturados em forma de questionário, que possui uma parte com questões de profundidade e outra parte com questões binárias e quantitativas. As questões medem a responsabilidade empresarial através de vários temas, que são equivalentes às diversas dimensões do conceito de responsabilidade social (ASHLEY, 2006, p.29).

O questionário foi reformulado no ano de 2013 e agora, além de indicadores, subtemas e temas, ele passa a ser agrupado em dimensões. As dimensões são desdobradas em temas, que por sua vez são desdobradas em subtemas e, posteriormente, em indicadores, conforme pode ser visto na Figura 4.

Os indicadores são divididos em oito temas: Visão e estratégia, Governança organizacional, Práticas de operação e gestão, Direitos humanos, Práticas de trabalho,

Questões relativas ao consumidor, Envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento, e Meio Ambiente.

Figura 4: Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis

Dimensão	Tema	Subtema	Nº	Indicador	Básica	Essencial	Ampla	
Visão e Estratégia	Visão e Estratégia	Visão e Estratégia	1	Estratégias para a sustentabilidade	Básica	Essencial	Ampla	
			2	Proposta de Valor		Essencial	Ampla	
			3	Modelo de Operação				
Governança e Gestão	Governança Organizacional	Governança e Conduta	4	Código de Conduta	Básica	Essencial	Ampla	
			5	Governança da Organização (empresas de capital aberto/fechado)	Básica	Essencial	Ampla	
			6	Compromissos Voluntários e Participação em Iniciativas de RSE/Sustentabilidade				
			7	Engajamento das Partes Interessadas		Essencial	Ampla	
			8	Relações com Investidores e relatórios financeiros				
		Prestação de Contas	9	Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios Integrados		Essencial	Ampla	
			10	Comunicação com Responsabilidade Social				
			Práticas de Operação e Gestão	11	Concorrência Leal		Essencial	Ampla
				12	Práticas Anticorrupção	Básica	Essencial	Ampla
				13	Envolvimento Político Responsável			Ampla
	14	Envolvimento no Desenvolvimento de Políticas Públicas						
	Sistemas de Gestão	15	Gestão Participativa			Ampla		
		16	Sistema de Gestão Integrado			Ampla		
		17	Sistema de Gestão de Fornecedores	Básica	Essencial	Ampla		
		18	Mapeamento dos Impactos da Operação e Determinação de Assuntos Prioritários para a Gestão	Básica	Essencial	Ampla		
		19	Gestão da RSE/Sustentabilidade					
	Social	Direitos Humanos	Situações de Risco para os Direitos Humanos	20	Monitoramento de Impactos do Negócio nos Direitos Humanos	Básica	Essencial	Ampla
				21	Trabalho Infantil na Cadeia Produtiva		Essencial	Ampla
				22	Trabalho Forçado (ou Análogo ao Escravo) na Cadeia Produtiva		Essencial	Ampla
23			Promoção da Diversidade e Equidade		Essencial	Ampla		
Práticas de Trabalho		Relações de Trabalho	24	Relação com Trabalhadores (Efetivos, Terceirizados, Temporários ou Parciais)	Básica	Essencial	Ampla	
			25	Relações com Sindicatos		Essencial	Ampla	
		Desenvolvimento Humano, Benefícios e Treinamento	26	Remuneração e Benefícios			Ampla	
			27	Compromisso com o Desenvolvimento Profissional			Ampla	
			28	Comportamento frente a Demissões e Empregabilidade			Ampla	
		Saúde e Segurança no Trabalho e Qualidade de Vida	29	Saúde e Segurança dos Trabalhadores		Essencial	Ampla	
			30	Condições de Trabalho, Qualidade de Vida e Jornada de Trabalho		Essencial	Ampla	
		Questões relativas ao consumidor	Respeito ao Direito do Consumidor	31	Relacionamento com o Consumidor		Essencial	Ampla
				32	Impacto decorrente do Uso dos Produtos ou Serviços	Básica	Essencial	Ampla
			Consumo Consciente	33	Estratégia de Comunicação Responsável e Educação para o Consumo Consciente			
Envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento		Gestão de Impactos na Comunidade e Desenvolvimento	34	Gestão dos Impactos da Empresa na Comunidade	Básica	Essencial	Ampla	
			35	Desenvolvimento da Comunidade e Gestão das Ações Sociais			Ampla	
			36	Apoio ao Desenvolvimento de Fornecedores				
			37	Governança das Ações Relacionadas às Mudanças Climáticas	Básica	Essencial	Ampla	
Ambiental		Meio Ambiente	Mudanças Climáticas	38	Adaptação às Mudanças Climáticas			
				39	Sistema de Gestão Ambiental	Básica	Essencial	Ampla
	Gestão e Monitoramento dos Impactos sobre os Serviços Ecosistêmicos e a Biodiversidade		40	Prevenção da Poluição			Ampla	
			41	Uso Sustentável de Recursos: Materiais			Ampla	
			42	Uso Sustentável de Recursos: Água			Ampla	
			43	Uso Sustentável de Recursos: Energia			Ampla	
			44	Uso Sustentável da Biodiversidade e Restauração dos Habitats Naturais				
			45	Educação e Conscientização Ambiental			Ampla	
			Impactos do Consumo	46	Impactos do Transporte, Logística e Distribuição			
	47			Logística Reversa		Essencial	Ampla	

Fonte: Instituto Ethos (2013).

O primeiro tema aborda a visão e a estratégia empresarial, as quais constituem as bases para a definição de suas ações. Tendo em vista a sua importância e relevância, recomenda-se que tanto a visão como a estratégia da empresa incorporem atributos de sustentabilidade, que devem estar igualmente presentes tanto nos produtos e serviços que a empresa oferece como na forma que organiza e estabelece suas operações.

O segundo tema trata da governança organizacional, orientando a empresa a estruturar sua gestão alinhada à sustentabilidade e abrange desde a proposição e implementação de políticas até sua integração com os processos de gestão da empresa. São

avaliados se a empresa se informa e se responsabiliza pelos impactos que produz, sejam de natureza econômica, social ou ambiental, e até mesmo de natureza ética.

O próximo tema fala das práticas de operação e gestão das empresas, como o posicionamento das empresas em relação à concorrência leal, ao envolvimento político e às práticas de corrupção. A sociedade está cada vez mais atenta a essas práticas e tem se expressado cobrando medidas claras das empresas para que tenham uma conduta ética e transparente.

Em seguida, é mostrado que as empresas e os governos são responsáveis por garantir o respeito aos direitos humanos. Esses direitos não se limitam apenas ao cumprimento legal das normas e ao respeito aos trabalhadores, mas se aplicam a todos os relacionamentos da empresa. Assim, é fundamental que a empresa estabeleça políticas e mecanismos que favoreçam o respeito e previnam qualquer tipo de violação a esses direitos.

As práticas de trabalho são abordadas no quinto tema, procurando avaliar como as empresas investem no desenvolvimento profissional e pessoal dos seus empregados, bem como na melhoria das condições de trabalho e no aprofundamento das relações com seus empregados. Segundo o Instituto Ethos, o trabalho significativo e produtivo constitui elemento essencial para o desenvolvimento humano. Sua ausência constitui causa primordial de problemas sociais (ETHOS, 2013).

O sexto tema faz referência às questões relativas ao consumidor. Nesse tema busca-se avaliar o relacionamento da empresa com seus consumidores através das ações de marketing, do consumo consciente, da excelência no atendimento e do respeito ao consumidor. O relacionamento das empresas com os consumidores tende a se tornar cada vez mais uma prática transparente, onde deve haver um processo de comunicação entre a empresa e o cliente a fim de se obter a confiança dos consumidores.

O envolvimento com a comunidade e o seu desenvolvimento é outro tema abordado, tendo em vista que o relacionamento das organizações com as comunidades deve ser feito de forma recíproca, com condição favorável tanto ao desenvolvimento individual de seus membros como da comunidade como um todo. As decorrências do envolvimento da empresa com a comunidade vão além da indução de políticas públicas e do compromisso com metas de desenvolvimento da sociedade em geral. Assim, são analisadas ações adotadas pela empresa em relação ao seu envolvimento com a comunidade como o apoio aos fornecedores, impactos da empresa na comunidade e desenvolvimento de ações sociais.

O último tema fala do meio ambiente e avalia o gerenciamento do impacto ambiental das empresas, mostrando a percepção que as empresas têm dos impactos causados por suas atividades. Nesse tema são abordados a governança da empresa em relação às mudanças climáticas, os impactos do consumo e o uso sustentável de recursos naturais.

Através da análise dos temas, percebe-se que o Instituto Ethos aborda a sustentabilidade e a responsabilidade social como conceitos interdependentes e não excludentes. Esse entendimento tem origem nas próprias reflexões que são feitas das organizações, buscando integrar os princípios e comportamentos da responsabilidade social com os objetivos para a sustentabilidade (ETHOS, 2013).

Os indicadores do Instituto Ethos nos fornecem um importante direcionamento da análise da sustentabilidade empresarial, tendo em vista que através deles são analisados diversos princípios e práticas de sustentabilidade adotada pelas organizações, tanto na dimensão social, quanto econômica e ambiental. Além disso, ele não se restringe a um setor específico de empresas, podendo ser aplicado nos mais diversos tipos de organizações, tanto públicas quanto privadas.

Logo, esses indicadores são fundamentais para que as empresas se autoavaliem e se estimulem a procurar melhorias nas suas práticas de gestão, tendo como objetivo tornar os seus negócios ainda mais responsáveis e sustentáveis.

3 SUSTENTABILIDADE NO SETOR FINANCEIRO

Para entendermos melhor a sustentabilidade no setor financeiro, primeiramente, será visto a composição do Sistema Financeiro Nacional e em seguida a evolução da sustentabilidade nesse sistema, bem como os principais indicadores de sustentabilidade aplicados às instituições financeiras.

3.1 O Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é formado por um conjunto de instituições e órgãos, financeiros e não financeiros, cujo objetivo é realizar a gestão da política econômica do governo federal brasileiro. Sua função é controlar e fiscalizar todas as instituições que são ligadas às atividades econômicas dentro do país (BACEN, 2008).

Ele foi estruturado e regulado pela Lei nº 4.595, de 31/12/1964, conhecida por “Lei da Reforma Bancária”. Sua estrutura atual está definida desde 1988, quando foi elaborada a Constituição Federal do Brasil, porém sua formação teve início com a vinda da família real portuguesa, em 1808, ano em que foi criado o Banco do Brasil.

O art. 192 da Constituição Federal do Brasil mostra que:

O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporem, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram (BRASIL, 1988).

O SFN é composto por dois subsistemas, um normativo e de supervisão e outro operativo. O subsistema normativo e de supervisão é responsável por editar normas que definem os parâmetros para transferência de recursos, além de supervisionar e controlar o funcionamento de instituições que realizam intermediação monetária. Já o subsistema operativo é responsável por operacionalizar a transferência de recursos, de acordo com as regras estabelecidas pelo subsistema de supervisão.

O subsistema de normatização e supervisão é formado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC),

Superintendência de Seguros Privados (Susep), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e IRB- Brasil Resseguros.

Já o subsistema operativo é formado pelas Instituições Financeiras Bancárias, Instituições Financeiras Não Bancárias, Instituições do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, Agentes Especiais, dentre outros.

As Instituições Financeiras Bancárias são autorizadas a captar recursos junto ao público, sob a forma de depósito à vista, podendo, por isso, criar a moeda escritural. São compostas por Bancos comerciais, Caixas Econômicas, Cooperativas de crédito, Bancos cooperativos e Bancos Múltiplos com carteira comercial.

Por outro lado, as Instituições Financeiras Não Bancárias não são autorizadas não são autorizadas a captar recursos sob a forma de depósito à vista. São elas: Bancos de Investimento, Bancos Estaduais de Desenvolvimento, Sociedade de Arrendamento Mercantil, Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento, Companhias Hipotecárias e Bancos Múltiplos Sem Carteira Comercial.

O Sistema Financeiro Nacional é considerado de grande importância para o Brasil, pois sua estabilidade e eficiência estão diretamente ligadas ao desenvolvimento econômico do país.

3.2 Evolução da sustentabilidade no setor financeiro

O engajamento das instituições financeiras com as questões ligadas à sustentabilidade tem evoluído continuamente ao longo dos anos. Isso se deve em parte pela decorrência de pressões das organizações ambientalistas, que perceberam a posição estratégica do setor financeiro para atingir os agentes responsáveis diretamente pelos impactos socioambientais.

Por meio de investimentos, empréstimos e financiamentos os bancos têm papel fundamental na mobilização e alocação de recursos que vão induzir e reforçar iniciativas na direção de uma economia de baixo carbono. A capilaridade e amplitude da rede bancária e sua presença junto à população é importante fator de disseminação de novas culturas e de educação financeira (FEBRABAN, 2011).

De acordo com Mattarozzi e Trunkl (2008, p. 26), um dos primeiros esforços envolvendo bancos e desenvolvimento sustentável ocorreu em 1987, mesma época da divulgação do conceito de desenvolvimento sustentável. Nesse ano, o SustainAbility, um

centro de estudos e consultoria criado por ambientalistas em Londres, conclamava os mercados financeiros e investidores a incentivar mudanças na utilização de recursos naturais visando ao equilíbrio ambiental.

Já em 1992 é criado o Fórum Mundial de Finanças no âmbito da Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (United Nations Environment Programme Finance Initiative – Unep-FI) voltado exclusivamente a entender as consequências das ações sociais e ambientais nas atividades financeiras.

Nas últimas décadas, vários acordos e princípios foram estabelecidos entre as instituições financeiras com o objetivo de promover práticas voltadas à sustentabilidade. Dentre esses acordos, destacam-se o Protocolo Verde, os Princípios do Equador e os Princípios para o Investimento Responsável (PRI), que são detalhados nos tópicos a seguir.

3.2.1 *Protocolo Verde*

O ano de 1995 marca uma das primeiras iniciativas do setor financeiro brasileiro relacionado à incorporação da sustentabilidade nos negócios. Neste ano, foi elaborado, no Brasil, o Protocolo Verde, conjunto de princípios através dos quais as instituições financeiras demonstram suas intenções de desenvolver práticas de responsabilidade socioambiental. A finalidade específica do protocolo é promover a variável ambiental como critério na concessão de crédito e benefícios fiscais por parte dos bancos, órgãos e autarquias do governo federal (MATTAROZZI; TRUNKL, 2008, p. 29).

Assinaram o acordo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco da Amazônia.

Em 2008, esses mesmos bancos renovaram seus compromissos socioambientais e lançaram uma segunda versão do Protocolo Verde, válido pelo prazo de cinco anos. Essa nova versão é mais detalhada, estabelecendo princípios mais abrangentes e objetivos nas análises de clientes e de projetos de investimentos, bem como na gestão de recursos financeiros. O objetivo do Protocolo Verde é:

Estabelecer a convergência de esforços para o empreendimento de políticas e práticas bancárias que sejam precursoras, multiplicadoras, demonstrativas ou exemplares em termos de responsabilidade socioambiental e que estejam em harmonia com o objetivo de promover um desenvolvimento que não comprometa as necessidades das gerações futuras a partir da atualização dos compromissos previstos no Protocolo Verde, firmado em 1995 (PROTOCOLO VERDE, 2008).

Dentre suas diretrizes, destacam-se o oferecimento de financiamentos em condições diferenciadas de taxa e de prazo para atividades que promovam o desenvolvimento sustentável, o uso sustentável de recursos naturais, a proteção ambiental e o engajamento das partes interessadas nas políticas e práticas de sustentabilidade.

3.2.2 *Princípios do Equador*

Em 2003, dez grandes bancos mundiais lançaram os Princípios do Equador (Equator Principles), conjunto de normas baseadas nas políticas socioambientais do Banco Mundial e da International Finance Corporation (IFC). A adesão aos Princípios do Equador é voluntária e os bancos comprometem-se a aplicá-los mundialmente nos financiamentos de projetos de todos os setores de atividades, desde mineração e petróleo, até exploração florestal (MATTAROZZI; TRUNKL, 2008, p. 30).

No ano em que foi elaborado, os princípios destinavam-se a implementar a avaliação dos riscos sociais e ambientais associados ao financiamento de projetos de valor acima de 50 milhões de dólares. Em 2006, os princípios foram revistos, tendo sido reduzido para 10 milhões de dólares. Além disso, eles passaram a valer também para atividades de consultoria financeira de projetos em melhorias ou expansões de projetos existentes nos quais os impactos sociais e ambientais são expressivos.

Ao longo dos anos, a quantidade bancos signatários do protocolo foi aumentando. Em 2008, cerca de sessenta bancos eram signatários, incluindo quatro brasileiros – Unibanco, Itaú, Bradesco e Banco do Brasil. Atualmente, o acordo conta a adesão de 78 bancos em 35 países (PRINCÍPIOS DO EQUADOR, 2013).

Segundo Mattarozzi e Trunkl (2008, p. 37), apesar de representarem um passo importante na direção da incorporação da sustentabilidade nos negócios do setor financeiro, os Princípios do Equador se aplicam apenas às atividades *Project Finance*, as quais tem uma participação pequena em relação ao total das operações financeiras.

Mesmo assim, os Princípios do Equador ajudaram a impulsionar o desenvolvimento de outras práticas de gestão ambiental e social responsável no setor financeiro e no setor bancário, fornecendo uma plataforma de envolvimento com *stakeholders* (PRINCÍPIOS DO EQUADOR, 2013).

3.2.3 Princípios para o Investimento Responsável – PRI

Outra iniciativa do setor financeiro foi a elaboração dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), conjunto de práticas e princípios de responsabilidade socioambiental e de governança corporativa a serem observados por investidores institucionais em seus negócios.

Segundo Mattarozzi e Trunkl (2008, p. 37), os PRI começaram a ser discutidos em 2005, quando o secretário geral das Nações Unidas, Kofi Annan, convidou um grupo de grandes investidores institucionais do mundo todo para desenvolver tais princípios. Os trabalhos foram realizados por representantes de vinte instituições de doze países, tendo inclusive a participação do Brasil.

Os PRI foram lançados em 2006 e refletem as principais premissas utilizadas pelo grupo responsável por sua criação, como elevada diversificação na carteira de aplicações e amplo horizonte de investimento. Eles constituem uma iniciativa voluntária que tem por objetivo estimular investidores de todo o mundo a incorporar as variáveis social, ambiental e de governança corporativa em suas análises de investimento.

Seus signatários se comprometem a incorporar os princípios nas políticas e nos processos de análise e decisão de investimentos, a desenvolver normas que regulem os direitos dos acionistas e a promover a abertura e a padronização de informações sobre questões socioambientais e de governança integradas aos relatórios financeiros (MATTAROZZI; TRUNKL, 2008, p. 38).

Os PRI contam atualmente com centenas de instituições de vários países. No Brasil há 63 instituições signatárias, entre elas os fundos de pensão, gestores e prestadores de serviço (PRI, 2013).

O Protocolo Verde, os Princípios do Equador e os Princípios para Investimento Responsável (PRI) mostram que o setor financeiro é um dos mais importantes e relevantes em relação à incorporação do desenvolvimento sustentável dentro das organizações.

Percebe-se que as instituições financeiras têm procurado melhorar suas práticas voltadas para a sustentabilidade, procurando estabelecer princípios e acordos entre instituições de vários países e que tenham impactos no mundo todo. Esses esforços se devem não somente a uma maior pressão da sociedade como também a uma estratégia de mercado, tendo em vista que vários bancos têm adotado a sustentabilidade em seus negócios.

Os principais acordos adotados pelos bancos brasileiros, em ordem cronológica, são mostrados no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2: Principais acordos adotados por bancos brasileiros

Ano	Acordo	Principal diretriz
1995	Protocolo Verde	Promover a variável ambiental como critério na concessão de crédito e benefícios fiscais por parte dos bancos, órgãos e autarquias do governo federal.
2003	Princípios do Equador	Implementar a avaliação dos riscos sociais e ambientais associados ao financiamento de projetos de valor acima de dez milhões de dólares.
2006	Princípios para o Investimento Responsável (PRI)	Estimular investidores de todo o mundo a incorporar as variáveis social, ambiental e de governança corporativa em suas análises de investimento.

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3 Indicadores de sustentabilidade aplicados às instituições financeiras

Os indicadores de sustentabilidade têm por objetivo avaliar as ações de sustentabilidade empresarial desenvolvidas pelas organizações. Esses indicadores podem ser quantitativos ou qualitativos e variam quanto à abrangência e aos critérios utilizados.

O objetivo dos indicadores é agregar e quantificar as ações e ideologias desenvolvidas pelas empresas, de modo que a sua significância fique mais aparente. Eles simplificam as informações sobre os fenômenos complexos, tentando melhorar com isso o processo de comunicação (BELLEN, 2005).

Dentre os indicadores utilizados pelas instituições financeiras destacam-se o Dow Jones Sustainability Index (DJSI), o Global Reporting Initiative (GRI), o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Índice de Carbono Eficiente (ICO2), que serão detalhados logo abaixo.

3.3.1 *Dow Jones Sustainability Index (DJSI)*

A Bolsa de Valores de Nova York lançou, em 1999, o Dow Jones Sustainability Index (DJSI), indicador de performance financeira das empresas líderes em sustentabilidade. Indexado à Bolsa de Nova York, as empresas que constam neste índice são classificadas como as mais capazes de criar valor para os acionistas, no longo prazo, levando em conta uma gestão de riscos associadas a critérios econômicos, sociais e ambientais.

O DJSI engloba apenas 10% das empresas mais bem avaliadas em cada setor de referência, que vai desde empresas automobilísticas até empresas de tecnologia e informação. O índice é divulgado anualmente e tem o objetivo de orientar a alocação de recursos pelos gestores globais, estimulando a responsabilidade ética corporativa e o desenvolvimento sustentável.

Segundo Mattarozzi e Trunkl (2008, p. 29), o DJSI é o primeiro índice global de ações de empresas consideradas sustentáveis segundo critérios financeiros, sociais e ambientais. Antes da criação do índice, as referências que existiam para escolha de investimentos sustentáveis eram feitas por fundos éticos setoriais (OLIVEIRA, 2008).

Na edição de 2013, o índice conta com 333 empresas de 25 países, sendo 8 brasileiras. Dessas oito empresas, quatro são bancos: Bradesco, Itaú Unibanco, Itaú S/A e Banco do Brasil. O Itaú é a única empresa do Brasil incluída no DJSI desde o lançamento do índice.

Nota-se que os bancos representam metade das empresas brasileiras que constam no índice desse ano, o que reflete a relevância desse setor para a sustentabilidade empresarial do país.

3.3.2 *Global Reporting Initiative (GRI)*

A Global Reporting Initiative (GRI) promove a metodologia mais difundida e adotada atualmente para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade em todo o mundo. Os padrões utilizados pela GRI são um dos mais respeitados em termos de indicadores de sustentabilidade e suas diretrizes são usadas por mais de 1.500 instituições no mundo todo (GRI, 2013).

A GRI é uma Organização Não governamental internacional, com sede em Amsterdã, na Holanda, cuja missão é fazer com que a prática de relatórios de sustentabilidade se torne padrão, fornecendo orientação e suporte para as organizações. A estrutura para relatórios de sustentabilidade propostos estabelece os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e comunicar seu desempenho econômico, ambiental e social.

Segundo a instituição, os relatórios de sustentabilidade podem ser usados para demonstrar o compromisso da organização para o desenvolvimento sustentável, para comparar o desempenho organizacional ao longo do tempo e para medir o desempenho da empresa em relação às leis, normas, padrões e iniciativas voluntárias.

Dados da GRI, de 2009, mostram que o Brasil encontra-se em posição de destaque na América Latina em relação à quantidade de empresas que divulgam seu relatório de sustentabilidade, conforme pode ser visto na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Publicação de relatórios de sustentabilidade na América Latina

ORDEM	PAÍS	Nº RELATÓRIOS	Nº EMPRESAS
1	Brasil	148	79
2	Chile	65	41
3	México	18	14
4	Colômbia	17	8
5	Peru	17	8
6	Argentina	12	7
7	Equador	10	7
8	Bolívia	4	2
9	Venezuela	4	2
10	Costa Rica	3	3
11	Panamá	3	1
TOTAL		301	172

Fonte: Dados GRI (2009).

A GRI possui a visão de uma economia global sustentável, onde organizações podem medir seus desempenhos e impactos econômicos, ambientais e sociais, de maneira responsável e transparente.

No Brasil, desde 2006 foram realizados diversos grupos de trabalho (GT) junto com as empresas, com o objetivo de compartilhar experiências entre os participantes na busca de soluções para questões comuns, relacionadas à adoção destas diretrizes e discussão com os especialistas.

Os principais bancos brasileiros elaboram seus relatórios de sustentabilidade com base nas diretrizes do GRI, como o Banco Real, Bradesco, Itau, Banco do Brasil e Banco do Nordeste.

3.3.3 *Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)*

Em 2005, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) lançou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), considerado um marco na incorporação da sustentabilidade no ramo empresarial brasileiro, sendo o primeiro índice sustentável da América Latina.

Baseado no DJSI da Bola de Nova York, o ISE tem como objetivo refletir o retorno de uma carteira composta de ações de empresas com reconhecido comprometimento

com a responsabilidade social e a sustentabilidade, atuando como propagador de boas práticas no ambiente empresarial no Brasil (MATTAROZZI; TRUNKL, 2008, p. 31).

O ISE é uma ferramenta para análise comparativa do desempenho das empresas listadas na Bovespa sob o aspecto da sustentabilidade corporativa. Ele avalia as empresas de acordo com critérios econômico-financeiros, sociais, ambientais, além de governança corporativa, características gerais e natureza do produto. O índice é revisado anualmente e o seu questionário é constantemente aprimorado para acompanhar as demandas da sociedade e estimular a responsabilidade ética nas organizações. (BOVESPA, 2013).

São considerados três critérios para participar do índice:

- a) Ser uma das 200 ações com maior índice de negociabilidade apurado nos doze meses anteriores ao início do processo de reavaliação;
- b) Ter sido negociada em pelo menos 50% dos pregões ocorridos nos doze meses anteriores ao início do processo de reavaliação;
- c) Atender aos critérios de sustentabilidade requeridos pelo Conselho do ISE

Segundo Assaf Neto (2006), o ISE seguiu uma tendência mundial de oferecer um indicador de desempenho de empresas rentáveis e sustentáveis, e que apresentem boas práticas de governança corporativa.

Em 2012, participaram do índice 38 empresas, das quais 8 são do setor financeiro: Bicbanco, Banco do Brasil, Itau S/A, Itau Unibanco, Redecard, Santander e Sul América. Percebe-se, mais uma vez, que o setor financeiro está cada vez mais procurando ter uma gestão voltada para a sustentabilidade corporativa, onde o setor representa 28% de todas as empresas que compõem o Índice de sustentabilidade Empresarial.

3.3.4 Índice Carbono Eficiente (ICO2)

Outro índice de mercado criado pela Bovespa e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 2010, foi o Índice de Carbono Eficiente (ICO2), levando em consideração principalmente o as preocupações do mundo com o aquecimento global e os grandes desafios da humanidade atualmente.

O ICO2 é composto pelas ações das companhias que compõem o índice IBrX-50 que aceitam participar de forma voluntária dessa iniciativa, onde as empresas se comprometem a adotar práticas transparentes e eficientes em relação a suas emissões de gases do efeito estufa (BOVESPA, 2013).

A companhia que aceita participar da iniciativa deve apresentar seus respectivos inventários de emissões. Entretanto, a metodologia do ICO2 não leva em consideração as ações de compensação de emissões desenvolvidas pelas empresas.

O principal objetivo do índice é incentivar as empresas emissoras das ações mais negociadas na Bovespa a aferir, divulgar e monitorar suas emissões de gases do efeito estufa, preparando-se, dessa forma, para atuar em uma economia chamada de “baixo carbono”. Além disso, visa prover o mercado com um indicador cuja performance será resultante de um portfólio balizado por fatores que incorporam, inclusive, as questões relacionadas às mudanças climáticas.

Em 2013, a carteira do Índice Carbono Eficiente (ICO2) conta com 36 ações de 35 empresas, sendo cinco bancos: Bradesco, Banco do Brasil, Santander, Itau S/A e Itaú Unibanco.

4 METODOLOGIA

O estudo tem caráter exploratório, quanto aos seus objetivos, tendo em vista que o mesmo encontra-se na fase de desenvolvimento e há a pretensão de familiarizar-se com o problema que está sendo estudado (GIL, 2010).

Quanto aos métodos, utiliza-se a pesquisa bibliográfica e documental, através da leitura de livros e periódicos especializados, e análise de documentos e relatórios divulgados pela instituição financeira em estudo. Michaliszyn e Tomasini (2008, p.51), expõem que a pesquisa bibliográfica e documental é desenvolvida a partir de referências teóricas que apareçam em livros, artigos, revistas ou outros documentos que sirvam para fundamentar a pesquisa.

A pesquisa desenvolvida caracteriza-se como quantitativa. Pesquisa quantitativa é aquela que reúne, registra e analisa todos os dados numéricos que se referem às atitudes e aos comportamentos do público-alvo (HAIR *et al.*, 1998). Esse método foi escolhido com o objetivo de garantir por meio de análise estatística a precisão dos resultados, evitando distorção de análise e interpretação (RICHARDSON, 2008).

Utilizou-se também uma pesquisa de opinião, cujo processo de coleta de dados foi feito por meio de questionários estruturados aplicados junto aos funcionários do Instituto Nordeste Cidadania (INEC), empresa parceiro do Banco do Nordeste. O questionário é um instrumento de coleta de dados constituídos por uma série ordenada de perguntas pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em item que constituem o tema da pesquisa. Sua utilização é necessária para se avaliar o conhecimento, a percepção e a opinião de indivíduos sobre determinado o tema.

Os questionários foram aplicados no mês de outubro de 2013, em uma amostra de 80 funcionários do INEC, de diversos setores, que trabalham na sede da empresa na cidade de Fortaleza, Ceará. A aplicação da pesquisa limitou-se aos funcionários da sede da instituição, tendo em vista que eles têm um relacionamento mais direto com o Banco do Nordeste e lidam constantemente com atividades bancárias.

Para o cálculo da amostra, primeiramente identificou-se o número total de funcionários que trabalham na sede da empresa, tendo como referência a folha salarial do mês de setembro de 2013. Encontrou-se o número de 98 funcionários. Em seguida, utilizou-se a técnica de amostragem probabilística e estratificada, a um nível de confiança de 95%, e erro

de 5%, chegando-se a um total de 79 funcionários. Para se ter uma melhor qualidade dos resultados, fechou-se em 80 o número total de entrevistados da amostra.

O questionário utilizado na pesquisa (APÊNDICE A) foi elaborado com base na revisão de literatura pesquisada e também nos questionários elaborados por duas grandes instituições, o Instituto Ethos e pelo Instituto Akatu, que contém várias perguntas referentes à responsabilidade socioambiental corporativa (AKATU, 2013; ETHOS, 2013).

Quanto à estrutura, o questionário foi dividido em duas partes. A primeira parte faz uma análise do perfil dos entrevistados, possuindo três perguntas sobre sexo, escolaridade e tempo de trabalho na empresa. Nessa parte, pretende-se avaliar principalmente a relação entre o nível de escolaridade e a percepção sobre o tema da sustentabilidade.

A segunda parte contém dezesseis perguntas sobre sustentabilidade, com foco em sustentabilidade em instituições financeiras. Na maioria das perguntas, utiliza-se a escala de Likert de 3, 4 e 5 pontos, onde as alternativas seguem uma crescente entre um extremo negativo e um extremo positivo. Por exemplo, uma das perguntas tem como alternativas “Muito importante”, “Importante”, “Pouco importante”, “Sem importância” e “Não sei informar”. Nessa etapa pretende-se avaliar o nível de conhecimento e percepção dos entrevistados sobre o tema em estudo.

As três primeiras perguntas focam na sustentabilidade em geral, indagando sobre o nível de conhecimento e de interesse do entrevistado sobre o tema. As três perguntas seguintes avaliam se o respondente se informa sobre o tema e qual o principal meio de comunicação utilizado para obter tais informações. As próximas quatro perguntas adentram no tema da sustentabilidade em instituições financeiras, avaliando a opinião do entrevistado sobre o investimento em ações sustentáveis por parte de bancos brasileiros e a importância da sustentabilidade para essas instituições, bem como avalia o conhecimento do mesmo sobre o relatório de sustentabilidade de instituições financeiras.

As próximas duas perguntas do questionário são de caráter espontâneo e mais uma vez avalia o conhecimento dos funcionários do INEC sobre projetos ambientais, sociais e culturais desenvolvidos por instituições financeiras. Em seguida há mais duas perguntas que avaliam a opinião dos respondentes sobre a relação entre bancos e clientes e por fim têm-se mais duas perguntas que focam na sustentabilidade do Instituto Nordeste Cidadania.

Dessa forma, acredita-se que é possível analisar a percepção e o conhecimento do funcionário que trabalha na sede do Instituto Nordeste Cidadania sobre o tema da sustentabilidade em instituições financeiras.

5 UM ESTUDO SOBRE A SUSTENTABILIDADE NO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB)

5.1 Caracterização do BNB

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal. Com sede na cidade de Fortaleza, Ceará, o banco atua em aproximadamente dois mil municípios, abrangendo os nove estados da região nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), o norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e o norte do Espírito Santo (BNB, 2013).

Em 2012, o banco conta com um quadro de 6.169 funcionários distribuídos em 214 agências, seis postos de atendimento bancários, um Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas (CAPGV), 413 unidades de atendimento em microfinanças e 30 Espaços Nordeste (BNB, 2012).

Caracteriza-se, segundo o Banco Central, como um banco de desenvolvimento regional. Os bancos de desenvolvimento são instituições financeiras controladas pelos governos estaduais, e têm como objetivo precípua proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e longo prazo, de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do respectivo Estado (BACEN, 2013).

O BNB é a maior instituição da América Latina voltada para o desenvolvimento regional e opera como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a operacionalização de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal fonte de recursos operacionalizada pela Empresa.

Ele é responsável pelo maior programa de microcrédito da América do Sul e o segundo da América Latina, o Crediamigo, por meio do qual o banco já emprestou mais de R\$ 3,5 bilhões a microempreendedores. O banco também operacionaliza, juntamente com o Instituto Nordeste Cidadania, o Agroamigo, maior programa de microfinança rural do Brasil. (BNB, 2013).

O BNB exerce trabalho de atração de investimentos, apoia a realização de estudos e pesquisas com recursos não reembolsáveis e estrutura o desenvolvimento por meio de projetos de grande impacto. Mais que um agente de intermediação financeira, o BNB se propõe a prestar atendimento integrado a quem decide investir em sua área de atuação, disponibilizando uma base de conhecimentos sobre o Nordeste e as melhores oportunidades de investimento na Região.

Ele promove em todos os municípios da sua área de atuação, ações destinadas a fomentar o desenvolvimento local, micro e mesorregional, buscando estimular a organização social da comunidade e a formação das cadeias produtivas. Além disso, presta serviços de assessoria, consultoria e gerenciamento de atividades econômicas e financeiras, de políticas públicas, de previdência e de outras matérias relacionadas com sua área de atuação, diretamente ou mediante convênios e termos de parceria com outras entidades ou empresas.

O banco estimula a pesquisa científica, tecnológica, econômica e social, e apoia atividades socioambientais e culturais, diretamente e/ou em parceria com outras entidades.

5.2 Breve histórico do BNB

No ano de 1951, o então Ministro da Fazenda, Horácio Láfer, após retornar de uma viagem ao Nordeste para ver de perto os estragos causados pela seca, apresentou exposição de motivos ao Presidente Getúlio Vargas para a fundamentação da lei que criaria o Banco. Assim, o Presidente da República, Getúlio Vargas, sancionou a Lei nº. 1649 de 19/07/1952, criando o Banco do Nordeste do Brasil S.A., com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da região nordeste que, assolada pelas constantes secas e pela escassez de recursos estáveis, carecia de um organismo financeiro capaz de estruturar sua economia (BNB, 2013).

Os anos 50 marcam o início da trajetória do banco. Na época, foi realizado um amplo estudo sobre a economia, cuja apreciação constituiu a base científica para o nascimento da instituição. Com apoio de cooperação técnica de missões internacionais, iniciaram-se atividades pioneiras, entre as quais a experiência do crédito rural supervisionado, em articulação com a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural- ANCAR. O principal objetivo era implementar uma nova mentalidade empresarial na Região.

No início dos anos 60, o banco passa a adotar criterioso processo de planejamento de suas atividades. Com base num orçamento anual de aplicações, foi estabelecida a

participação de diversos órgãos na formulação das diretrizes de caráter administrativo. Nessa fase, foram implementados treinamentos e qualificação de recursos humanos no sentido de consolidar os processos administrativos e operacionais.

Nos anos 70, a escassez de fontes estáveis, que até então predominavam na sua estrutura de recursos, leva o banco à adoção de nova estratégia, voltada para a captação de repasses, internos e externos, e diversificação de suas atividades creditícias. A expansão da rede de agências, a modernização das instalações e a consolidação do sistema de planejamento foram outros destaques desse período.

Durante a década de 1980, os esforços do banco concentram-se no fortalecimento de sua estrutura de recursos, em especial na reconquista de fontes estáveis, de modo a assegurar o pleno cumprimento de sua função desenvolvimentista. O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi a grande conquista desse período.

Década de expressivo crescimento, nos anos 1990 o Banco do Nordeste lançou oficialmente, em toda a região, o Programa de Fomento à Geração de Emprego e Renda no Nordeste, inicialmente operando com recursos do FNE e, a partir de 1994, também com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Executado com a colaboração dos governos estaduais, prefeituras, outras entidades públicas e instituições não governamentais, o programa apoia pequenos produtores do campo e da periferia das grandes cidades, visando integrá-los ao processo produtivo.

Nesse período também se inicia o maior processo de mudança já realizado no Banco do Nordeste, começando com o redesenho do processo de concessão de crédito, que assegurou maior agilidade nas operações, e com a reorientação da rede de agências, que passam a ter modelos diferenciados em função do mercado. Adota-se o modelo de gestão participativa, possibilitando que os funcionários se engajem na construção das mudanças na empresa, discutindo assuntos estratégicos que afetam sua atuação. Capacitação e modernização tecnológica recebem atenção especial: são oferecidas cerca de 6.500 oportunidades de treinamento, interno e externo; amplia-se a rede de comunicação de dados e são adquiridos microcomputadores de última geração, passando o Banco a contar, praticamente, com um micro por funcionário.

Os anos 2000 caracterizaram-se pela constatação da importância do conhecimento como fator econômico essencial para o desenvolvimento e melhoria dos níveis de renda. Neste sentido, o Banco intensificou a capacitação dos agentes produtivos por meio de programas que aliam o crédito à orientação técnico-gerencial, e tem buscado cada vez mais

disseminar a filosofia do empreendedorismo e parcerias, como foco de sua ação de desenvolvimento (BNB, 2013).

5.3 Missão, visão e valores do BNB

O Banco do Nordeste do Brasil é o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina e diferencia-se das demais instituições financeiras pela missão que tem a cumprir: atuar na promoção do desenvolvimento sustentável, como banco público competitivo e rentável. Sua visão é a de ser o banco preferido na região nordeste, reconhecido pela excelência no atendimento e efetividade na promoção do desenvolvimento sustentável.

Sua preocupação básica é executar uma política de desenvolvimento ágil e seletiva, capaz de contribuir de forma decisiva para a superação dos desafios e para a construção de um padrão de vida compatível com os recursos, potencialidades e oportunidades da Região.

De acordo com a instituição, os valores do Banco do Nordeste são: justiça, honestidade, democracia, cooperação, disciplina, governança, sustentabilidade, compromisso, confiança, civilidade, transparência; igualdade e respeito.

Como pode ser observado em sua missão, visão e valores, o BNB estabelece a sua preocupação em promover o desenvolvimento sustentável da região nordeste, evidenciando a todos os públicos o seu comprometimento com a sustentabilidade.

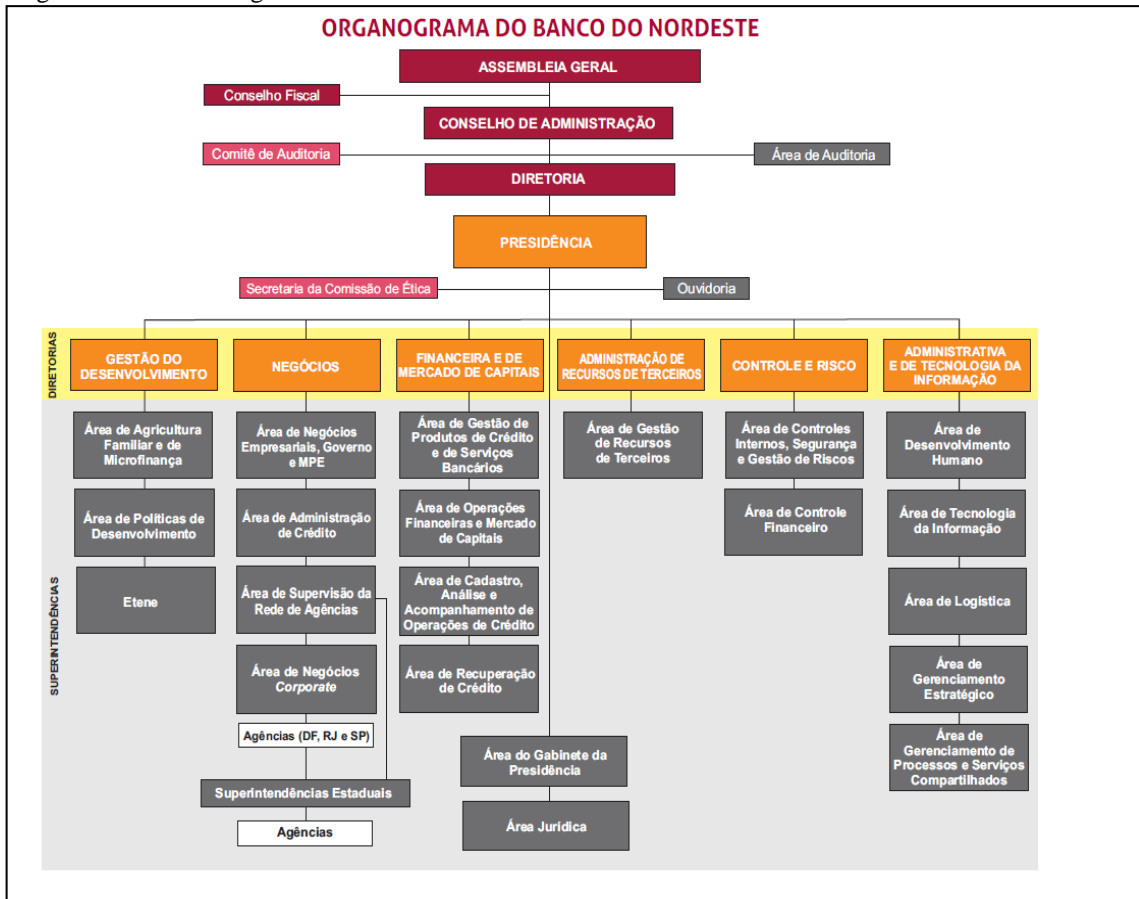
5.4 Estrutura organizacional

Segundo a instituição, a estrutura organizacional do Banco do Nordeste está embasada em princípios de boa governança corporativa, que visam prover solidez ao banco por meio de um adequado gerenciamento dos riscos. Em toda a sua atuação, são observadas as orientações do Comitê de Basileia e as exigências do Acordo de Basileia II, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco.

A estrutura organizacional do Banco do Nordeste, conforme visto no organograma abaixo (FIGURA 5), é composta de assembleia geral, órgãos colegiados, presidência e seis diretorias segmentadas por área. Visando manter a transparência na gestão e

compartilhamento das responsabilidades, o banco possui em sua estrutura organizacional 14 comitês decisórios.

Figura 5: Estrutura Organizacional do Banco do Nordeste



Fonte: Banco do Nordeste do Brasil: Relatório de Sustentabilidade (2012).

5.5 A sustentabilidade no BNB

A sustentabilidade sempre esteve presente nas diretrizes do Banco do Nordeste, tendo em vista que a instituição foi criada justamente para promover o desenvolvimento sustentável da região nordeste.

O banco acredita que aliar sustentabilidade à sua missão é um fator determinante em seus negócios e, nesse sentido, busca a cada ano, por meio de políticas e linhas de crédito, ampliar ações que contribuam para a sustentabilidade na região nordeste.

Ao longo dos anos, o banco passou adotar diversas medidas para dar uma maior transparência às suas práticas voltadas para a promoção da sustentabilidade. Uma delas foi a

constituição, em 2003, da Comissão de Ética, colegiado voltada à promoção de ações educativas, preventivas e corretivas concernentes à ética profissional do colaborador no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público.

Outra medida foi a criação do Ambiente de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Nordeste, em 2007, que tem a função de planejar, implementar, controlar e avaliar programas e ações de responsabilidade socioambiental com foco na sustentabilidade empresarial, objetivando contribuir para a qualidade dos relacionamentos do banco pautados em princípios e valores morais e éticos.

Conforme o atual Presidente do Banco, Ary Joel de Abreu Lanzarin:

Este tema, além de ser muito atual nas empresas é tão importante e complexo, que foi preciso a criação de uma unidade específica para trabalhar com esta questão, visto que esta demanda cresce de forma exponencial. O que comprova o quanto o Banco do Nordeste vem se preocupando em colaborar e melhorar a qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente (BNB, 2013).

Também em 2007, o banco criou a ouvidoria, instrumento que permite uma maior participação da sociedade na satisfação de suas necessidades. A ouvidoria se mostra importante, pois a busca pela excelência nos serviços do banco exigiu que ele estivesse constantemente melhorando seus produtos e processos e essas melhorias são obtidas conforme as necessidades das pessoas e do meio ambiente.

Com o intuito de maior transparência às suas atividades corporativas, o banco divulga anualmente o seu Relatório de Sustentabilidade. O primeiro relatório foi elaborado em 1997, com o nome de Balanço Social, e continha ainda pouca informações sobre as ações desenvolvidas pela empresa. A partir de 2009, o relatório passou a se chamar Relatório de Sustentabilidade e passou a mostrar diversas práticas da organização nas três dimensões da sustentabilidade: econômica, social e ambiental.

Desde 2010, o banco elabora o seu Relatório de Sustentabilidade alinhado às diretrizes da Global Reporting Initiative – GRI, uma organização não governamental internacional, que tem a missão de elevar o nível dos relatórios de sustentabilidade a um padrão equivalente ao dos relatórios financeiros, de maneira que investidores, analistas de mercado e sociedade civil organizada passem a considerar em suas avaliações, além do desempenho econômico-financeiro, as informações sociais e ambientais.

O relatório reúne um conjunto de informações sobre projetos, benefícios e ações sociais, servindo como instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa. O documento expõe suas políticas, explicando o que faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores e pela comunidade. Com isso, dá

transparência a suas atividades, tornando públicos seus compromissos com consumidores e clientes, fornecedores, público interno, comunidade, governo e sociedade, e meio ambiente.

Outro destaque recente da instituição em relação à sustentabilidade foi a adesão do banco ao Pacto Global, ocorrida em 2012, ação que veio fortalecer ainda mais a sua missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável, consistindo numa ação de cidadania empresarial que se coaduna com as políticas de responsabilidade socioambiental da organização.

Nos últimos anos, a criação da Comissão de Ética do BNB, da Ouvidoria e do Ambiente de Responsabilidade Socioambiental, demonstra à sociedade o quanto o banco está empenhado em adotar práticas baseadas em princípios de responsabilidade socioambiental, corroborando com sua permanente ação em prol do desenvolvimento sustentável.

Assim, para o presente trabalho, será feita a análise das principais práticas de sustentabilidade adotadas no Banco do Nordeste, nas dimensões econômica, social e ambiental, tendo como base o seu Relatório de Sustentabilidade de 2012, cujos principais indicadores encontram-se disponíveis no Anexo A.

5.5.1 Dimensão econômica

Tendo em vista se tratar de uma instituição financeira, é fundamental que o banco exerça sua função primordial de conceder crédito, mas não deve se esquecer de dar retorno financeiro para a instituição.

Assim, em 2012, o lucro líquido alcançado pelo Banco do Nordeste chegou a R\$ 508,4 milhões, superior em 61,5% ao apresentado em 2011 (R\$ 314,8 milhões) e o desempenho operacional em 2012 foi superior em 5,0% ao do ano anterior, ultrapassando sua meta ao contratar R\$ 22,8 bilhões em 3,8 milhões de operações globais. Essa quantidade representou um crescimento de 18,2% em relação a 2011, refletindo o direcionamento estratégico do banco em atender prioritariamente aos mini, micro e pequenos empreendedores urbanos e rurais.

No ano de 2012, o apoio do BNB às Micro e Pequenas Empresas (MPEs) cresceu 0,3% em relação ao ano de 2011, com aplicação de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões. As contratações na agricultura familiar somaram R\$ 2,0 bilhões no ano, com expansão de 50,6% em relação ao ano de 2011.

A atuação do Banco do Nordeste em microcrédito cresceu 39,6% no ano, quando foram aplicados R\$ 5,2 bilhões, sendo R\$ 4,3 bilhões no microcrédito urbano e R\$ 916,4 milhões no microcrédito rural.

Em 2012, a instituição fortaleceu e consolidou ainda mais sua imagem de empresa líder na concessão de crédito a micro e pequenos empreendedores, sendo referência como banco rentável e socialmente responsável.

A atuação do BNB no importante segmento de microfinanças tem sido fortalecida a cada ano e é feita por meio de seus dois programas, o Crediamigo e o Agroamigo, respectivamente para as áreas urbana e rural. Os dois programas são operacionalizados pelo Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e têm suas ações integradas ao Plano Brasil Sem Miséria, do governo federal, para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre.

O Crediamigo é o maior Programa de Microcrédito Produtivo Orientado da América do Sul, que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores pertencentes aos setores informal ou formal da economia (microempresas, enquadradas como microempreendedor individual, empresário individual, autônomo ou sociedade empresária).

Associado ao crédito, o Crediamigo oferece aos empreendedores acompanhamento e orientação para melhor aplicação do recurso, a fim de integrá-los de maneira competitiva ao mercado. Além disso, o Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste abre conta corrente para seus clientes, sem cobrar taxa de abertura e manutenção de conta, com o objetivo de facilitar o recebimento e movimentação do crédito.

Já o Agroamigo é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste, operacionalizado em parceria o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em sete anos de atuação, tornou-se o maior programa de microfinança rural do Brasil.

O Programa se propõe a melhorar o perfil social e econômico do agricultor familiar do nordeste e norte de Minas Gerais. O Programa incentiva o desenvolvimento de atividades produtivas agropecuárias e não agropecuárias e está adaptado às condições do meio rural, onde o assessor de microcrédito atende o agricultor presencialmente em sua própria comunidade, facilitando o acesso ao crédito.

Os objetivos do Agroamigo são:

- a) Conceder crédito orientado e acompanhado, de forma gradativa e sequencial;
- b) Atender ao cliente na própria comunidade, por meio do Assessor de Microcrédito Rural;

- c) Expandir, de forma quantitativa e qualitativa, o atendimento com redução de custos para o cliente;
- d) Agilizar o processo de concessão de crédito;
- e) Promover a inclusão financeira do agricultor familiar e seu acesso aos produtos e serviços do Banco;
- f) Sensibilizar os agricultores familiares quanto à importância da educação financeira;
- g) Conscientizar os agricultores quanto à necessidade de exploração sustentável do meio ambiente.

Através da disponibilização do microcrédito produtivo e orientado, o banco tem atuado como um dos principais agentes de transformação da realidade socioeconômica dos indivíduos da região em que atua.

5.5.2 Dimensão social

O Banco do Nordeste promove diversos investimentos sociais e culturais. Por meio do repasse de recursos para iniciativas sociais, apoio a projetos comunitários e o fomento de ações voltadas à educação, geração de renda e trabalho, o banco procura conduzir sua relação com a sociedade, buscando sempre o desenvolvimento sustentável e a valorização dos princípios da cidadania.

A instituição mantém diálogo contínuo com esse público, acompanhando e apoiando as iniciativas e práticas realizadas pela sociedade e comunidade que se coadunem com a missão do banco.

Dentre os projetos apoiados pelo BNB, temos:

- a) Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;
- b) Lei de Incentivo ao Esporte;
- c) Projeto Cidadão de Futuro;
- d) *Showroom* social;
- e) Programa de Inclusão Digital de Fortaleza - Proinfor;
- f) Democratização e valorização da cultura regional;
- g) Programa de cultura Banco do Nordeste;
- h) Centro Cultural Banco do Nordeste;
- i) Programa Cultura da Gente

O banco aporta recursos financeiros aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA). Os recursos, geridos pelos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, são destinados a projetos sociais, beneficiando crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.

Desde 2009, o BNB destina recursos financeiros com base na Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006), em favor de projetos esportivos localizados em sua área de atuação e que utilizem o esporte como ferramenta de inclusão social, principalmente, para o público infanto-juvenil. Somente em 2012, o Banco destinou R\$ 1,012 milhão em favor de seis projetos de natureza esportiva, beneficiando cerca 2.400 jovens em situação de risco e vulnerabilidade social (BNB, 2012).

Com o intuito de proporcionar aos seus participantes oportunidades de formação cidadã, inclusão social, momentos de lazer e fortalecimento da autoestima, o Projeto Cidadão de Futuro, criado em junho de 2006, incentiva a prática do esporte, o acesso à cultura e a integração comunitária. Em 2012, além das práticas esportivas, culturais e de iniciação profissional, o projeto passou a oferecer apoio pedagógico aos participantes, objetivando a melhoria da leitura e escrita. Ao todo, desde o início, o projeto criou mais de 4.000 oportunidades para pessoas de baixa renda (BNB, 2012).

O Banco do Nordeste realiza em sua sede, localizada no Centro Administrativo Getúlio Vargas, em Fortaleza, o Projeto *Showroom* Social, que beneficia mensalmente entidades sem fins lucrativos. Realizada desde 2006, esta iniciativa consiste na exposição e comercialização de artigos produzidos de forma artesanal pelas próprias entidades, cujos recursos são utilizados na manutenção e melhoria de seus projetos sociais.

O Banco do Nordeste, em parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Ceará (IFCE), promove, desde 2009, o Programa de Inclusão Digital de Fortaleza (Proinfor), em sua sede, localizada no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas (CAPGV), em Fortaleza-CE. O Proinfor é um programa de qualificação e formação profissional para o mercado de trabalho que utiliza tecnologia de software livre (Linux) como política de inclusão social e digital para pessoas de baixa renda e oriundas de escolas públicas. Em 2012, o núcleo do Banco do Nordeste formou onze turmas, beneficiando 120 pessoas (BNB, 2012).

As iniciativas e atividades do banco área cultural estão alinhadas às diretrizes das políticas públicas culturais do governo federal, com o objetivo de garantir que a cultura seja reconhecida como um direito social básico e condição fundamental para o pleno exercício da

democracia brasileira. Sintonizada com a missão do banco, a área cultural abrange uma grande variedade de iniciativas que visam a fortalecer a identidade regional por meio da arte e cultura.

O Banco do Nordeste e o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) renovaram o convênio para as edições de 2012 e 2013 para realização do Programa de Cultura Banco do Nordeste/BNDES, apoiando projetos culturais selecionados por meio de edital público. Referido programa, que proporciona a produção de eventos e bens culturais de qualidade, representa grande impulso ao processo de descentralização territorial, ampliando o acesso à produção e ao consumo cultural, principalmente nos municípios menos providos de atividades/equipamentos culturais. Atualmente, é realizado em 868 municípios nordestinos.

As ações desenvolvidas pelos Centros Culturais do Banco do Nordeste (CCBNB) acumulam uma experiência de 15 anos, reforçando o posicionamento de marca do banco no fomento à cultura nordestina. Os três centros culturais trabalham de forma integrada, permitindo que as regiões da Grande Fortaleza, Cariri Cearense e Alto Sertão Paraibano participem do circuito das artes brasileiras. Além disso, a programação cultural desses centros é replicada nos 30 Espaços Nordeste, localizados no interior dos estados onde o banco atua.

Os Centros Culturais BNB são espaços democráticos de acessibilidade às diversas áreas das artes, mediante a oferta ao público de programação diária e gratuita, constituindo-se em um lugar de encontro para fruição, reflexão e valorização da arte e da cultura universal, nacional e regional.

O Programa Cultura da Gente propicia a realização de projetos culturais e artísticos, contribuindo para o fortalecimento e valorização da produção cultural dos funcionários ativos e aposentados do Banco do Nordeste, visando à integração entre desenvolvimento humano e cultura. Em 2012, na 6ª edição do Programa Cultura da Gente, foram investidos cerca de R\$ 250 mil para o apoio a 29 projetos selecionados e distribuídos nas áreas de artes cênicas, audiovisual, artes visuais, literatura e música (BNB, 2012).

Quanto à gestão de riscos sociais, o BNB adota as seguintes medidas:

- a) Gestão participativa;
- b) Compromisso com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade;
- c) Política de remuneração, benefícios e carreira;
- d) Cuidados com a saúde, segurança e condições de trabalho;
- e) Relações com os sindicatos de classe;
- f) Valorização da diversidade;

- g) Compromisso com o futuro das crianças;
- h) Excelência do atendimento;
- i) Relações com organizações locais;
- j) Financiamento da ação social.

Através de incentivo em ações sociais, o Banco do Nordeste promove a inserção da comunidade em projetos de educação e valorização dos indivíduos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de diversas comunidades da região nordeste.

5.5.3 Dimensão ambiental

Como principal órgão financiador de atividades produtivas em sua área de atuação, o Banco do Nordeste reconhece seu importante papel na conservação dos recursos naturais e melhoria da qualidade ambiental da região nordeste, financiando programas e projetos que objetivam o desenvolvimento sustentável da região.

Dentre esses projetos destaca-se o Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental (FNE Verde), que financia empreendimentos e atividades econômicas que propiciem ou estimulem a preservação, conservação, controle e/ou recuperação do meio ambiente. Atende a produtores rurais, a empresas rurais, industriais, agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços e a cooperativas e associações legalmente constituídas cujas atividades visem especificamente à preservação e conservação ambiental.

O programa dispõe de taxas de juros diferenciadas e prazos que podem chegar a vinte anos, incluindo carência de até oito anos que pode ser estendida por até doze anos, no caso de projetos de regularização e recuperação de áreas de reserva legal e/ou preservação permanente degradadas com culturas de longo ciclo de maturação.

Em 2012, foram disponibilizados R\$ 161 milhões para linha de financiamento FNE Verde, por meio da prospecção de negócios pelas superintendências estaduais (BNB, 2012).

Além do FNE Verde, o banco também operacionaliza as linhas ambientais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (Eco, Agroecologia, Floresta e Semiárido), com a finalidade de financiar itens de proteção ambiental e atividades produtivas que propiciem a conservação e o controle do meio ambiente, com prazos de pagamento e encargos diferenciados.

Somente em 2012, o Banco do Nordeste contratou no âmbito desses programas e linhas ambientais 2.740 operações que totalizaram R\$ 157,9 milhões. No âmbito do Programa

Agricultura de Baixo Carbono (ABC), foram contratadas 168 operações de crédito, envolvendo recursos no valor de R\$ 84 milhões (BNB, 2012).

Outra ação importante ocorrida em 2012 foi a adequação do banco às disposições do novo código florestal brasileiro. Essa iniciativa, aliada ao processo contínuo de atualização dos normativos ambientais internos, que contemplam as especificidades da legislação ambiental de todos os estados da área de atuação do Banco do Nordeste, mantêm a instituição como referência nacional no que diz respeito ao tratamento da dimensão ambiental no processo de crédito.

Signatário do Protocolo Verde, desde 2006 o Banco participa da governança do Novo Protocolo Verde, em conjunto com Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia, Ministério do Meio Ambiente e Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

Em 2012 foi lançado o Blog do Meio Ambiente, uma plataforma de comunicação interna para os temas e iniciativas relacionados à política ambiental aplicável ao processo de crédito. O objetivo principal do blog é divulgar ao público interno as diversas ações relacionadas a questões de sustentabilidade ambiental envolvidas na atuação creditícia da instituição.

Além disso, o Banco do Nordeste realiza contribuição técnica em pesquisas e relatórios externos relacionados à atuação da instituição na área ambiental e contribui, ainda, nas discussões de temas importantes para o desenvolvimento sustentável da Região.

Quanto ao gerenciamento de riscos ambientais, o banco estabelece critérios de análise de impactos ambientais, tanto de risco de crédito aplicados às avaliações de clientes como risco de projeto de empresas pleiteantes o crédito. Segue abaixo algumas dessas medidas:

- a) Cumprimento da legislação ambiental e política ambiental da empresa;
- b) Adoção de procedimentos de identificação, administração e controle de resíduos gerados pelas atividades;
- c) Existência de responsáveis pela execução das ações voltadas para o meio ambiente;
- d) Nível de conscientização dos colaboradores do empreendimento com a questão ambiental;
- e) Desenvolvimento de campanhas, projetos e programas educativos voltados para os seus empregados, para a comunidade e para públicos mais amplos;

- f) Preocupação ambiental do tomador de crédito;
- g) Certificações ambientais;
- h) Estimativa dos custos destinados à mitigação dos danos das atividades no meio ambiente;
- i) Dimensão do passivo ambiental frente ao Patrimônio Líquido.

Para avaliar a implementação de políticas ambientais, o banco dispõe de uma auditoria que analisa a eficácia e a efetividade dos controles implementados pelo banco, sempre observando a legislação. O BNB dispõe também de uma equipe de monitoramento dos empreendimentos financiados, que realizam vistorias às empresas, tanto na fase de desembolso como durante a vigência da operação.

Internamente, o BNB possui o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que propõe a adoção de medidas para reduzir o uso de recursos naturais e promover iniciativas de combate ao desperdício. O Sistema de Gestão Ambiental adota as seguintes linhas de ações prioritárias:

- a) Uso sustentável de recursos;
- b) Coleta seletiva solidária;
- c) Gestão de resíduos.

A linha de ação Uso Sustentável de Recursos consiste num conjunto de ferramentas, procedimentos e ações que visam o combate ao desperdício e a otimização do uso da energia elétrica, água, papel e descartáveis pelas unidades do Banco.

O Programa Coleta Seletiva Solidária tem como objetivo promover o descarte seletivo de resíduos recicláveis produzidos nas dependências do Banco e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Já o Programa de Gestão de Resíduos, recolhe e faz a destinação correta de outros tipos de resíduos gerados pelas atividades do banco, tais como: resíduos de equipamentos eletroeletrônicos, lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias, óleo mineral, resíduos de podas e resíduos de construção civil.

Dessa forma, sem perder de vista os aspectos econômicos e sociais, o banco dispensa também especial atenção à dimensão ambiental, buscando contribuir para a sustentabilidade da região onde atua.

5.5.4 Prêmio Práticas de Responsabilidade Socioambiental

O Banco promove uma premiação interna visando reconhecer os esforços de suas unidades quanto às ações inovadoras relacionadas à Responsabilidade Socioambiental. Lançado em 2012, o Prêmio Práticas de Responsabilidade Socioambiental premia iniciativas voltadas para práticas sociais ou ambientais.

Em 2012 foram contemplados com o prêmio as seguintes iniciativas:

- a) Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) – Sistema de gerenciamento de arquivos que centraliza virtualmente a documentação dos negócios realizados pelo Banco, antes confeccionada em dossiês físicos, implicando assim em significativa economia de papel;
- b) Notícias.com – Portal de Comunicação do Banco em forma virtual, implicando na redução da tiragem da versão impressa de 38.000 para 2.000 exemplares mensais, reduzindo custos de impressão e de distribuição;
- c) Conta Simplificada – Nova metodologia de abertura de contas correntes para clientes dos programas de microcrédito, reduzindo de 14 para duas a quantidade de folhas de papel necessárias;
- d) Nova Solução de Telefonia Voip – Modernização da telefonia fixa do Banco baseada na tecnologia Voice over Internet Protocol (Voip), implicando numa economia estimada em R\$ 2.7 milhões anuais;
- e) Campanha 1 Milhão de Amigos do Meio Ambiente – Campanha que mobilizou assessores do Crediamigo, colaboradores do Banco, clientes e sociedade, realizando 200 eventos na área de atuação do Banco, incluindo palestras, passeatas, mutirões, plantio de mudas, coleta de lixo, limpeza e recuperação de logradouros, dentre outros, com a participação de 61.583 pessoas;
- f) Ações Socioambientais – Ações de caráter socioambientais desenvolvidas pela equipe do Centro de Relacionamento com Clientes (Cliente Consulta), tais como a Campanha Cliente Consulta na Fazenda, Campanha Descarte Solidário e a Campanha de Arrecadação de Notas Fiscais doadas ao Grupo Fraterno Amor, dentre outras.
- g) Aplicativo RC100Papel – Aplicativo que instrumentaliza as reuniões da Diretoria, gerando uma grande economia no consumo de papel, impressão e encadernação, além de permitir a antecipação da distribuição dos documentos.

- h) Grupo Amigos Solidários (GAS) – Salvador-BA (Agência Comércio, Crediamigo, Central de Retaguarda Operacional, Central Operacional, Gerência de Controle e Núcleo de Treinamento) – Colaboradores voluntários que promovem a coleta seletiva solidária, a destinação adequada de lâmpadas, pilhas e baterias, apoio a entidades beneficentes, além de doações de alimentos e cupons fiscais, etc.

5.6 BNB e stakeholders

O Banco do Nordeste, por ser uma grande organização, possui vários *stakeholders*, ou seja, possui várias partes interessadas que afetam ou são afetadas diretamente pela organização. O BNB acredita na importância de estreitar laços com seus *stakeholders* a fim de aperfeiçoar continuamente suas estratégias e contribuir com o desenvolvimento sustentável em sua área de atuação. Segundo a instituição, a transparência e o diálogo com todos os seus públicos de relacionamento são fatores relevantes para sua gestão (BNB, 2012).

As principais partes interessadas (*stakeholders*) da instituição são: clientes, colaboradores, fornecedores, governo, indústria bancária, instituições de desenvolvimento, acionistas, sociedade e comunidade, conforme pode ser isto na Figura 6:

Figura 6: Stakeholders do Banco do Nordeste



Fonte: Banco do Nordeste do Brasil: Relatório de Sustentabilidade (2012).

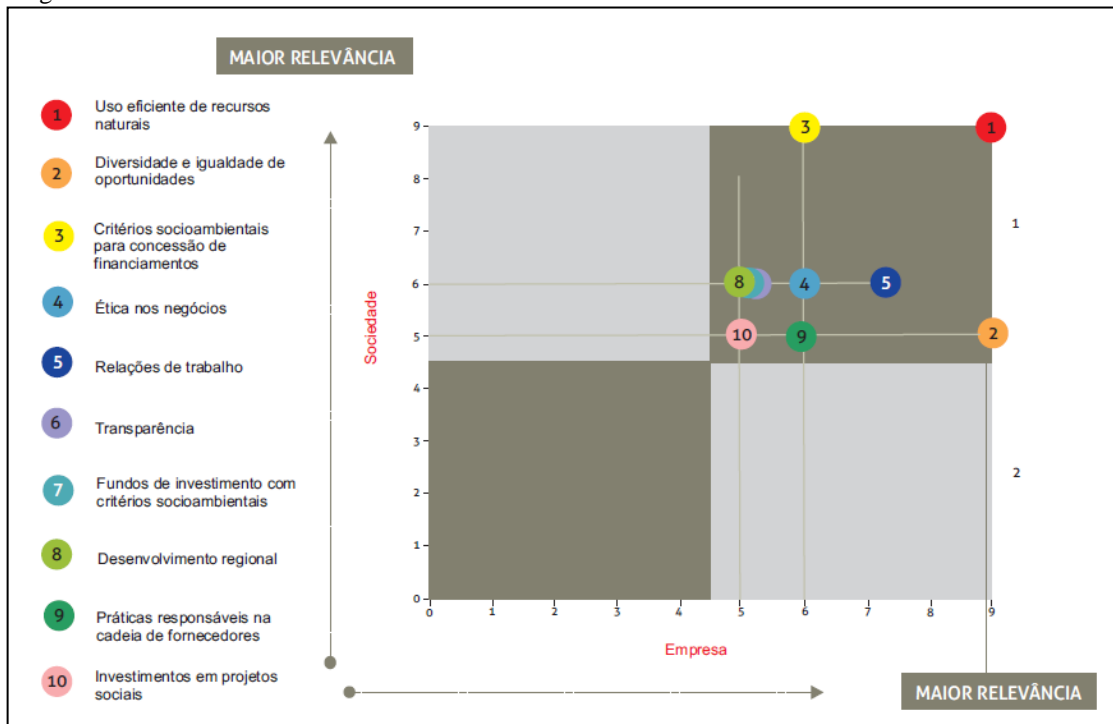
O BNB estabelece continuamente comunicação com seus públicos de relacionamento, com o intuito de conhecer as suas considerações e incorporá-las nas ações da organização.

Assim, o banco elaborou a matriz de materialidade, construída a partir de consultas realizadas em 2011 ao público interno de diferentes áreas do banco e ao público externo, com representantes dos diversos segmentos: sociedade e comunidade, fornecedores, governo, acionistas e clientes.

Para a construção da referida matriz, foram considerados diversos documentos internos como: Políticas de Responsabilidade Social e Ambiental, Objetivos Estratégicos, Código de Conduta Ética, Relatórios; bem como assuntos externos, como: Princípios do Pacto Global, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e temas relevantes do setor financeiro.

Os principais temas foram compilados, o que resultou na Matriz de Materialidade, conforme pode ser visto na Figura 7 abaixo:

Figura 7: Matriz de Materialidade do Banco do Nordeste



Fonte: Banco do Nordeste do Brasil: Relatório de Sustentabilidade (2012).

Dentre os públicos de interesse do Banco do Nordeste, temos as Instituições de Desenvolvimento, que são instituições governamentais e não governamentais voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico, social e científico da região nordeste.

Dessa forma, buscando difundir conhecimentos técnicos e científicos que contribuam para o desenvolvimento sustentável do nordeste, o banco vem trabalhando com as universidades, instituições de pesquisa e as seguintes organizações, bem como com pesquisadores individuais do Brasil e do exterior, dentre outras.

As Instituições de Desenvolvimento que mantém relações com o Banco do Nordeste são:

- a) Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec)
- b) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
- c) Fundação Getúlio Vargas (FGV)
- d) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- e) Instituto Interamericano de Cooperação em Agricultura (IICA)
- f) Empresas estaduais de pesquisa
- g) Instituto Nordeste Cidadania (INEC)
- h) Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober)
- i) Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)
- j) Universidades Federais e Estaduais – Estados da Região Nordeste.

Para o presente trabalho, será analisado o Instituto Nordeste Cidadania, uma das principais empresas parceiras do Banco do Nordeste, onde foram aplicados os questionários da pesquisa junto aos funcionários da empresa.

5.6.1 O Instituto Nordeste Cidadania (INEC)

Um dos principais *stakeholders* do Banco do Nordeste é o Instituto Nordeste Cidadania (INEC), empresa parceira do banco que trabalha na operacionalização dos programas de microfinanças Crediamigo e Agroamigo.

O INEC é uma Organização Social de Interesse Público (Oscip), entidade civil e sem fins lucrativos, fundada em 1993 por iniciativa de funcionários do Banco do Nordeste. Em 2012, o instituto conta com uma equipe de quase três mil funcionários, que trabalham como assessores de crédito dos programas Agroamigo (rural) e Crediamigo (urbano), visando ao desenvolvimento da autossustentabilidade das comunidades assistidas, por meio do acesso a técnicas de gerência e organização de pequenos empreendimentos econômicos e ao microcrédito financeiro (BNB, 2013).

A Oscip atua nos nove estados nordestinos, além de Minas Gerais e Espírito Santo. Sua sede localiza-se na cidade de Fortaleza, mas seus funcionários trabalham em todas

as agências e postos de atendimento do Banco do Nordeste, juntamente com os funcionários do Banco do Nordeste.

Segundo a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, considera-se uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip):

A pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social (BRASIL, 1999).

Além de ajudar a operacionalizar os programas de microcrédito do Banco do Nordeste, o INEC também trabalha com vários outros projetos que visam a desenvolver pequenas comunidades nos seus locais de atuação, como programas de arte, cultura, leitura, inclusão digital, doação de brinquedos, educação ambiental, educação financeira e inclusão social.

O INEC busca desenvolver os seguintes segmentos:

- a) Educação e cultura;
- b) Geração de emprego e renda
- c) Assessoria social e comunitária;
- d) Microfinanças.

Os projetos desenvolvidos pela organização buscam englobar estes segmentos, que constituem o pilar de trabalho da empresa. A empresa une forças junto a seus empregados e parceiros para a melhoria e mudança da realidade de comunidades e entidades ainda carentes de políticas públicas e acesso à cidadania (INEC, 2013).

O objetivo geral do instituto é contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de comunidades rurais visando a autossustentabilidade, ao exercício da cidadania e a potencialização da força coletiva.

Os objetivos específicos do INEC são:

- a) Qualificar as comunidades carentes para que possam ter acesso aos programas governamentais e não governamentais na concretização de seus interesses;
- b) Promover o desenvolvimento econômico e social, e combater a pobreza;
- c) Criar, organizar e acompanhar projetos comunitários que apoiem o desenvolvimento autossustentável das comunidades;
- d) Proporcionar o desenvolvimento humano, socioeconômico e cultural dos cidadãos, desenvolvendo suas capacidades empresariais, através de acesso às técnicas de gerência e organização de pequenos empreendimentos econômicos

e ao microcrédito financeiro, propiciando sua integração no mercado de bens e serviços;

- e) Exercer atividades vinculadas à área de projetos voltados ao atendimento de empreendimentos urbanos e rurais;
- f) Conceder financiamentos e prestar garantias a microempreendedores para incrementar as atividades econômicas das comunidades, de forma ágil, flexível e orientada;
- g) Promover a segurança alimentar e nutricional.

O Instituto Nordeste Cidadania já ajudou na realização de sonhos de entidades e comunidades de baixa renda, melhorando seu desenvolvimento social, econômico, cultural e humano, tendo o Banco do Nordeste como o principal agente viabilizador.

Mas, para chegar onde está hoje, o INEC passou por diversas mudanças ao longo dos anos. Ele surgiu em 1993, como Comitê de Ação da Cidadania dos Funcionários do BNB, inicialmente com ações emergenciais mediante a doação de cestas básicas, roupas e brinquedos.

Em 1996, foi nomeado Instituto Nordeste Cidadania, tendo sua formalização como Organização Não Governamental (ONG), intensificando a implantação de projetos produtivos geradores de emprego e renda.

Em 2003, foi qualificado como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), passando a manter os projetos de desenvolvimento comunitário. Mediante termo de parceria com Banco do Nordeste, passou a operacionalizar programas de microcrédito (Crediamigo urbano e Agroamigo rural).

Em 2009, também através de termo de parceria com o BNB, começou a implantação dos Espaços Nordeste, locais que têm como objetivo realizar atividades sociais, culturais e de negócios para implementar um trabalho socioeducativo e que possibilite aos seus participantes alternativas de inclusão social, bancária e de formação humana e cidadã.

Recentemente, o INEC recebeu várias premiações nacionais, sendo reconhecido pelo seu trabalho e pela satisfação dos seus funcionários. Em 2012, o INEC ficou entre as cem melhores empresas para se trabalhar no Brasil e entre as cinco melhores do Ceará. No mesmo ano, foi considerada a melhor empresa de serviços do Brasil, pela revista *Época* e consultoria internacional Great Place to Work (GPTW). Nestas pesquisas são avaliados quesitos como o nível de satisfação dos colaboradores com o ambiente de trabalho e as melhores práticas de gestão em empresas brasileiras (INEC, 2013).

Logo, o Instituto Nordeste Cidadania se mostra como uma empresa parceira fundamental para Banco do Nordeste, tendo em vista que ela operacionaliza os principais programas de microcrédito do banco (Crediamigo e Agroamigo) e trabalha diretamente com a inclusão financeira dos indivíduos, melhorando e desenvolvendo de forma sustentável toda a região nordeste do Brasil.

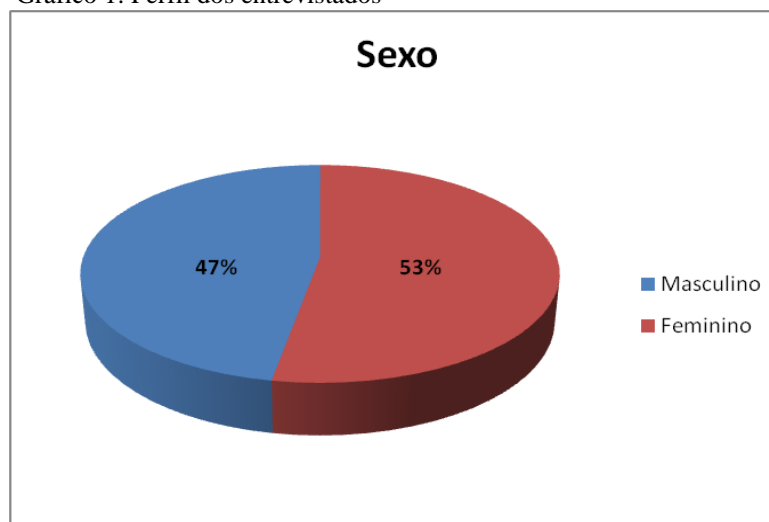
5.7 Apresentação e análise dos resultados da pesquisa

O questionário aplicado aos funcionários do Instituto Nordeste Cidadania possui duas partes. A primeira parte do questionário faz uma análise demográfica dos entrevistados a fim de se poder observar melhor o perfil dos mesmos. Possui três perguntas sobre sexo, escolaridade e tempo de trabalho na empresa.

Essa parte do questionário mostrou os seguintes resultados, conforme podem ser vistos nos Gráficos 1, 2 e 3.

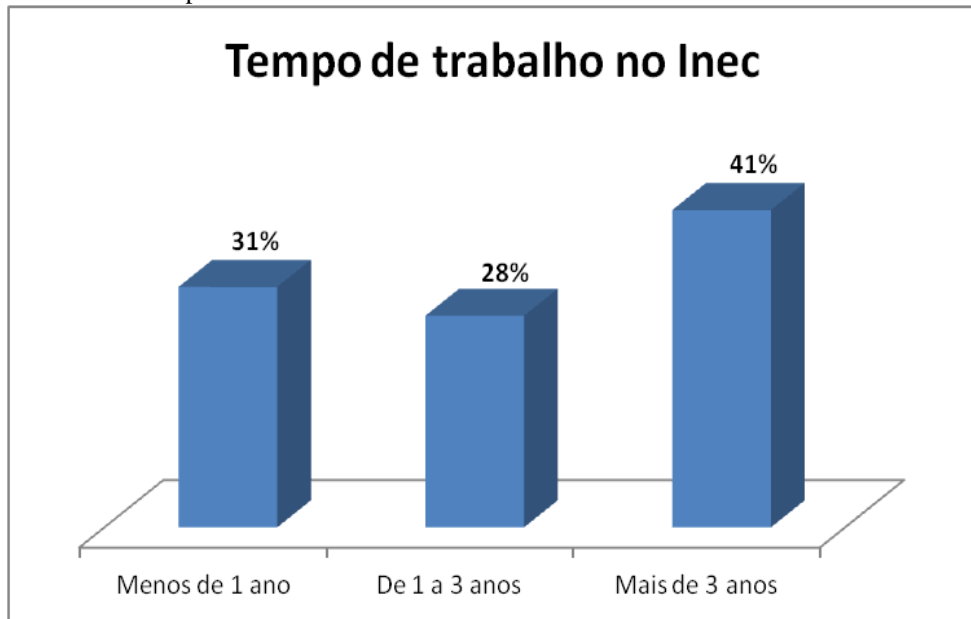
- a) Do total de funcionários, 53% são do sexo feminino e 47% do sexo masculino;
- b) Apenas 31% deles trabalham há menos de 1 ano no INEC, 28% têm entre 1 e 3 anos e 41% está há mais de três anos na empresa;
- c) Quanto à escolaridade, 13% possuem o ensino médio completo, 35% o superior incompleto e a grande maioria, 53%, tem o ensino superior completo.

Gráfico 1: Perfil dos entrevistados



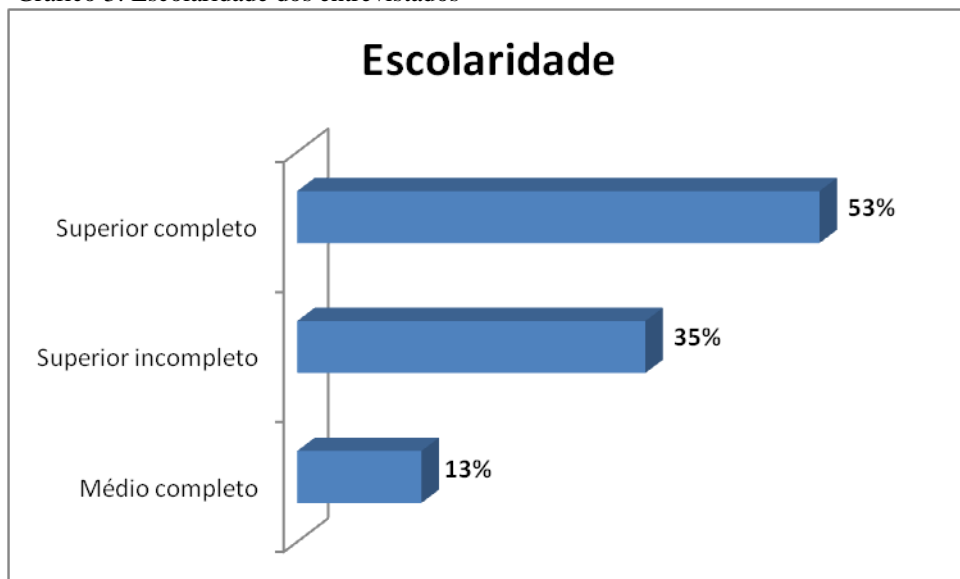
Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Gráfico 2: Tempo de trabalho no INEC



Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Gráfico 3: Escolaridade dos entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Nota-se através dos dados que os funcionários do INEC estão equilibrados em relação ao sexo masculino e feminino, e que a grande maioria tem mais de um ano na empresa. Além disso, todos possuem pelo menos o ensino médio completo, onde mais de 80% têm o ensino superior completo ou incompleto. Logo, percebe-se que os funcionários da

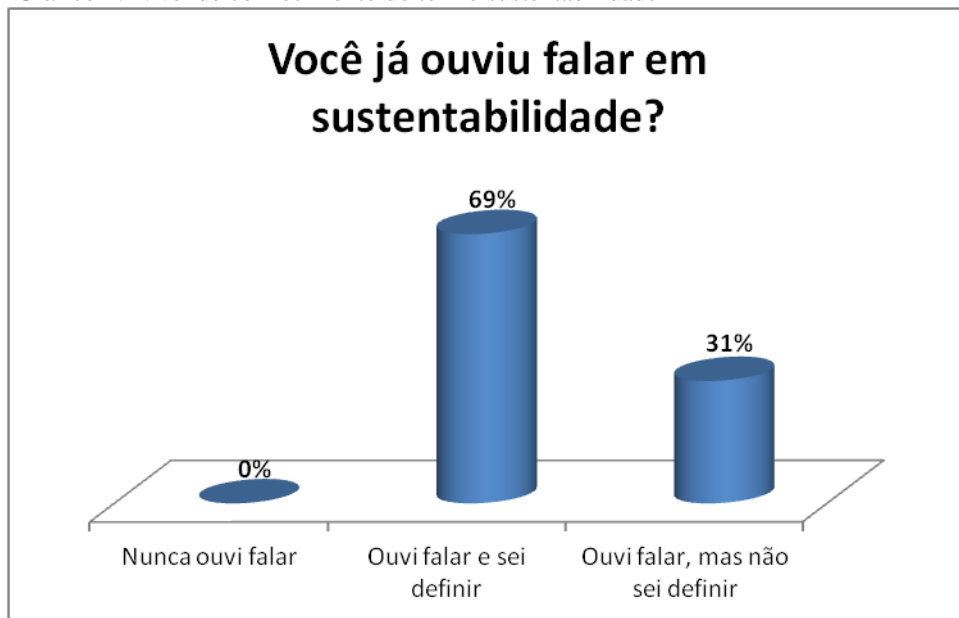
empresa possuem uma boa escolaridade, o que mostra o comprometimento dos mesmos com educação e formação profissional.

A segunda parte do questionário possui dezesseis perguntas objetivas sobre o tema sustentabilidade, com ênfase em sustentabilidade em instituições financeiras. O objetivo é analisar a percepção e o conhecimento dos funcionários da empresa sobre o tema.

A primeira pergunta procura saber se os entrevistados já ouviram falar sobre sustentabilidade e se sabem definir o que o termo significa. O resultado mostrou que todos já ouviram falar sobre o tema, onde 61% sabem definir o que significa e 31% não sabe definir (GRÁFICO 4). A intenção aqui não foi analisar se o conceito que os funcionários têm sobre o tema é correto ou não. O que se buscou perceber foi se eles têm consciência do conceito de sustentabilidade e sabem definir o termo, independentemente se a definição deles está correta ou não.

Apesar de não ser uma pergunta dissertativa, alguns funcionários escreveram a definição do termo. Muitas das definições apresentadas se aproximam do conceito teórico de sustentabilidade, o que mostra um bom conhecimento sobre o tema.

Gráfico 4: Nível de conhecimento do termo sustentabilidade



Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

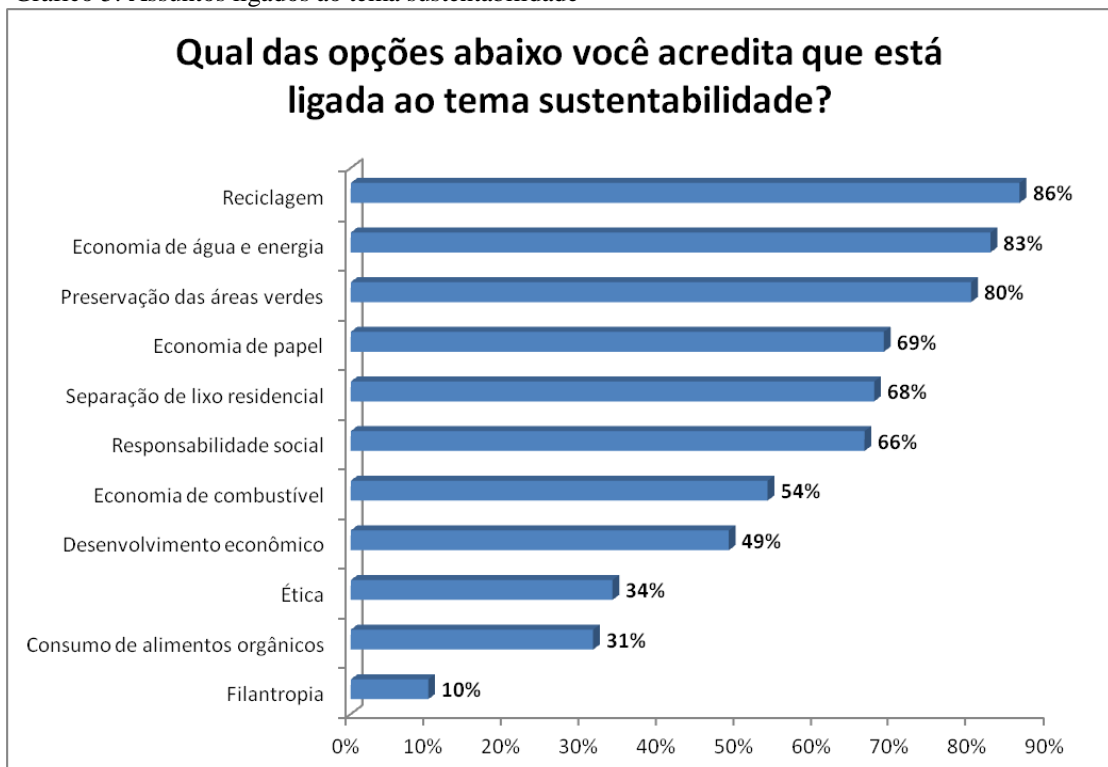
Os resultados acima são semelhantes ao de uma pesquisa realizada em 2012 pela empresa alemã Gfk, a pedido do Instituto Akatu. Essa pesquisa mostrou que 60% dos brasileiros já ouviram falar no termo sustentabilidade, sendo que destes 25% não sabe dizer exatamente o que o termo significa (AKATU, 2013).

A próxima pergunta expõe vários itens para que o entrevistado marque qual deles ele acredita que está ligado ao tema da sustentabilidade. Os itens mais marcados foram reciclagem, economia de água e energia e preservação das áreas verdes, todos escolhidos por mais de 80% dos entrevistados. Por outro lado, os itens que tiveram a menor marcação foram ética, consumo de alimentos orgânicos e filantropia, onde este último foi marcado por apenas 10% dos entrevistados. Os dados de todos os itens são mostrados no Gráfico 5.

O resultado mostra que a grande maioria dos entrevistados liga o tema da sustentabilidade à dimensão ambiental, em detrimento da dimensão social e econômica. Percebe-se que muitos ainda se lembram do tema sustentabilidade como algo voltado apenas para o meio ambiente e se esquecem das outras variáveis. Isso se deve, em parte, pela falta de um conhecimento profundo sobre o tema. Ainda assim, o item responsabilidade social foi marcado por 66% dos entrevistados e desenvolvimento econômico por 49%.

Os dados mais uma vez vão ao encontro da pesquisa realizada pelo Instituto Akatu, em 2012, que também mostrou que dentre os brasileiros que já ouviram falar em sustentabilidade, 40% predominam um entendimento ambiental do termo (AKATU, 2013). Os itens relacionados ao meio ambiente foram os mais citados pelos entrevistados dessa pesquisa, conforme pode ser visto na Tabela 2.

Gráfico 5: Assuntos ligados ao tema sustentabilidade



Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Tabela 2: Pesquisa Akatu: assuntos relacionados ao tema sustentabilidade

Para você, o que significa “sustentabilidade”? O que mais? (respostas e % dos 478 respondentes que “ouviram falar” do termo)		Menções	
		Qty	%
SUSTENTÁVEL	Desenvolver sem comprometer as gerações futuras	30	6%
	Consumir sem excessos, com responsabilidade com as gerações futuras	20	4%
	Desenvolvimento socioeconômico com o mínimo possível de agressão ao meio ambiente	3	1%
	O modo de viver	9	2%
	Ideia de desenvolvimento econômico e social sem quaisquer danos à comunidade	6	1%
AMBIENTAL	Cuidar do meio ambiente	169	35%
	Ter responsabilidade com o meio ambiente	47	10%
	Saber utilizar os recursos naturais sem desperdício	42	9%
	Uso responsável dos recursos naturais	29	6%
	Manter o meio ambiente equilibrado	23	5%
	Sustentar a vida com as coisas saudáveis que a Terra nos dá	14	3%
LIMITADO	Reciclagem de matéria-prima	123	26%
	Empresa que sustenta sem prejudicar o meio ambiente	60	13%
	Não jogar lixo na rua	39	8%
	Reciclar e reaproveitar sem poluir nem agredir o meio ambiente	39	8%
	Economizar água e energia	37	8%
	Diminuição de gases poluentes	31	6%
	Renovável: se tirar uma árvore, planta outra no lugar	19	4%
	Qualidade de vida	16	3%
	Reutilização de água	13	3%
	São produtos com durabilidade e que não necessitam de meios ou recursos naturais	7	1%
	Consumir alimentos saudáveis	4	1%
	Responsabilidade empresarial e política	4	1%
	Outros (mencionados por apenas 1 ou 2 respondentes)	7	1%

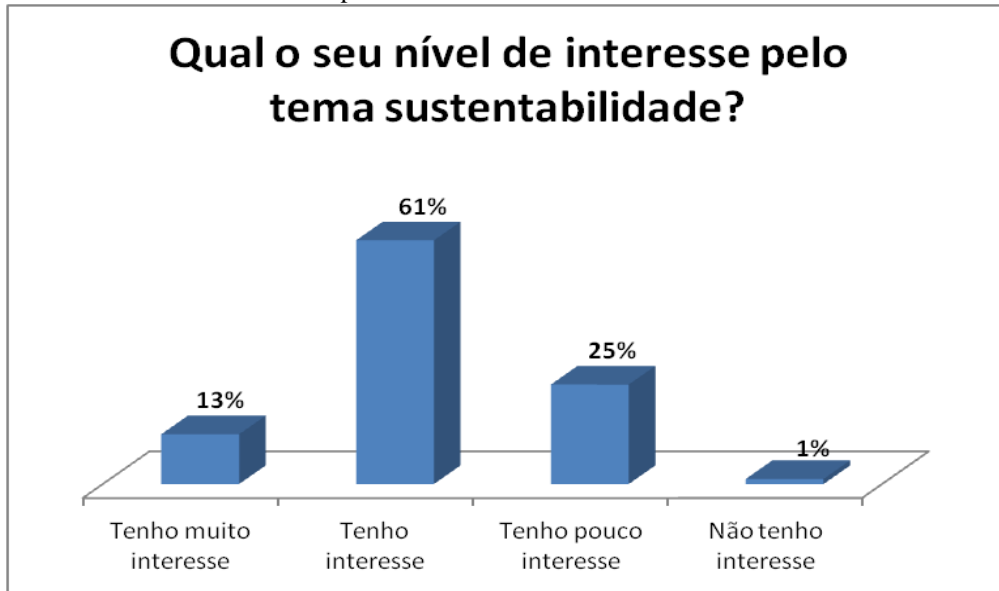
Fonte: Akatu (2013).

Quando perguntados sobre o nível de interesse pelo tema sustentabilidade e como costumam se informar sobre esse tema, 61% têm muito interesse pelo tema, 13% têm interesse, 25% têm pouco interesse e apenas 1% não tem interesse. Em relação a como costumam se informar sobre o tema, 68% afirmaram que leem sobre o assunto, 31% estudam na escola/faculdade, 25% conversam com amigos/familiares, 13% participam de seminários/eventos e 4% marcaram a opção “outro” (GRÁFICOS 6 e 7). Esses últimos afirmaram que vivenciam o tema no próprio ambiente de trabalho.

O resultado mostra um nível satisfatório de interesse pelo tema da sustentabilidade por parte dos funcionários da empresa, tendo em vista que quase 75% dos entrevistados têm interesse ou tem muito interesse pelo tema e quase 70% leem sobre o tema.

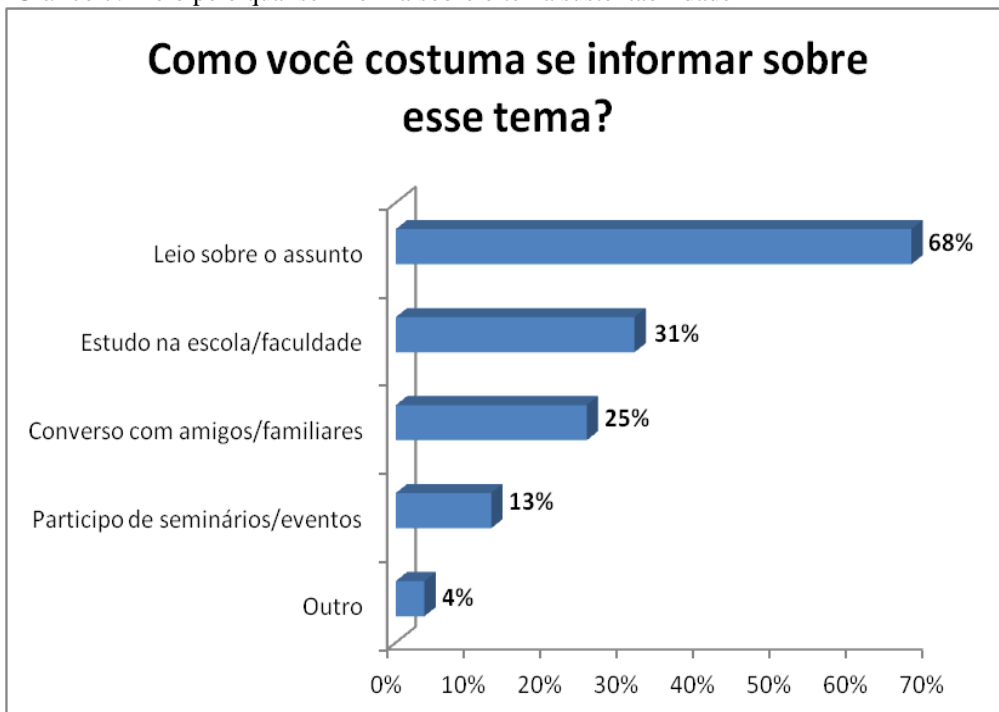
Outro dado importante é que 31% estudam a sustentabilidade na escola ou na faculdade, o que comprova o debate do tema no meio acadêmico.

Gráfico 6: Nível de interesse pelo tema sustentabilidade



Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Gráfico 7: Meio pelo qual se informa sobre o tema sustentabilidade



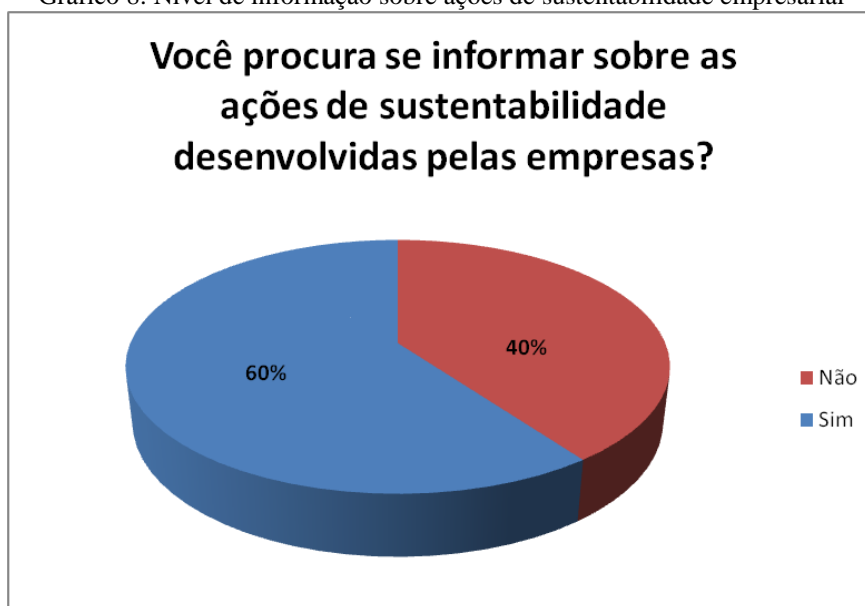
Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

As próximas perguntas questionam se os entrevistados se informam sobre as ações de sustentabilidade desenvolvidas pelas empresas e quais os principais meios utilizados por eles para obter tais informações.

Do total, 60% afirmaram que se informam sobre as ações de sustentabilidade desenvolvidas pelas empresas, enquanto que 40% não se informam. O principal meio de comunicação utilizado para obter essas informações é a internet, sendo citada por 80% dos entrevistados, seguida pela televisão, com 44% e pelas revistas e jornais, com 33%. Apenas 8% leem relatórios específicos, e rádio e livros aparecem nas últimas posições, com 3% cada um, conforme pode ser visto nos Gráficos 8 e 9.

O resultado mostra que mais da metade dos respondentes procura se informar sobre as ações de sustentabilidade desenvolvidas pelas empresas e para isso se utilizam principalmente da internet e televisão.

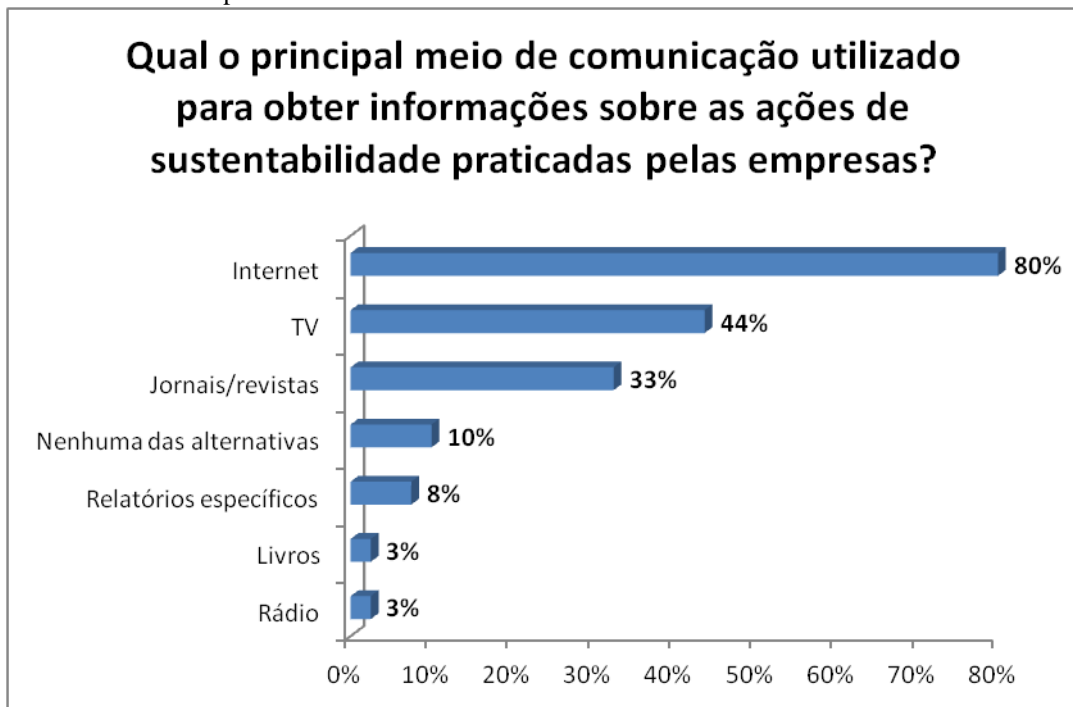
Gráfico 8: Nível de informação sobre ações de sustentabilidade empresarial



Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Percebe-se que há uma preocupação por grande parte dos entrevistados em se informar sobre as ações de sustentabilidade desenvolvidas pelas empresas. No mundo moderno em que vivemos, a busca pela informação se tornou mais rápida e acessível, sendo mais fácil encontrar informações sobre qualquer empresa no mundo. Logo, é interessante que as empresas se preocupem em divulgar abertamente suas ações voltadas para o desenvolvimento sustentável, tendo em vista o aumento de interesse das pessoas pelo tema e a facilidade com que elas obtêm as informações.

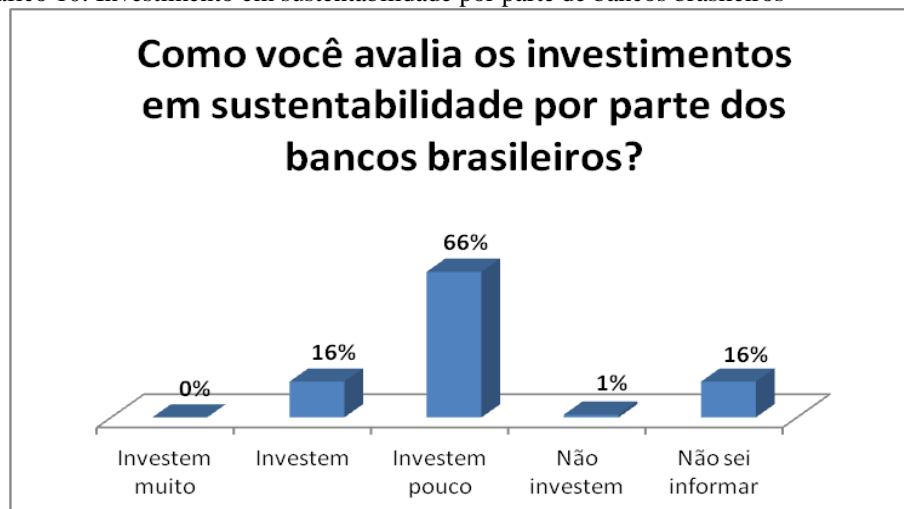
Gráfico 9: Principais meios de comunicação utilizados para obter informações sobre ações de sustentabilidade empresarial



Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

As próximas questões se referem mais especificamente à sustentabilidade por parte das instituições financeiras no Brasil. Quando perguntados como avaliam os investimentos em sustentabilidade por parte dos bancos brasileiros, a maioria (66%) respondeu que os bancos investem pouco e apenas 16% acreditam que os bancos investem nesse segmento. Para 1% dos entrevistados, os bancos não investem em sustentabilidade e 16% não souberam informar (GRÁFICO 10).

Gráfico 10: Investimento em sustentabilidade por parte de bancos brasileiros



Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Quando questionados se os bancos promovem o desenvolvimento sustentável, 43% acreditam que não, 31% acreditam que sim e 26% não souberam informar (GRÁFICO 11). Em relação à importância da sustentabilidade para as instituições financeiras, 85% afirmaram que considera importante ou muito importante, apenas 11% acreditam que é pouco importante e 4% não soube informar (GRÁFICO 12).

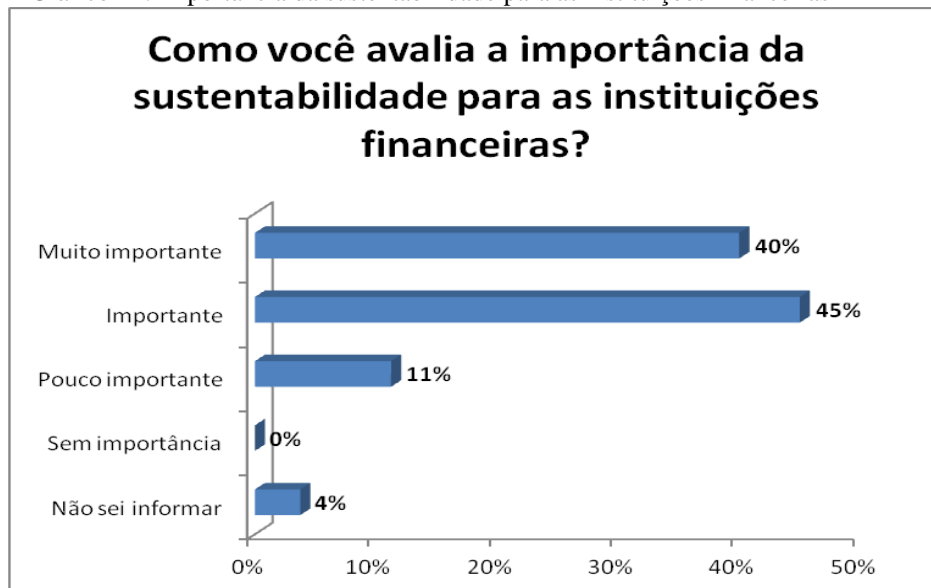
Os resultados dessas três últimas questões mostram que a maioria dos entrevistados ainda não vê uma participação efetiva dos bancos no investimento em sustentabilidade e na promoção do desenvolvimento sustentável, sendo que a maior parte dos entrevistados considera importante o investimento que os bancos invistam nesse setor.

Gráfico 11: Os bancos e a promoção do desenvolvimento sustentável



Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

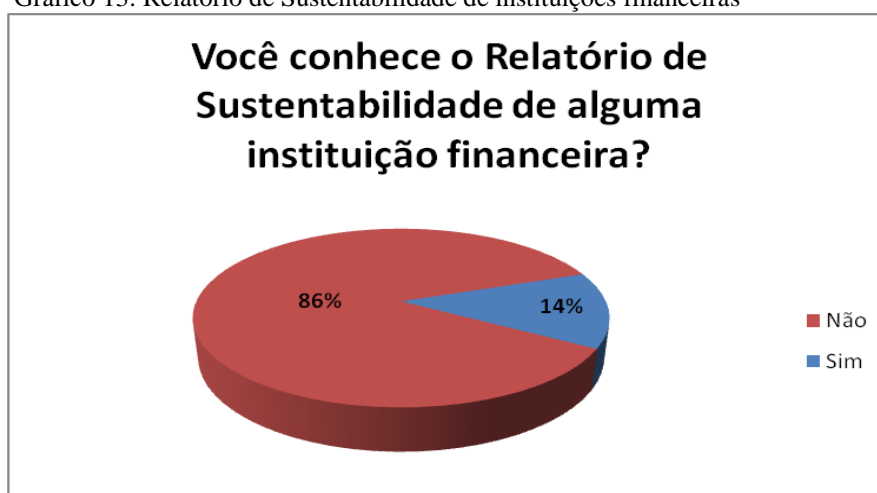
Gráfico 12: Importância da sustentabilidade para as instituições financeiras



Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Foi perguntado também aos entrevistados se eles conheciam o Relatório de Sustentabilidade de alguma instituição financeira. Do total 86% afirmaram que não conheciam e apenas 14% afirmaram que conheciam, conforme Gráfico 13. Isso demonstra que os relatórios de sustentabilidade ainda são pouco conhecidos pelos *stakeholders* dos bancos e precisam ser mais divulgados para que todos tenham acesso e se interessem para ler. A leitura desses relatórios é importante para que todos as parte interessadas da instituição tenham conhecimento sobre os projetos de ações de sustentabilidade desenvolvidos pela organização.

Gráfico 13: Relatório de Sustentabilidade de instituições financeiras



Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Com intuito de analisar o conhecimento dos entrevistados sobre ações e projetos de sustentabilidade por parte dos bancos brasileiros, foi perguntados se eles conheciam algum projeto ou ação de preservação ambiental, projeto social ou cultural desenvolvido por algum banco brasileiro. A pergunta foi espontânea e a grande maioria não soube informar nenhum projeto ou ação. Em relação à preservação ambiental, 86% desconheciam algum projeto desse tipo e quanto a projetos sociais ou culturais, 59% afirmaram desconhecer.

Os projetos e ações mais citados estão descritos no Quadro 3 abaixo:

Quadro 3: Principais projetos de sustentabilidade citados pelos entrevistados

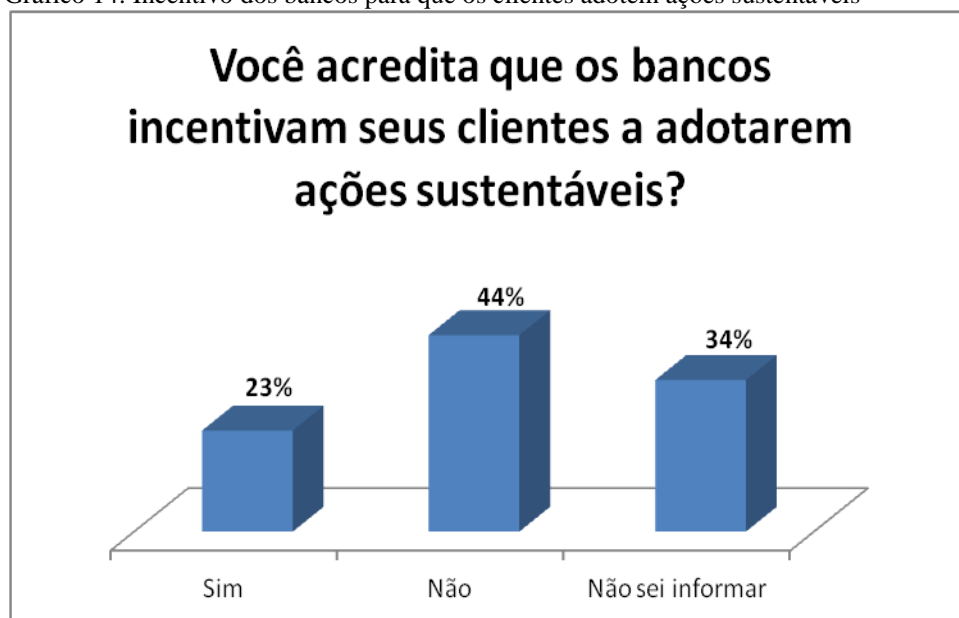
Projetos ou ações de preservação ambiental	Projetos sociais ou culturais
Santander preservação ambiental	Showroom social BNB
BNB preservação ambiental	Natal sem fome BNB
Programa ecofinanceiro de veículos Bradesco	Centro Cultural BNB
Projetos de reciclagem do BNB	Caixa Cultural
BNB - Programa de Sustentabilidade Água Boa	Itaú Cultural

BNB - Projetos de sustentabilidade com a UECE	Espaço Nordeste BNB
Itaú Sustentabilidade	Fundação Bradesco
Coleta seletiva de lixo BNB	Itaú distribuição de livros Infantis

Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Quando perguntados se acreditam que os bancos incentivam seus clientes a adotarem ações sustentáveis, 44% afirmaram que não, 23% disseram que sim e 34% não souberam informar (GRÁFICO 14).

Gráfico 14: Incentivo dos bancos para que os clientes adotem ações sustentáveis

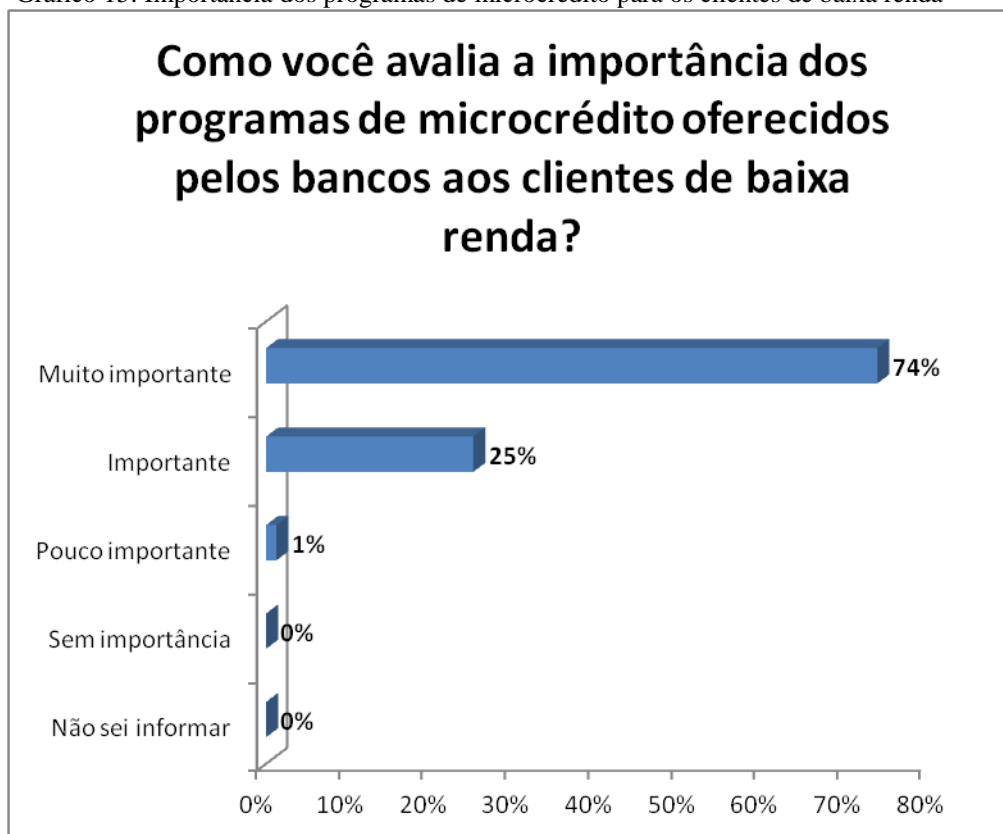


Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Em relação à importância dos programas de microcrédito para os clientes de baixa renda, quase todos os entrevistado afirmaram que consideram importante ou muito importante esses programas e apenas 1% afirmou ser pouco importante (GRÁFICO 15).

Os dados mostram que menos da metade dos entrevistados acredita que os bancos incentivam os clientes a dotarem ações sustentáveis e evidencia o quanto os programas de microcrédito são considerados importantes para os clientes de baixa renda. Esses programas estão ligados diretamente à melhoria de renda das famílias carentes e, conseqüentemente, à melhoria das condições econômicas e sociais dos indivíduos menos favorecidos, ajudando no desenvolvimento sustentável de inúmeras comunidades. Logo, os programas de microcrédito oferecidos aos clientes de baixa renda contribuem para o desenvolvimento sustentável.

Gráfico 15: Importância dos programas de microcrédito para os clientes de baixa renda



Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

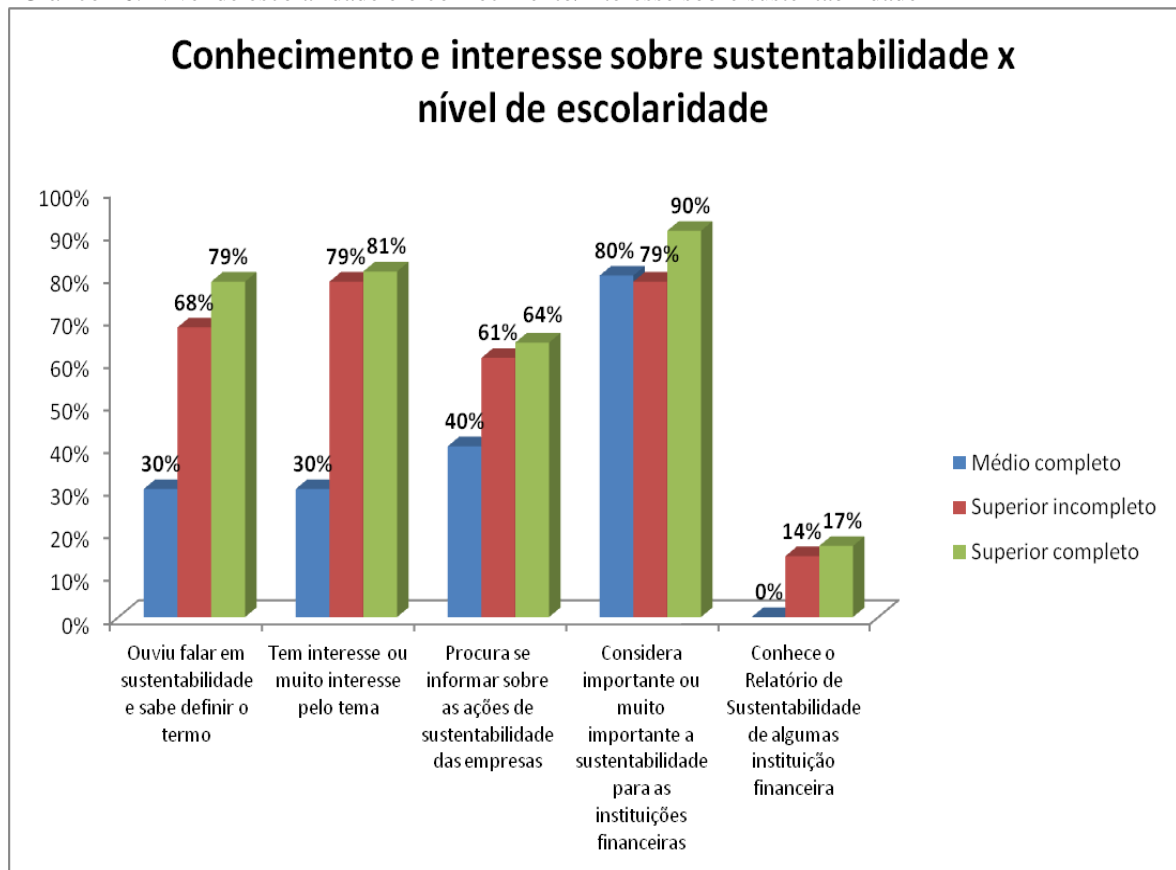
As duas últimas perguntas se referem às ações de sustentabilidade desenvolvidas pela empresa dos entrevistados, no caso o INEC. Foi perguntado se eles acreditam que o INEC desenvolve ações sustentáveis e como eles avaliam a importância da sustentabilidade para o INEC. O resultado mostrou que 96% acreditam que o INEC desenvolve ações sustentáveis e 98% acreditam que a sustentabilidade é importante ou muito importante para a empresa. Logo, percebe-se o quanto os funcionários veem o INEC como uma empresa sustentável e têm a consciência da importância da sustentabilidade para a organização.

Outro resultado importante que se pode tirar da pesquisa é a relação entre o conhecimento e o interesse em sustentabilidade com o nível de escolaridade dos funcionários. A pesquisa mostrou que quanto maior o grau de escolaridade do entrevistado, maior é o seu nível de conhecimento e de interesse pelo tema, como pode ser visto no Gráfico 16.

Por exemplo, apenas 30% dos entrevistados com nível médio afirmaram que sabiam definir o termo sustentabilidade, enquanto que esse índice foi de 79% entre os entrevistados com nível superior, e somente 30% dos que possuem nível médio afirmaram ter interesse ou muito interesse pelo tema, contrastando com 81% dos que têm nível superior. Ao

serem interrogados se eles procuram se informar sobre as ações de sustentabilidade desenvolvidas pelas empresas, dos que tem nível médio o índice foi de 40% e dos que tem nível superior foi de 64%. Quando perguntados se conhecem o relatório de sustentabilidade de alguma instituição financeira, nenhum funcionário com o nível médio afirmou conhecer, porém 17% dos funcionários com nível superior afirmaram que conhecem. A pergunta em que os índices fora mais próximos um dos outro foi a que questionou se os entrevistados consideram importante ou muito importante a sustentabilidade para as instituições financeiras, onde 80% dos que possuem nível médio afirmaram que sim e 90% dos que possuem nível superior também afirmaram positivamente.

Gráfico 16: Nível de escolaridade e o conhecimento/interesse sobre sustentabilidade



Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Portanto, de forma geral, os resultados mostram que os funcionários da sede do INEC possuem uma boa visão sobre o tema da sustentabilidade em instituições financeiras, consideram o tema muito importante, procuram se informar sobre ações de sustentabilidade desenvolvidas pelas empresas e acreditam que os bancos podem fazer ainda mais em prol do desenvolvimento sustentável.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sustentabilidade está cada vez mais em evidência no mundo todo. Pode-se dizer que vivemos na era da sustentabilidade. Na antiga visão de mundo prevalecia a ideia de crescimento contínuo, a qualquer custo, com utilização irracional dos recursos e materialismo, onde predominava apenas o crescimento, sem pensar nas suas consequências. Mas, os problemas ambientais, sociais e econômicos mostraram que esse modelo de desenvolvimento era injusto, desequilibrado e ultrapassado, o que poderia fazer com que a vida no planeta terra se tornasse inviável.

Desse modo, os valores e costumes da sociedade bem como os paradigmas empresariais passaram e ainda estão passando por reformulações, com o intuito de incorporar princípios e práticas sustentáveis. Atualmente, existem vários movimentos e eventos no mundo que procuram modificar políticas públicas, processos produtivos empresariais e estilo de vida da sociedade, tendo como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável.

No campo empresarial, a sustentabilidade deixou de ser considerada como algo sem importância para fazer parte da estratégia de negócio das empresas. As organizações enxergaram que uma empresa efetivamente sustentável consegue ganhar confiança dos consumidores, aumentar seu valor de mercado e reduzir custos, sem deixar de ser competitiva. As empresas passaram também a divulgar suas ações sustentáveis para as partes interessadas, principalmente por meio de balanços sociais e relatórios de sustentabilidade.

A sustentabilidade foi sendo continuamente incorporada pelas instituições financeiras, que passaram a perceber o seu papel de indutor de práticas socioambientais responsáveis e se aproveitam do seu alcance na sociedade, tendo em vista que a maioria da população se utiliza dos bancos e que estes estão presentes em praticamente todo o território nacional.

Os bancos têm adotado uma filosofia sustentável em suas estratégias de negócios e na sua missão organizacional, seja através da diminuição do uso de recursos naturais, como o papel, seja na criação de linhas de financiamento para empresas que investem ações sociais e ambientais, ou até mesmo na promoção de programas de microcrédito oferecidos aos clientes de baixa renda e na criação de projetos socioambientais.

Nas duas últimas décadas a sustentabilidade tem sido praticada de forma mais evidente nesse setor, o qual vem adotando princípios e práticas sustentáveis mais rígidas e

padronizadas, assinando acordos coletivos para diminuição de poluição ambiental e desenvolvendo produtos com foco socioambiental que vão ao encontro da sociedade.

No caso da empresa objeto de estudo, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a sustentabilidade tem sua origem na própria criação da instituição, que foi concebida para desenvolver econômica e socialmente a região nordeste do Brasil. A análise dos relatórios de sustentabilidade e dos dados financeiros permitiu um maior aprofundamento dos indicadores econômicos, sociais e ambientais da organização, proporcionando uma visão mais detalhada sobre ações de sustentabilidade desenvolvidas por uma grande instituição financeira.

No BNB, o tema da sustentabilidade tornou-se uma postura empresarial da organização e, conforme consta em seu relatório de sustentabilidade, essa visão é repassada a todos os seus *stakeholders*, sejam eles funcionários, fornecedores, clientes e parceiros.

A pesquisa com um dos *stakeholders* internos do banco, o Instituto Nordeste Cidadania (INEC), mostrou que os funcionários desta instituição possuem um bom nível de conhecimento e de interesse sobre o tema da sustentabilidade, onde eles se informam sobre o assunto principalmente por meio de leituras e através da escola ou faculdade. O conhecimento sobre o tema pode estar associado à escolaridade dos funcionários, pois quase 90% dos entrevistados possuem o nível superior ou completo ou em andamento.

Entretanto, a pesquisa apontou que muitos ainda ligam o tema a assuntos relacionados apenas ao meio ambiente, como preservação de recursos naturais e economia de água e energia, e deixam de associá-lo ao desenvolvimento econômico e social, que também fazem parte da sustentabilidade, como já foi mostrado no trabalho. Além disso, 86% desconhecem o relatório de sustentabilidade de alguma instituição financeira.

Os resultados apontaram que a maioria dos funcionários do INEC procura se informar sobre as ações de sustentabilidade desenvolvidas pelas empresas, utilizando-se principalmente a internet e a televisão como meio de comunicação para obtenção de informações.

Os funcionários do INEC também se mostraram críticos em relação ao investimento em sustentabilidade por parte de bancos brasileiros, onde quase 70% dos respondentes avaliaram que os bancos ou investem pouco ou simplesmente não investem nessa área, apenas 31% afirmaram que os bancos promovem o desenvolvimento sustentável e somente 23% afirmaram que os bancos incentivam seus clientes a dotarem ações sustentáveis.

Outro resultado da pesquisa expõe que 85% dos entrevistados consideram importante os bancos investirem em desenvolvimento sustentável e quase todos concordam

que é importante ou muito importante os programas de microcrédito oferecidos pelos bancos aos clientes de baixa renda. Esse dado se mostra interessante, pois o Banco do Nordeste trabalha com dois programas de microcrédito para pequenos empreendedores, o Crediamigo e o Agroamigo, que são operacionalizados juntamente com o INEC. Logo, os funcionários do INEC trabalham diretamente com esses programas e reconhecem a sua importância para o desenvolvimento dos indivíduos da região em que eles atuam.

Por fim, a pesquisa ressaltou que praticamente todos os funcionários consideram que a própria empresa, o INEC, desenvolve ações sustentáveis e quase todos concordam que a sustentabilidade é importante ou muito importante para a empresa. Isso mostra que os funcionários enxergam a empresa como uma organização sustentável, o que evidencia ainda mais o conhecimento prático sobre o tema dentro da própria instituição.

Dentro dessa perspectiva, o que se pode verificar no geral com a pesquisa é que grande parte dos respondentes tem um bom conhecimento sobre o tema, se interessam pelo assunto, procuram se informar sobre as ações de sustentabilidade desenvolvidas pelas empresas e possuem um censo crítico em relação à sustentabilidade nas instituições financeiras. Pode se perceber também que os funcionários evidenciam ações de sustentabilidade dentro da própria empresa, o que ajuda a ter um conhecimento mais prático sobre o assunto.

Assim, percebe-se que os funcionários do INEC, apesar de algumas distorções teóricas, carregam consigo um elevado grau de percepção e de conhecimento sobre sustentabilidade e possuem uma visão bem crítica sobre as ações de sustentabilidade adotadas pelas instituições financeiras no Brasil. Logo, o INEC se configura como um *stakeholder* que está alinhado com as práticas e princípios desenvolvidos pelo Banco do Nordeste, agregando valor à instituição.

REFERÊNCIAS

- AKATU. **Pesquisa Akatu 2012: Rumo à sociedade do bem-estar**. Assimilação e Perspectivas do Consumo Consciente no Brasil – Percepção da Responsabilidade Social Empresarial pelo Consumidor Brasileiro. São Paulo: Instituto Akatu, 2013. Disponível em: <<http://www.akatu.org.br/pesquisa/2012/PESQUISA-AKATU.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2013.
- ALMEIDA, Fernando. **O bom da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- ALVES, Felipe Carrijo; ALMEIDA, Geraldo Sardinha. **Análise das Práticas de Responsabilidade Social no Setor Financeiro: Um Estudo de Caso Unibanco, Itaú, Bradesco e Banco do Brasil**. In: X Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente - ENGEMA, 2008, Porto Alegre. Anais do X ENGEMA. Porto Alegre, FGV / FEA-USP, 2008. P. 263-264.
- ARAÚJO, Geraldino Carneiro *et al.* **Sustentabilidade Empresarial: Conceitos e Indicadores**. In: III Encontro Virtual Brasileiro de Administração, 2006, UFMS. Disponível em: <www.convibra.com.br/2006/artigos/61_pdf.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2013.
- ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BACEN. **Banco Central do Brasil. Composição e evolução do sistema financeiro nacional**. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>>. Acesso em: 17 out. 2013.
- BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: Conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRAS, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva 2009.
- BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BNB. **Relatório de Sustentabilidade 2012**: Banco do Nordeste do Brasil S.A. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/o_banco/relacao_acionistas/docs/BNB._relat_sustentabilidade_2012.pdf>. Acesso em: 08 set. 13.
- BNB. **Institucional: Histórico do BNB**. 2013. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/O_Banco/Historico/gerados/hist_principal.asp 2013>. Acesso em: 22 out. 2013.
- BNB. **O Instituto Nordeste Cidadania**. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/Content/>>

aplicacao/Grupo_Principal/Nordeste_Noticias/conteudo/nordeste_noticias_detalhes.asp?lstrCodNoticia=2552>. Acesso em: 24 out.2013.

BOVESPA. **Índice de Sustentabilidade Empresarial**. 2013. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&idioma=pt-br>>. Acesso em: 18 out. 2013.

_____. **Índice Carbono Eficiente – ICO2**. 2013. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ICO2&Opcao=0&idioma=pt-br>>. Acesso em: 18 out. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. promulgada em 5 de outubro de 1988, Atualizada e preparada até as Emendas Constitucionais n. 69 e 70, ambas de 29 de março de 2012. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. Presidência da República. **Qualificação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)**. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm>. Acesso em: 24 out. 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de empresas: uma abordagem contingencial**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

CIRELLI, Giuliano Alves; KASSAI, José Roberto. **Análise da percepção sobre sustentabilidade por parte de stakeholders de uma instituição financeira: um estudo de caso**. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, 2010.

CLUB OF ROME. **História do Clube de Roma: Nascimento do Clube de Roma**. 2013. Disponível em: <<http://www.clubofrome.org/?p=4771>>. Acesso em: 09 out. 2013.

CORAL, Elisa. **Modelo de planejamento estratégico para a sustentabilidade empresarial**. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Socioambiental**. 1. ed. 5ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

DINIZ, N.; SILVA, M.; VIANA, G. **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks: The triple bottom line of 21st century business**. Capstone: Oxford, 1997.

ETHOS. **Instituto Ethos: Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis**. 2013. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/iniciativas/Indicadores/#.UIOnSNLUIGI>> Acesso em: 08 out. 2013.

FARIA, Ana Cristina de; NOGUEIRA, Elaine Petil. **Sustentabilidade em instituições financeiras no Brasil: Uma análise sob a ótica da Global Reporting Initiative - GRI**.

In: XXXV Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração EnANPAD, 2011, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2011/CONT/2011_CON2460.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

FALCK, O.; HEBLICH, S. **Corporate social responsibility: doing well by doing good.** Business Horizons, v. 50, n. 3, p. 247-254, Maio/Jun. 2007.

FEBRABAN. **Bancos e Desenvolvimento Sustentável.** 2011. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Bancos%20e%20Desenvolvimento%20Sustent%20E1vel%20-%20julho%202011.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach.** Boston: Pitman, 1984.

FURTADO, João Salvador. **Sustentabilidade Empresarial: guia de práticas econômicas, ambientais e sociais.** Salvador: NEAMA/CRA, 2005. 188p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GLOBAL COMPACT . **A New Era of Sustainability.** UN Global Compact-Accenture CEO Study 2010. United Nations Global Compact e pela Accenture Sustainability Services. NY, 2010. Disponível em: <http://www.accenture.com/SiteCollectionDocuments/PDF/Accenture_A_New_Era_of_Sustainability_CEO_Study.pdf>. Acesso em: 12 out. 2013.

GLOBAL COMPACT. United Nations Global Compact. **O Pacto Global.** Disponível em: <<http://www.unglobalcompact.org/Languages/portuguese/>>. Acesso em: 11 out. 2013.

GRI. Global Report Initiative. **What we do.** 2009. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/Home/WhatWeDoPortuguese.htm>>. Acesso em: 01 set. 2013.

GRI. Global Report Initiative. **Institucional: Global Reporting Initiative.** 2013. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/languages/Portuguesebrazil/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 18 out. 2013.

HAIR, J.F.; ANDERSON, R.; TATHAM, R.L.; BLACK, W.C. **Multivariate data analysis.** Upper Saddle River: Prentice Hall, 1998.

HENDERSON, Hazel. **Mercado ético: a força do novo paradigma empresarial.** São Paulo: Cultrix, 2007.

INEC. **O Instituto Nordeste Cidadania.** Disponível em: <<http://www.inec.org.br>>. Acesso em: 24 out. 2013.

JENSEN, M. **Value Maximization, Stakeholder Theory, and the Corporate Objective Function.** Boston: Harvard Business School. Working Paper 01-01, out. 2001.

LANG, J. **Gestão ambiental: estudo das táticas de legitimação utilizadas nos relatórios da administração das empresas listadas no ISE.** Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2009.

- LEAL, Carlos Eduardo. **A Era das Organizações Sustentáveis**. 2008. Disponível em: <<http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoco/files/08/04.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2013.
- LINS, C; WAJNBERG, D. **Sustentabilidade Corporativa no Setor Financeiro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para Desenvolvimento Sustentável, 2007.
- MACHADO, Carlos Borges; SANTOS, Sólida Elizabeth dos; SOUZA, Tânia Cristina de. **A sustentabilidade ambiental em questão**. In: SILVA, Crhrstian L. (org). Desenvolvimento sustentável: Um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.
- MARCONDES, Adalberto Wodianer. **A Trilha da Sustentabilidade**. 2007. Disponível em: <<http://www.agsolve.com.br/noticia.php?cod=448>>. Acesso em: 02 nov. 2013.
- MATTAROZZI, Victorio; TRUNKL, Cássio. **Sustentabilidade no setor financeiro: gerando valor e novos negócios**. São Paulo: SENAC, 2008.
- MICHALISZYN, Mario Sergio; TOMASINI, Ricardo. **Pesquisa: orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos**. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro (RJ): Vozes, 2008. 215 p
- MMA. **Ministério do Meio Ambiente. Declaração de Johanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/joanesburgo.doc>. Acesso em: 11 out. 2013.
- MOIR, L. **What do we mean by corporate social responsibility?** Corporate Governance, v. 1, n. 2, p. 16-22, 2001.
- OLIVEIRA, José A. Puppim de. **Empresas na Sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- ONU. **A ONU e o meio ambiente**. 2012. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>>. Acesso em: 09 nov. 2013.
- _____. **Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – 1972**. 2012. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/estocolmo1972.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2013.
- PHILIPPI, Luiz Sérgio. **A Construção do Desenvolvimento Sustentável**. Educação Ambiental: Questões Ambientais – Conceitos, História, Problemas e Alternativa. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.
- POLONSKY, M. J. **A stakeholder theory approach to designing environmental marketing strategy**. Journal of business & industrial marketing, v. 10, n. 3, p. 29-46, 1995.
- PRI. **Principles for Responsible Investment (Princípios para o Investimento Responsável)**. 2013. Disponível em: <<http://www.unpri.org>>. Acesso em: 17 out. 2013.
- PRINCÍPIOS DO EQUADOR. **About the equator principles**. 2013. Disponível em: <<http://www.equator-principles.com/index.php/about-ep>>. Acesso em: 17 out. 2013.

PROTOCOLO VERDE. **Protocolo Verde**. 2008. Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/ProtocoloVerde.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2013.

RATTNER, Henrique. **Por caminhos alternativos da sustentabilidade**. In: Seminário dinâmica do desenvolvimento na era da Internacionalização da economia, 2., 2001, Natal. Trabalhos, 2001.

_____. **Sustentabilidade: uma visão humanista**. 2004. Disponível em: <http://www.lead.org.br/article/articleview/134/1/97>>. Acesso em: 20 nov.2013.

RICHARDSON, Roberto Jarryet al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. amp., São Paulo: Atlas, 2008.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel, 1993.

SGARBI, V.S *et al.* **Os Jargões da Sustentabilidade: uma Discussão a partir da Produção Científica Nacional**. In: In: X Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente - ENGEMA, 2008, Porto Alegre. Anais do X ENGEMA. Porto Alegre, FGV / FEA-USP, 2008. P. 343-344.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, D. da, C. C. **SC: Sustentabilidade Corporativa**. In: Anais VI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - SEGeT, Resende, RJ, 2009.

SILVA, Christian L. **Proposta de um modelo de monitoração e avaliação do desenvolvimento sustentável**. In: SIVA, Christian L. (org.) Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis: Vozes, 2006

TORRES, Ciro. **Responsabilidade social das empresas (RSE) e balanço social no Brasil**. In: SILVA, César Augusto Tiburcio; FREIRE, Fátima de Souza. (Org.). Balanço social: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001. p. 15-30.

WAJNBERG, D. **Sustentabilidade nos bancos brasileiros: exame da divulgação do relacionamento entre iniciativas socioambientais e o desempenho financeiro corporativo**. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (mestrado em administração) - Universidade federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Instituto de Pós-graduação em Administração. COPPEAD, 2008.

WCED. **World Commission on Environmental and Development: Our common future**. 1987. Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2013.

APÊNDICES

APÊNCIDE A – Questionário da pesquisa aplicado aos funcionários do Instituto Nordeste Cidadania (INEC)

QUESTIONÁRIO

Prezado (a) colaborador (a),

Esta é uma pesquisa acadêmica realizada pelo aluno Rubens de Aguiar Rodrigues, da Universidade Federal do Ceará, para conclusão de monografia do curso de Administração, cujo objetivo é analisar a percepção e o conhecimento dos colaboradores do INEC em relação ao tema da sustentabilidade em instituições financeiras. Peço, por gentileza, responder as questões abaixo:

Sexo: M F

Há quanto tempo trabalha no INEC? Menos de 1 ano 1 a 3 anos Mais de 3 anos

Escolaridade: Fundamental incompleto Fundamental completo Médio incompleto

Médio completo Superior incompleto Superior completo

1) Você já ouviu falar em sustentabilidade? Sabe definir o que significa?

Nunca ouvi falar Ouvi falar, mas não sei definir Ouvi falar e sei definir

2) Qual das opções abaixo você acredita que está ligada ao tema sustentabilidade? (você pode marcar quantos itens quiser)

Preservação de áreas verdes Reciclagem Filantropia Responsabilidade social

Economia de combustível Desenvolvimento econômico Economia de papel

Separação do lixo residencial Consumo de alimentos orgânicos Ética

Economia de água e energia

3) Qual o seu nível de interesse pelo tema sustentabilidade?

Tenho muito interesse Tenho interesse Tenho pouco interesse

Não tenho interesse

4) Como você costuma se informar sobre esse tema? (você pode marcar vários itens)

- Leio sobre o assunto Participo de seminários/eventos
 Converso com amigos/familiares Estudo na escola/faculdade
 Outro_____

5) Você procura se informar sobre as ações de sustentabilidade desenvolvidas pelas empresas?

- Sim Não

6) Qual o principal meio de comunicação que você utiliza para obter informações sobre as ações de sustentabilidade praticadas pelas empresas? (você pode marcar vários itens)

- Internet TV Rádio Livros Jornais/revistas Relatórios específicos
 Nenhuma das alternativas

7) Como você avalia os investimentos em sustentabilidade por parte dos bancos brasileiros?

- Investem muito Investem Investem pouco Não investem
 Não sei informar

8) Em geral, você acredita que os bancos promovem o desenvolvimento sustentável?

- Sim Não Não sei informar

9) Como você avalia a importância da sustentabilidade para as instituições financeiras?

- Muito importante Importante Pouco importante Sem importância
 Não sei informar

10) Você conhece o Relatório de Sustentabilidade de alguma instituição financeira?

- Sim Não

11) Você conhece algum projeto ou ação de preservação ambiental de algum banco brasileiro? Quais?

Sim _____ Não

12) Você conhece algum projeto social ou cultural de algum banco brasileiro? Quais?

Sim _____ Não

13) Em geral, você acredita que os bancos incentivam seus clientes a adotarem ações sustentáveis?

Sim Não Não sei informar

14) Como você avalia a importância dos programas de microcrédito oferecidos pelos bancos aos clientes de baixa renda?

Muito importante Importante Pouco importante Sem importância
 Não sei informar

15) Você acredita que o INEC desenvolve ações sustentáveis?

Sim Não Não sei informar

16) Como você avalia a importância da sustentabilidade para o INEC?

Muito importante Importante Pouco importante Sem importância
 Não sei informar

Obrigado pela participação!

ANEXOS

ANEXO A – Relatório de Sustentabilidade 2012- Indicadores econômicos, sociais e ambientais do Banco do Nordeste

DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL - DINS A

1 - Base de Cálculo	2012 Valor (Mil reais)			2011 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)			6.765.642			5.899.222
Resultado operacional (RO)			249.893			668.434
Folha de pagamento bruta (FPB)			896.622			817.967
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	62.543,70	6,98%	0,92%	54.066,84	6,61%	0,92%
Encargos sociais compulsórios	228.854,70	25,52%	3,38%	208.037,71	25,43%	3,53%
Transporte	2.214,02	0,25%	0,03%	2.043,92	0,25%	0,03%
Previdência privada	378.282,47	42,19%	5,59%	174.974,84	21,39%	2,97%
Saúde	269.773,90	30,09%	3,99%	136.800,15	16,72%	2,32%
Segurança e saúde no trabalho	2.654,42	0,30%	0,04%	2.269,54	0,28%	0,04%
Educação	3.139,92	0,35%	0,05%	3.155,57	0,39%	0,05%
Cultura	388,40	0,04%	0,01%	400,90	0,05%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	9.506,55	1,06%	0,14%	10.963,08	1,34%	0,19%
Creches ou auxílio-creche	5.360,75	0,60%	0,08%	4.311,23	0,53%	0,07%
Participação nos lucros ou resultados	65.620,20	7,32%	0,97%	37.077,35	4,53%	0,63%
Outros	7.706,88	0,86%	0,11%	5.915,10	0,72%	0,10%
Total - Indicadores sociais internos	1.036.045,91	115,55%	15,31%	640.036,03	78,25%	10,85%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	1.012,00	0,40%	0,01%	1.164,40	0,17%	0,02%
Cultura	16.153,04	6,46%	0,24%	12.296,88	1,84%	0,21%
Saúde e saneamento	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte	1.012,03	0,40%	0,01%	0,00	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Pesquisa e difusão tecnológica	28.700,00	11,48%	0,42%	33.800,00	5,06%	0,57%
Outros	112,29	0,04%	0,00%	458,94	0,07%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	46.989,36	18,80%	0,69%	47.720,23	7,14%	0,81%
Tributos (excluídos encargos sociais)	105.578,19	42,25%	1,58%	512.587,81	76,69%	8,69%
Total - Indicadores sociais externos	152.567,55	61,05%	2,26%	560.317,83	83,83%	9,50%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Investimentos e gastos c/a educação ambiental p/a comunidade	13,76	0,01%	0,00%	35,40	0,01%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	13,76	0,01%	0,00%	35,40	0,01%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	0			0		
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	0			0		
Passivos e contingência ambientais	0			0		